



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO EM LETRAS
Campus I – Prédio B3, sala 106 – Bairro São José – CEP. 99001-970 - Passo Fundo/RS

Fone (54) 3316-8341 – Fax (54) 3316-8330 – E-mail: mestradoletras@upf.br

Itatiane Chiaradia

**PRÁTICAS DISCURSIVAS
EM CONTEXTOS SOCIAIS: LINGUAGEM E
TRABALHO EM UMA ASSOCIAÇÃO DE
CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**

Passo Fundo
2012

Itatiane Chiaradia

**PRÁTICAS DISCURSIVAS
EM CONTEXTOS SOCIAIS: LINGUAGEM E
TRABALHO EM UMA ASSOCIAÇÃO DE
CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito para obtenção do grau de mestra em Letras, sob a orientação do Prof. Dr. Ernani Cesar de Freitas.

Passo Fundo
2012

Dedico este trabalho à Maria Eduarda Chiaradia, minha filha, e aos meus pais Cláudio e Joanita.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Doutor Ernani Cesar de Freitas, a quem devo meu aprendizado, por sua compreensão, comprometimento, dedicação e acolhida, sou-lhe muito grata;

Aos meus pais Claudio e Joanita, que nunca desistiram de me incentivar, cuidando, noite após noite, com muito amor e carinho, da Maria Eduarda, minha filha. Acompanharam-me e fortaleceram-me em todos os momentos;

Aos meus irmãos Claudia, Luciene e Laerte, pelo incentivo para seguir em frente até a conclusão do Curso, sem nunca desistir;

Aos meus amigos que acompanharam minhas angústias e compreenderam minhas ausências e meu distanciamento, em especial à Helen Ortiz, que incansavelmente me incentivou e ouviu, ou leu minhas dificuldades;

Aos colegas Rotarianos, minha segunda família, pelo incentivo, compreensão e apoio em todos os momentos, mesmo estando eu ausente por um certo período;

À dona Vilma e à Karina Marcon, que também cuidaram da Maria Eduarda;

Ao meu querido amigo Professor Mestre Carlos Alexandre Ghen da Costa, que ajudou a me centrar num momento muito importante em relação à elaboração deste trabalho, situando-me no universo acadêmico;

Ao Professor Leo Delazari, que me ajudou construir os primeiros passos da escrita desse texto com o seu conhecimento da Língua Portuguesa;

À Juliana, amiga por quem tenho grande admiração pela sua forma de superar e resolver problemas;

Ao Mauro, meu querido, por me compreender nesses momentos;

A Jesus Cristo, que sempre esteve presente em minha vida, em meu coração.

Somos todos, como seres humanos, atormentados por debates internos, “debates de normas” mais ou menos visíveis aos outros e a nós mesmos, mais ou menos invisíveis também. Toda violência econômica, social e política começa pela tentativa de se recusar a ver isso: o fato de que a humanidade nos atravessa por esses debates, por essas dramáticas que questionam e tornam a questionar incansavelmente o uso que fazemos de nós mesmos em um mundo onde o bem de cada um, o bem coletivo, o bem de todos, o bem e o futuro de nosso planeta estão permanentemente em suspenso, escritos em lugar nenhum.

Yves Schwartz

RESUMO

Este estudo, de cunho interdisciplinar, enfoca as práticas discursivas de uma associação de catadores de materiais recicláveis na atividade de trabalho e tem como objetivo descrever e analisar como se constituem a cenografia e o ethos discursivo, por meio do registro de entrevistas realizadas com alguns dos integrantes do grupo pesquisado. A abordagem teórica norteadora é de base enunciativo-discursiva da linguagem do grupo associativo, com ênfase à cenografia e ao ethos, tendo como fontes de pesquisa Maingueneau (1997, 2010). Na perspectiva ergológica, destacam-se Schwartz (1992, 2011) e outros estudiosos do assunto, como Durrive (2008, 2010) e Trinquet (2010). O trabalho foi desenvolvido na Associação Amigos do Meio Ambiente, no Bairro Popular em Passo Fundo/RS, entidade composta por mulheres, moradoras do mesmo bairro, que trabalham com a reciclagem de resíduos sólidos em geral, descartados diariamente pela sociedade, e são coordenadas pela Igreja Católica em seus diversos segmentos. Utilizou-se a entrevista semiestruturada e a observação direta intensiva, para a realização da pesquisa descritivo-bibliográfica e documental, mediante o procedimento de estudo de caso e com abordagem qualitativa. Por meio da observação sistemática, foi desenvolvido um plano para organização e registro de informações que se utilizou do seguinte roteiro: observações do trabalho escrito/real, saberes constituídos/investidos, trabalho como atividade, normas/renormalizações, dramáticas do uso de si e a análise das práticas languageiras dos participantes da pesquisa. Buscou-se registrar o maior número de dados possível para posterior análise, com base na qual se constatou que as práticas discursivas dos sujeitos pesquisados possibilitaram constituir cenografias das quais se depreendeu o ethos discursivo. Constatou-se, ainda, a dificuldade de as trabalhadoras libertarem-se dos laços tayloristas, os quais prescrevem toda e qualquer atividade de trabalho.

Palavras-chave: Linguagem no Trabalho. Ergologia. Cenografia. Ethos discursivo. Catadores de materiais recicláveis.

ABSTRACT

This interdisciplinary study focuses on the discursive practices of an association of collectors of recyclable materials on the activity work, and aims to describe and analyze how scenography and the discursive ethos are constituted, through the recording of interviews performed with some of the members of the researched group. The guiding theoretical approach is enunciative-discursive of the language of the associative group, emphasizing scenography and the ethos, and with research sources Maingueneau (1997, 2010). In the ergological perspective, Schwartz (1992, 2011) and others studios about this subject like Durrive (2008, 2010) and Trinquet (2010). The work was developed at the Associação Amigos do Meio Ambiente, in the Popular neighborhood of Passo Fundo/RS, an entity made of women residing on the same neighborhood, who work with the recycling of solid residue daily discarded by society, they are also coordinated by the Catholic Church in its many segments. A semi-structured interview and intensive direct observation were used to the execution of the descriptive-bibliographical and documental research, upon the procedure of case study with qualitative approach. Through systematic observation, a plan to organize and record information was developed and used in the following script: observations of written/real work, constituted/invested knowledge, work as activity, rules/renormalizations, dramatics of the self use, and analysis of language practices of the participants of the research. It was attempted to record as many data as possible for further analysis, based on the one which determined that the discursive practices of subjects investigated made it possible to build scenographies from which the discursive ethos was released. The difficulty of the workers to release themselves from taylorist bonds, which prescribe every single work activity, was yet verified.

Keywords: Language at Work. Ergology. Scenography. Discursive Ethos. Collectors of recyclable materials.

LISTA DE SIGLAS

AAMA	Associação Amigos do Meio Ambiente
APST	Analyse Pluridisciplinaire Des Situations de Travail
ARAV	Associação Recicladora Amigos da Vida
DD3P	Dispositivo dinâmico de três polos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
L&T	LANGUE ET TRAVAIL
SEC	Fundo Diocesano de Solidariedade
SESI	Serviço Social da Indústria
EPI	Equipamento de Proteção Individual

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 LINGUAGEM E TRABALHO: INTERFACE SINGULAR	14
1.1 Uma visão ergológica do trabalho	14
1.2 A singularidade da atividade na perspectiva ergológica.....	20
1.3 Linguagem em situações de trabalho.....	33
2 SEMÂNTICA GLOBAL E SITUAÇÃO DE ENUNCIÇÃO.....	40
2.1 Semântica global: na ordem do enunciado e na ordem da enunciação.....	46
2.2 Ethos discursivo e a imagem de si	63
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE.....	68
3.1 Quanto aos <i>corpora</i>	68
3.2 Objeto de estudo	70
3.3 Percurso metodológico	71
3.4 Resultados e análise	77
3.4.1 Trabalho, prescrições e renormalizações: o corpo si na perspectiva ergológica	77
3.4.2 Linguagem e trabalho.....	93
3.4.3 Semântica global: cenografia e ethos	98
3.4.4 Discussão da análise.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICES	121
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	122
APÊNDICE B - ENTREVISTA Nº 01 - ASSOCIADA	124
APÊNDICE C - ENTREVISTA Nº 02 - ASSOCIADA	126
APÊNDICE D - ENTREVISTA Nº 03 - PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO	128
APÊNDICE E - ENTREVISTA COM O COORDENADOR	130
ANEXOS	134
ANEXO A - ESTATUTO SOCIAL - AAMA.....	135
ANEXO B - REGIMENTO INTERNO - AAMA.....	141

INTRODUÇÃO

Inscrevendo-se na linha de pesquisa “Constituição e Interpretação do Texto e do Discurso”, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, este estudo se insere na temática “Linguagem e Trabalho”. Dentro desse contexto, a concepção de trabalho aqui implicada refere-se à maneira como são desenvolvidas as atividades e as relações discursivas dos sujeitos envolvidos em uma associação¹ de recicladores na cidade de Passo Fundo/RS, a Associação Amigos do Meio Ambiente (AAMA).

Nessa perspectiva, a interdisciplinaridade entre as áreas da linguística discursiva e da ergologia é fundamental na medida em que essa relação possibilita uma análise aprofundada dos *corpora* em destaque. Desse modo, praticou-se o entrelaçamento das diferentes disciplinas que contribuem com este estudo, para que, com base em enunciados dos sujeitos em situação de trabalho na AAMA, aspectos multifacetados do conhecimento sejam vislumbrados, ao não se limitar a apenas um de seus domínios.

Os serviços de reciclagem surgem num contexto que parece ter, ainda, pouca significação para a sociedade, mas que, devido à ênfase em relação aos cuidados com o meio ambiente, vem conquistando significativo valor socioeconômico. Assim, com vistas a organizar pessoas em situação de vulnerabilidade social e incentivando a designada *economia popular solidária*², o Projeto Transformação³, mantido pelos diversos segmentos da Igreja Católica, formou e acompanha, em Passo Fundo, várias associações de reciclagem, objetivando a autonomia dos empreendimentos e dos associados. Neste estudo, enfocaremos, em particular, uma dessas associações, constituída, atualmente, por mulheres residentes no

¹ Segundo Albuquerque (2003, p. 15), associativismo é “[...] o processo pelo qual uma ou mais pessoas/e ou grupo(s) decidem reunir-se de forma regular, mas não necessariamente contínua, para dar conta das demandas comuns. Trata-se de um processo fundado na pluralidade que não tem pretensão de verdade, mas busca um consenso sobre as divergências, de forma que os resultados das decisões se pautem por princípios éticos. Nesse sentido, o associativismo se apresenta como um conjunto de práticas sociais datadas e localizadas historicamente, que propõem a autonomia do ‘nós’, qualificando a cooperação entre as pessoas, porque baseia estas práticas sociais na reciprocidade, na confiança, na pluralidade e no respeito mútuo”.

² “Entende-se por economia popular o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares no sentido de garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tanto materiais como imateriais (ICAZA; TIRIBA, 2003, p. 101).

³ O Projeto Transformação é desenvolvido e mantido pela Igreja Católica de Passo Fundo, em seus diversos segmentos: Cáritas Diocesana, Fundo Diocesano de Solidariedade (SEC) – Irmãs Franciscanas, Missionários da Sagrada Família, Padres Redentoristas – Escola Menino Deus, Colégio Notre Dame. Esse projeto inclui voluntários da sociedade em geral atrelados à Igreja de alguma forma, no intuito de desenvolver melhorias para os grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

mesmo bairro em que está localizado o empreendimento e que trabalham com a reciclagem de resíduos sólidos em geral descartados diariamente pela sociedade.

As possíveis contribuições deste estudo, em nível acadêmico, manifestam-se pela aproximação da Academia com sujeitos que se encontram em situação de vulnerabilidade social e lutam para organizar-se formalmente com um empreendimento. Ao apresentar a AAMA à Academia, buscamos permitir que as atividades languageiras e organizacionais dessa entidade sejam observadas, destacando-se necessidades de acompanhamento, no sentido de que seus atores possam se apropriar dos “saberes constituídos⁴” e, sobretudo, no sentido de que os acadêmicos possam conhecer setores diversos da sociedade desta cidade, com eles interagindo por meio de seus conhecimentos e do apoio da instituição em que se inserem.

Em relação à autora, ressaltamos que este trabalho possibilitará, por um lado, uma ampla compreensão da AAMA, da maneira como as trabalhadoras se organizam, se comunicam e interpretam os fatos referentes ao trabalho desenvolvido cotidianamente. Por outro lado, a pesquisa alertará a respeito da formação profissional contínua de que essas pessoas necessitam, com o intuito de resgatar sua cidadania e autonomia, para poderem gerir o próprio empreendimento. Assim, de antemão, o estudo revela-se enriquecedor, por oportunizar a ampliação os conhecimentos acadêmicos formais da autora, indicando a pertinência de novas investigações nessa corrente teórica, de forma organizada e sistematizada.

Enfatizamos, portanto, que este estudo oportuniza uma aproximação da comunidade em geral, e não apenas da Academia, com as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Tal afirmação se justifica na medida em que um novo olhar é lançado sobre a AAMA, sobre a maneira como as associadas gerenciam suas dificuldades organizacionais e de comunicação na rotina diária dessa entidade. Nesse sentido, a linguagem é compreendida como um resultado da atividade humana diária dos sujeitos, de um modo de agir e pensar discursivo que os situa sócio-historicamente num contexto e realça a importância da interdisciplinaridade aqui representada pela abordagem teórica da ergologia, com Schwartz (1992, 2011ab) e Trinquet (2010), e da semântica global (cenografia e ethos discursivo), conforme Maingueneau (1984, 2010) e Souza-e-Silva (2002ab, 2011).

Diante do exposto, o problema de pesquisa está assim estabelecido: como se constroem discursivamente a cenografia e o ethos manifestados mediante práticas discursivas

⁴ Segundo Borges e Zambroni-de-Souza (2010, p. 152), o saber constituído “[...] é o que todo mundo chama de ‘o saber’, sem adjetivos ou, dito de outra maneira: o saber acadêmico. Ou seja, tudo que é conhecido, formalizado nos ensinamentos, nos livros, nos programas de computador, nas normas técnicas, organizacionais, econômicas etc”.

em uma associação de material reciclável e de seus catadores? Em busca de uma resposta, partimos da hipótese que os depoimentos dos entrevistados/associados manifestam “falas/discursos” específicos relativos à atividade, ao trabalho, que possibilitam construir cenografias com base nas práticas languageiras, das quais resulta o ethos discursivo correspondente.

Assim, o objetivo geral deste estudo é descrever e analisar como se constroem a cenografia enunciativa e o ethos discursivo de catadores de material reciclável que integram a AAMA. Como objetivos específicos, elencamos: a) conhecer e compreender a comunidade de catadores de material reciclável e sua organização; b) investigar práticas discursivas manifestadas pelos associados e pelo agente social que integram a Associação e colaboram com o seu desenvolvimento e administração; c) descrever práticas discursivas que se denotam nas entrevistas feitas com integrantes da AAMA; d) verificar como se constroem a cenografia e o ethos da entidade e dos catadores por meio dos discursos manifestados; e) comparar possíveis aproximações e distanciamentos discursivos com base em práticas de linguagem nas situações de trabalho que envolvem alguns integrantes desse grupo de trabalho da AAMA.

A metodologia que norteia este trabalho se pauta pelos seguintes procedimentos: uso de entrevista semiestruturada e observação direta intensiva, pesquisa descritivo-bibliográfica e documental, com estudo de caso e abordagem qualitativa. Por meio da observação sistemática, desenvolvemos um plano para organização e registro de informações que se utilizou do seguinte roteiro: observações do trabalho prescrito/real, saberes constituídos/investidos, trabalho como atividade, normas/renormalizações, dramáticas do uso de si e análise das práticas languageiras dos participantes da pesquisa.

A estrutura do estudo está disposta em dois capítulos. No primeiro, apresentamos a fundamentação teórica, que compreende conceitos do trabalho prescrito e real, saberes, “uso de si por si” e de “si pelos outros”, práticas languageiras e, no segundo, conceitos da semântica global, com enfoque na cenografia e no ethos discursivo, os quais são focalizados nas análises.

Em seguida, descrevemos a metodologia empregada, destacando que foi fundamental, para a realização deste estudo, a manutenção de um roteiro organizado, de modo a construir o *corpus* observado e analisado pela autora, mesmo que este tenha se modificado, por vezes, no desenvolvimento da investigação. Na mesma seção, procedemos à análise das entrevistas realizadas com quatro associados da AAMA e com o coordenador, representante da Igreja Católica, além do estatuto social e do regimento interno da entidade, visando à compreensão da sua constituição, do seu funcionamento e, sobretudo, de possíveis inferências

por parte dessa autora, com o aceite do grupo, objetivando a autonomia deste. Finalmente, expomos comentários a respeito da execução deste trabalho e algumas considerações parciais, considerando resultados do estudo.

1 LINGUAGEM E TRABALHO: INTERFACE SINGULAR

A abordagem teórica que norteia este capítulo, no qual serão mencionadas questões de ergonomia, ergologia e linguagem em situações de trabalho, tem como fontes de pesquisa Yves Schwartz (1992, 2011), Souza-e-Silva (2002ab, 2011), entre outros teóricos que serão mencionados no seu decorrer. Dessa forma, recorreremos à ergonomia como disciplina propedêutica à ergologia e que se atém aos estudos sobre a atividade humana em situação de trabalho, para, em seguida, abordar a interface dessas noções com os estudos sobre a linguagem e trabalho.

1.1 Uma visão do trabalho a partir dos moldes ergológicos

A ergonomia é disciplina de estudo propedêutica à ergologia, ambas relacionadas às atividades de trabalho, campo do qual se originam os seus conceitos. Desse modo, pode ser conceituada como um conjunto de conhecimentos sobre o homem no trabalho e uma prática de ação que relaciona, de maneira muito próxima, a compreensão e transformação laboral.

Souza-e-Silva (2004, p. 83, grifo da autora) descreve etimologicamente a palavra ergonomia:

[...] composta por dois radicais: *ergon* e *nomos*, a palavra, do ponto de vista etimológico, designa a ciência do trabalho; segundo o senso comum, é sinônimo de maior conforto na relação homem/objetos do cotidiano: cadeira ergonômica, teclado ergonômico; já na visão dos ergonomistas, principalmente dos que se formaram na escola francófona, a ergonomia, quer entendida como arte, ciência, método ou disciplina, tem por objetivo a *atividade de trabalho*.

Em rápido percurso histórico, de acordo com Souza-e-Silva (2004, p. 83) “[...] a ergonomia surgiu na Grã-Bretanha, em 1947, como resultado da pesquisa desenvolvida a serviço da Defesa Nacional Britânica, durante a segunda guerra mundial, por uma equipe interdisciplinar, com o objetivo de atenuar os esforços humanos em situações extremas” e observar as necessidades humanas no trabalho, adaptando as máquinas aos homens. Nesse contexto, foi constituída a primeira Sociedade de Pesquisa Ergonômica, cujo objetivo era adaptar a máquina ao homem, com o fim de atenuar possíveis danos físicos ao sujeito trabalhador. Ferreira e Barros (2003) destacam que a ergonomia mantinha vínculos fortes entre pesquisadores do trabalho e trabalhadores ligados ao movimento sindical, visando à melhoria das condições de trabalho.

Na França, no mesmo período, pesquisas direcionadas à observação do trabalho do homem foram desenvolvidas, merecendo destaque, segundo Souza-e-Silva (2004, p. 84), a filósofa Pacaud, “cujos estudos no fim da década de 1940 entre agentes de estação de trem e telefonistas mostraram a complexidade de suas atividades, aparentemente simples e mecânicas”. Essa prática inaugurada por Pacaud teve início em 1950, mas sua institucionalização aconteceu na década de 1960. A característica ergonômica comum tanto para a Grã-Bretanha como para a França é o diálogo com outras áreas do saber, porém

[...] a ausência da França na aventura tecnológica produzida pelas exigências militares da Segunda Guerra Mundial e a ligação de alguns ergonomistas com o movimento operário levaram a ergonomia francófona a estabelecer uma relação menos marcada pela aplicação de conhecimentos científicos e ancorar-se em questões epistemológicas relacionadas aos efeitos reais da ação ergonômica sobre o trabalho (SOUZA-E-SILVA, 2004, p. 84).

Desse modo, enquanto na Grã-Bretanha a ergonomia objetivava a adaptação da máquina ao homem, na França ela propunha uma inversão no paradigma taylorista vigente “*one best way*”⁵, preocupando-se com a adaptação do trabalho ao homem, o que remete ao âmbito da *ergonomia situada* ou *da atividade*, de forma a compreender-se atividade como realização, por oposição à tarefa⁶, como prescrição de objetivos e de procedimentos (SOUZA-E-SILVA, 2004, p. 84, grifo da autora).

Essa ergonomia, então, marcada por uma preocupação social de pesquisadores acadêmicos da Europa no século XX, esteve, desde o início, articulada com o movimento operário, buscando modificar as situações de trabalho e atender às demandas sindicais com vistas à melhoria das condições desse segmento e garantindo a saúde dos trabalhadores. Entretanto, ao falarmos em expressões como prescrição/atividade, é importante lembrar que estas procedem do taylorismo e que Taylor fundou, no início do século XX, a Organização Científica do Trabalho, cujas ideias, centradas na forma como as tarefas são executadas, têm como principal base a ética do trabalho árduo, a racionalidade econômica e o individualismo. Por conseguinte, a orientação de Taylor é no sentido de que a organização do trabalho se inicie com a sua análise científica, de forma a encontrar as melhores metodologias para

⁵ Conceito taylorista traduzido como “[...] uma única maneira certa de executar uma tarefa” (RIBEIRO, 2007, p. 72).

⁶ Compreende-se, aqui, que a tarefa é a face visível do trabalho prescrito sob a forma de: cumprimento de metas, modos de utilização do suporte organizacional, cumprimento de prazos e obediência aos procedimentos e às regras. As principais características da tarefa são: ela sempre antecede a atividade; veicula explícita ou implicitamente um modelo de sujeito e dele requer a função laboral. Nas organizações, a tarefa pode aparecer sob diferentes formas: descrição formal ou informal, instrumentos e meios de informação, procedimentos, regras detalhadas e específicas, entre outras (FERREIRA; BARROS, 2003, p. 120).

desenvolver cada tarefa (GRILO, 1996, p. 20-21). Ressaltamos, sobretudo, que esse movimento ocasionou a divisão do trabalho: o que concebe e prepara o trabalho e aquele que o realiza. Separa-se, então, o trabalho prescrito da atividade.

Segundo Ferreira (2000, p. 72),

[...] o objeto teórico e de ação da ergonomia está longe de ser um território de consenso entre os próprios ergonomistas ou no conjunto de pesquisadores que gravitam em torno dessa jovem disciplina. E é justamente essa juventude que explica em boa parte a “fragilidade” de seu corpo teórico e metodológico.

Compreendemos que essa “fragilidade” se deve ao fato de apontar seu aparato teórico e metodológico em construção e sistematização por alguns pesquisadores.

O caráter da ergonomia, de acordo com Ferreira (2000, p. 73), citando Dejours e Teiger, “[...] é produzir conhecimento da inter-relação homem-trabalho e agir racionalmente no processo de transformação do ato laboral”. Nessa perspectiva, o trabalho é, para a ergonomia, ao mesmo tempo objeto e objetivo.

Conforme Guérin et al. (20001, p. 58-59),

[...] a ergonomia aborda a atividade de trabalho como elemento central organizador e estruturante dos componentes da situação de trabalho. A atividade é uma resposta às prescrições determinadas exteriormente ao trabalhador e, simultaneamente, ela é suscetível de transformá-las. [...]. Por outro lado, as prescrições não são somente um meio mais ou menos eficaz de influenciar as práticas do trabalhador; elas são substanciais ao seu próprio trabalho e as suas preocupações profissionais.

Consoante essa metodologia, a produção de conhecimento na ergonomia acontece por meio de observações situadas no trabalho e do diálogo com os trabalhadores em relação às suas experiências laborais. É com base nessa perspectiva que realizamos este estudo na Associação Amigos do Meio Ambiente, fazendo entrevistas com quatro dos seus integrantes e o seu coordenador.

A identidade de disciplina científica atribuída à ergonomia é dada pela única definição que permite instaurar como foco principal de análise a atividade de trabalho, pois compreendemos que esta deve ser considerada como o diferencial que permeia os grupos de trabalho humano (BOUYER, 2007, p. 1). Assim, o método ergonômico implica, principalmente, confrontar dados empíricos oriundos de observação e medidas do comportamento (decomposição dos modos operatórios dos trabalhadores em variáveis); das entrevistas individuais e coletivas voltadas para (re)situação e objetivação das representações da atividade e, sobretudo, da contextualização dos eventos e das variáveis observadas (BOUYER, 2007, p. 4-5). De acordo com esse autor, o processo para validar os

resultados é fundado no diálogo construtivo do confronto de pontos de vista, que configura um processo de coprodução de conhecimentos.

De fato, a validação se dá em dois atos: (a) no contexto da intervenção: restituições sucessivas dos resultados aos sujeitos participantes buscando evidenciar os processos subjacentes à problemática de análise; (b) fora do contexto sociotécnico de produção: pelos fóruns científicos da comunidade ergonômica, espaço marcado por regras da intersubjetividade que norteiam a práxis da ergonomia (FERREIRA, 2000, p. 80).

Vemos, portanto, que a ergonomia não pode se ater, unicamente, ao trabalho em si como constitutivo dos estudos dessa disciplina, devendo, antes, considerar influências sociais, porque estas influenciam diretamente na formação do modo de ser de cada sujeito. Assim,

[...] abordamos, inicialmente, a ergonomia da atividade, como propedêutica às questões da disciplina Ergologia, estabelecendo estudo interdisciplinar entre os campos da linguística, da ergonomia e da ergologia. A ergonomia, ao demarcar como objeto de estudo a atividade em situações de trabalho, visa a constituir conhecimentos capazes de contribuir para a transformação das situações de trabalho orientada pelo imperativo de constituir ambientes de trabalho mais saudáveis. A análise ergonômica da atividade, enquanto método de investigação sobre a atividade de trabalho, busca, também, colocar em prática o princípio hermenêutico de descentramento de perspectiva, de modo a fazer com que o pesquisador possa “se colocar no lugar do outro” no ato da investigação (FREITAS, 2011a, p. 107).

Pelo perfil exclusivo de cada ser humano, depreendemos que a subjetividade coloca empecilhos – embora, às vezes, tênues – à realização objetiva do prescrito. Depreendemos que, com os ergonomistas, foi constatada uma distância entre o que está prescrito e o modo como ele é realizado, com base em estudos e na observação situada do trabalho. Essa distância caracteriza-se por um “debate de valores” entre trabalho prescrito e trabalho real.

Freitas (2011a, p. 108), salienta, ainda, que o trabalho prescrito “[...] corresponde aos documentos que instruem, ensinam, aconselham etc. o trabalho a ser realizado. Instituições ou empresas os produzem anteriormente à realização efetiva do trabalho para representar o que deve (ou não) e como deve ser feito”. Nesse sentido, a prescrição tem o objetivo de estabelecer normas que devem ser seguidas por um determinado grupo de profissionais e que, mesmo não sendo adotadas, norteiam a realização da atividade. Porém, na atividade real de trabalho, atualiza-se uma interpretação individual dessas normas, de acordo com a história de vida, da subjetividade de cada trabalhador e do coletivo ao qual ele pertence.

O trabalho real se refere ao trabalho em situação concreta e às suas características efetivas, isto é, às tarefas executadas pelos trabalhadores. A ergonomia contemporânea objetiva, além de revelar as diferenças entre o trabalho prescrito e o real, descobrir características do trabalho real que são generalizadamente desconhecidas (FREITAS, 2011a, p. 108).

O trabalho prescrito, portanto, está vinculado às normas da instituição; o real relaciona-se à forma como cada trabalhador desenvolve sua atividade. Assim, reiteramos que o prescrito está usualmente codificado em um documento escrito normativo da instituição, que se distingue, por exemplo, de uma produção escrita pessoal, como uma nota ou um lembrete; o real é o produto individual final, que nem sempre é o esperado. Segundo Duraffourg (2010, p. 79), “o prescrito não é o único que antecipa”, de forma que, assim como o prescrito, hábitos também podem antecipar situações.

Nessa situação global de trabalho e do modo como este é visto, ressaltamos que há prescrições descendentes – originadas nos desejos hierárquicos – e as de ascendência, cuja origem está diretamente ligada ao contexto onde o trabalho se desenvolve. Ao se referir às normas prescritivas ou antecedentes, Schwartz (2011a, p. 138, grifo do autor) afirma que:

[...] as normas antecedentes podem e devem ajudar a enquadrar, a transformar em protocolo aquilo que assim pode ser, mas não podemos mandar embora a atividade que se dá como convidada, felizmente, para gerir a todo instante os encontros de encontros. Nenhum protocolo, nenhuma norma antecedente, nenhuma prescrição poderá abstrair os vazios de normas. A antecipação exaustiva é *impossível*. A solicitação de seres capazes de produzir saberes locais, investidos na situação a ser vivida, capazes por isso de adotarem para si mesmos normas que preenchem essas lacunas normativas, enfim, encontros de encontros, é inelutável: a obrigação de renormatizar a situação é um fato universal.

Podemos, assim, depreender que o sujeito não trabalha engessado em normas, ele é autor de seus atos, reavalia sua atitude industriosa⁷ e pode ser o autor de nova norma criada a partir de uma prescrição que não deu certo ou que não se adaptou àquela situação. O mesmo se aplica aos gestores quando reavaliam as situações para renormatizá-las.

Sant’Anna e Souza-e-Silva (2007, p. 83, grifo das autoras), citando Daniellou, enfatizam que as prescrições ascendentes são aquelas construídas pela hierarquia, em geral de forma escrita, e as descendentes, provenientes de situações de trabalho que

⁷ Industriosos é um adjetivo associado à indústria no sentido da “qualidade humana de aplicação ou esforço sistemático [...]. Industriosos, com o sentido de habilidoso ou assíduo, era o adjetivo derivado comum a partir do século XVI” (WILLIAMS, 2007, p. 230-231).

[...] podem decorrer da *matéria bruta*⁸ – aquela com a qual o trabalhador se depara para desenvolver sua atividade (seja uma máquina, um produto...), da *matéria humana* – isto é, tudo o que envolve o outro com o qual o trabalhador vai precisar se relacionar para exercer sua atividade, do *coletivo de trabalho* – que cria e impõe certos procedimentos ao grupo, e do próprio *trabalhador* – segundo suas possibilidades físicas, psíquicas, seus valores.

Todo trabalhador segue prescrições, mas, ao segui-las, ele necessita gerenciar seus próprios valores, cujas fronteiras não são totalmente claras, pois, conforme Sant’Anna e Souza-e-Silva (2007, p. 83), mencionando Nourodine, “os valores do seu mundo privado se comunicam com os do seu mundo de trabalho”. Portanto, o perfil dado pelo trabalho real é fruto de características biossubjetivas dos indivíduos, no qual há uma mescla de mundo privado com a parte socializada, a execução da tarefa – atividade.

Sant’Anna e Souza-e-Silva (2007, p. 84, grifo das autoras), constata que observar “o *déficit de prescrições* é importante para a realização de tarefas”. Afinal, em conformidade com as autoras, se não houver prescrições, a atividade terá de se desenvolver segundo intervenção pessoal do trabalhador. Elas também esclarecem que as principais características do déficit de prescrições são: atribuir-se ao trabalhador a tarefa de satisfazer o cliente; solicitar-se a ele que solucione um problema a partir de comandos vagos como “faça o melhor”.

O déficit de prescrições, explica Daniellou (2002), é muito grave e deixa os trabalhadores inseguros e insatisfeitos, sendo tão forte quanto uma prescrição muito dura porque, em ambos os casos, desconsideram o trabalhador, o ignoram como sujeito. Por conseguinte, é importante perceber que o trabalhador, ao interpretar uma norma prescrita pela hierarquia, sempre o fará com base em sua história, nos seus hábitos e em consonância com o meio em que está inserido e do qual depreende seus valores. Consoante a ergonomia, a atividade de trabalho sempre é renormatizada e, como expõe Fischer (2008a, p. 8), “nem a forma mais dura de aplicação do manual taylorista a impede, pois ela se manifesta através do uso que o trabalhador faz de si”.

Para concluir, Borim (2006, p. 44) afirma que o eixo da atividade na ergonomia situada valoriza o conhecimento e o *savoir-faire* dos trabalhadores como fator para garantir os

⁸ Ao referirmos matéria bruta, mencionamos, como exemplo, a presença de um computador em sala de aula que, de acordo com o seu uso, pode vir contra ou a favor da prescrição solicitada pelo programa do professor, destacando, também, a questão da temporalidade do emprego desse mecanismo que pode extrapolar o tempo determinado ao docente. Destacamos, ainda, a matéria humana e como ela sente (ou não) a pressão das prescrições determinadas pela hierarquia. Do coletivo de trabalho pode originar-se de uma “transgressão à regra, validada pelo grupo, devido à base de confiança garantida por um coletivo pré-construído” (SANT’ANNA; SOUZA-E-SILVA, 2007, p. 83). Como exemplo do coletivo de trabalho, essas autoras descrevem uma linha de montagem onde é proibido falar e os funcionários burlam o prescrito e cantam, com o intuito de se comunicar.

clássicos imperativos empresariais da produtividade e, dessa forma, remete aos preceitos do taylorismo. A seguir, são abordados conceitos em ergologia, referindo o aprofundamento histórico em relação às atividades de trabalho.

1.2 A singularidade da atividade: perspectiva ergológica

O estudo das noções ergológicas, neste estudo, é de fundamental importância para desenvolvermos as questões relacionadas às atividades de trabalho da Associação Amigos do Meio Ambiente que a seguir são tratadas.

Nesse sentido, destacamos que os estudos ergológicos surgiram, de acordo com Vilaça (2009, p. 11-13), no final dos anos de 1970. Liderados pelo pesquisador Yves Schwartz, da *Université de Provence*, do sudeste da França, tais estudos decorreram da necessidade de melhor compreender e intervir nas situações de trabalho a fim de transformá-las, visto que essa compreensão passa, também, pela constatação de que o trabalho mudou, não havendo mais como associá-lo a um trabalhador que não pensa, nem sendo mais possível que o cálculo dos tempos e movimentos continue a ser feito por outro que não ele próprio. Temos, então, que

a ergologia é um método de investigação pluridisciplinar em função de a atividade humana ser muito complexa para se compreender e analisar a partir de uma única disciplina, qualquer que seja ela. *Todas são necessárias, embora nenhuma seja suficiente*. Trata-se, portanto, de colocar em dialética – e não somente de sobrepô-las umas sobre as outras – o conjunto dos saberes elaborados pelas outras disciplinas (TRINQUET, 2010, p. 94, grifo do autor).

Para melhor entender esse método, usamos o esquema desenvolvido por Trinquet (2010), que ilustra o que ele definiu como ergologia pluridisciplinar. Vejamos, pois, a Figura 1:

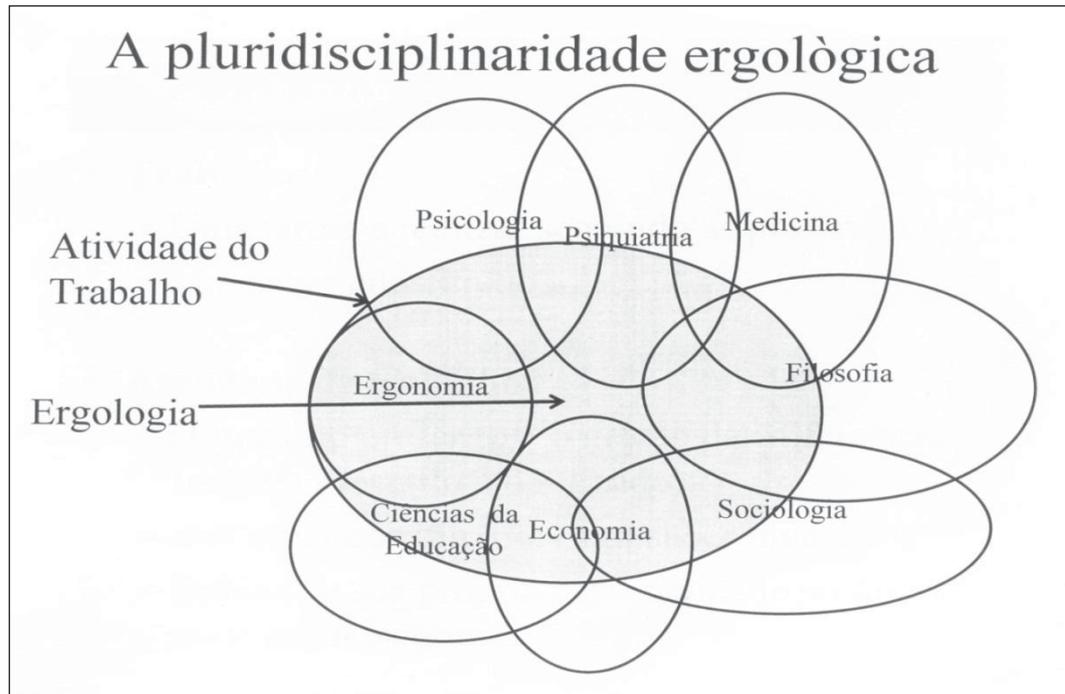


Figura 1 - Pluridisciplinaridade ergológica

Fonte: Trinquet (2010, p. 94)

A Figura 1 aponta a ergonomia como disciplina propedêutica à ergologia, evidenciando o seu entrelaçamento com outras disciplinas e, assim, o seu caráter pluridisciplinar, situação em que a atividade de trabalho se realiza.

Segundo Schwartz, a ergologia, à semelhança da ergonomia da atividade, não pensa o trabalho como uma tarefa remunerada em conformidade às leis do mercado, submetida a contratos, leis e prescrições, mas busca apreendê-lo como atividade humana. Nas palavras do autor (1996),

[...] é no espaço entre o trabalho prescrito e o trabalho efetivamente realizado que se inscreve a realidade da atividade humana entendida como um impulso de vida, de saúde, sem limite pré-definido, que sintetiza, cruza e nutre tudo aquilo que as diferentes disciplinas têm apresentado separadamente: o corpo/espírito, o individual/o coletivo, o profissional, o fazer e os valores, o imposto/o desejado, etc.

Podemos inferir, mediante o comentário de Schwartz, que o sujeito é autor de seus atos, os quais se materializam na realização das atividades. Compreendemos, dessa forma, que, ao desenvolver uma atividade, observando práticas languageiras, posturas, posicionamentos, muito do *ethos*⁹ do trabalhador se evidenciará.

⁹ “O *ethos* é uma noção *discursiva*, ele se constrói através do discurso, não é uma ‘imagem’ do locutor exterior a sua fala, [...] um processo *iterativo* de influência sobre o outro, um comportamento que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica” (MAINGUENEAU, 2008c, p. 17).

Schwartz (2006) ao destacar que a ergologia é uma perspectiva surgida na França, em 1980, aborda a noção de trabalho, referindo o conceito de atividade industriosa¹⁰. Entretanto, a realização da atividade pressupõe um “debate de normas¹¹” para o seu desenvolvimento.

A abordagem ergológica permite situar de maneira complexa o conceito de trabalho porque o remete à atividade humana. *Ergon*, do grego, ação, criação, [...], dá dimensão criadora à *atividade humana*. Nesse sentido, o trabalho é criação fruto da relação do homem com seu meio. É atividade. Atividade (em alemão *tätigkeit*) é um conceito pouco utilizado e muitas vezes substituído por ação, o que pode levar ao desvirtuamento, reduzindo-o ao ato que tem um início e um fim temporal, bem como finalidade. De outro modo, ação, para Aristóteles, é própria do discurso, do cidadão, da política. Está na esfera da ética e da moral (FIGARO, 2007, p. 15, grifo da autora).

Schwartz (2010a) também atribui uma distância entre trabalho prescrito e o real, definindo-os da seguinte forma: o primeiro é tido como uma entidade pensada teoricamente e com antecedência, raramente por aquele que o realiza; o segundo é aquele realizado por uma determinada pessoa em dado lugar. Isso revela uma constante reorganização do trabalho. De acordo com o autor, essa distância é sempre ressingularizada e cria algo parcialmente único. Essa entidade que racionaliza sobre o fazer da atividade, o corpo-si, é considerada uma presença do sujeito nem sempre consciente de como gerir tal distância.

Segundo Schwartz (2010a, p. 44), essa entidade – *corpo-si* – “[...] atravessa tanto o intelectual, o cultural, quanto o fisiológico, o muscular, o sistema nervoso”, o que significa que os sujeitos fazem escolhas, as quais pressupõem um debate interno que permite acessá-las. No entendimento do autor, tal debate nem sempre aparece em nível consciente, mas pode acontecer internamente, de *si per si*, privilegiando o bem viver juntos. Figaro (2007, p. 19, grifo da autora) remete ao “corpo si” e menciona Schwartz:

¹⁰ Para a abordagem ergológica do trabalho, a atividade industriosa é lugar de debate de normas com o meio no qual se insere. Todo meio de trabalho é constituído por normas antecedentes que, ao serem encontradas nas situações laborais pelo homem produtor, geram renormalizações, até mesmo porque sem estas últimas, o trabalho prescrito não pode ser realizado (CUNHA, 2007, p. 2).

¹¹ “A existência, em todos os níveis, de normas gerais que não consideram as singularidades históricas e individual é uma aquisição ‘não negociável’ de nossa humanidade [...]. Para sobreviver e viver, devemos nos conformar a normas de todos os gêneros, criadas nas e pelas histórias propriamente humanas” (SCHWARTZ, 2011a, p. 135-136).

[...] o *corpo-si* é a história, a história da vida, da espécie, da pessoa, é a história dos reencontros sempre renovados entre um ser em equilíbrio mais ou menos instável e uma vida, social, com seus valores, suas solicitações, seus dramas. O *corpo-si* é história, história como memória sedimentada, organizada nas miríades de circuitos da pessoa; mas também história como matriz, energia produtora do inédito: na medida em que a finalidade renormalizadora é às vezes imposta ao ser – o meio “infel”, como “reencontro” reclama que se escolha se escolhendo tal ou qual maneira de o tratar –, e, ao mesmo tempo, *requerido* como exigência de vida, como apelo nele de saúde, utilizando-o sem repouso para tentar transformar o que é objetivamente para ele meio (ambiente) no que poderia torná-lo *o seu* meio (ambiente).

Os ergologistas denominam a subjetividade de *corpo-si* biológica, mas ela também é recortada pela história. Schwartz (2010b, p. 197) reconhece que “[...] trabalhamos nosso corpo, nós o trabalhamos permanentemente pela nossa história de vida – e, portanto, por nossas paixões, por nossos desejos, por nossas experiências”, não sendo possível, assim, separar corpo e história. De acordo com Figaro (2007, p. 19, grifo da autora),

[...] a atividade põe em movimento *o corpo-si* como unidade capaz de revelar a história de longa duração inscrita no corpo humano e da inteligência da mobilização de saberes construídos pelas gerações passadas; e em sua especificidade, como pessoa, indivíduo de um tempo determinado, com uma trajetória particular.

Nesse sentido, podemos dizer que o trabalho é social e, como tal, evoca o *uso de si por si*. Como propõe Freitas (2011a, p. 109, grifo do autor), “o trabalho é *uso de si por si*, uma vez que no processo de atividade o sujeito mobiliza seu saber-fazer, seus valores, seus afetos e, enfim, sua singularidade”. É isso, portanto, que faz que cada experiência seja única e com total impossibilidade de uniformizá-las. Além disso, o trabalho é *uso de si pelos outros*. Quanto a tal aspecto, Freitas (2010, p. 191) refere que “não estabelecer essa tensão contraditória entre esses dois usos é acreditar que o trabalhador é um ser humano passivo, reprodutor, que apenas sofre os impactos dos determinismos históricos, econômicos e sociais”, o que seria uma inverdade, pois o sujeito trabalhador é criativo, dinâmico, portador de vontade e de estilos próprios para a realização das atividades que se apresentam no cotidiano. Assim, embora realize suas atividades a partir de ordens e procedimentos dos quais não é autor, o sujeito as ressingulariza. Nesse caso, para a ergologia, a atividade é a realização de tarefas que correspondem às normas e regras prescritas ao trabalhador, em que as dramáticas do uso de si se apresentam.

Trinquet (2010, p. 97, grifo do autor) afirma que “o *uso de si* é uma capacidade humana que permite ao homem usar de si mesmo como lhe convém. É uma liberdade – que é perceptível por todo o mundo –, muito limitada pelas coerções inevitáveis”. O autor menciona que há várias possibilidades para desenvolver uma atividade, e isso implica escolhas,

atualizações por isso ela se torna única. Portanto, a maneira como o sujeito reelabora o seu fazer com base nos “usos de si” no trabalho também está representada pela atividade como o resultado do embate entre normas antecedentes e a ação.

Com efeito, conforme Schwartz (2004, p. 45), “trabalhar e gerir” implica “dramáticas do uso de si”, ou seja, o sujeito precisa tomar decisões e essas vêm seguidas por dúvidas, inseguranças, responsabilidades. Não podemos esquecer, também, que a boa execução dos atos industriais depende da forma como são entendidas as prescrições e a capacidade do sujeito para realizá-las, o que caracteriza, segundo o autor, o trabalho real, que faz contraponto com o trabalho prescrito, aquele determinado pelas normas.

Assim, “as ‘dramáticas do uso de si’ ou dos *debates de normas* perpassam todos os aspectos da vida das pessoas. Conseqüentemente, existem *circulações* extremamente importantes entre o que se designa como ‘o trabalho’ e o que seja ‘trabalho-extra’” (SCHWARTZ, 2010c, p. 251, grifo do autor). O sujeito, ao realizar uma atividade, envolve uma energia própria, que é usada em seu benefício, mas também se reflete no serviço usado para outrem. O autor ressalta, ainda, a importância de ver o trabalho não apenas de forma mercantil para melhor compreendê-lo devido às suas raízes históricas. É fundamental vê-lo “de fora” para que se possa compreendê-lo.

Figaro (2007, p. 20, grifo da autora) conceitua a dramática do uso de si:

[...] entende-se por *dramática* o movimento entre norma prescrita, infidelidade do meio, renormalização e atividade singular. Esta contradição inerente *a toda* a atividade de trabalho, própria da vida, é potencializada com o conflito pelas diferenças socioeconômicas, pela apropriação mercantil do trabalho, pela exploração, pela desvalorização do trabalho. A contradição e o conflito são geridos e negociados a todo o momento, isso é a atividade humana, é o corpo-si, expressando-se na dimensão dialética do micro/macrossocial.

Diante disso, percebemos que as *dramáticas do uso de si* fazem parte do humano desde sempre. Ao escolher entre uma ação ou outra, o sujeito constata que há riscos, dificuldades e que suas decisões poderão ser acertadas ou não. Não há garantias de sucesso, e por isso as *dramáticas* pressupõem o sucesso da escolha, mas esse não é garantido.

Em vista disso, quando falamos de trabalho, percebemos que, além das dramáticas, segundo Schwartz (2011b, p. 32), ele envolve outros termos importantes relacionados como o “visível e o invisível”. De acordo com o autor, o visível e o invisível do trabalho decorrem do momento no qual se percebia a mulher situada no âmbito do privado, ao exercer trabalhos “invisíveis” no lar e, por isso, de pouca valia. Quando a mulher começa a trabalhar fora de casa e passa para o meio público, esses serviços, os relacionados ao público, ao contrário das

atividades “do lar”, tornam-se efetivamente valorizados para o contexto familiar e social. Entretanto, todo trabalho tem aspectos visíveis, quando de sua execução, bem como aspectos invisíveis, situados nas prescrições ou na sua própria elaboração.

O visível e o invisível do trabalho mercantil constituem um desafio para a história da humanidade. Destacamos que o invisível, o não palpável, o debate de normas e de “dramáticas” no fazer industrioso humano, situa-se num momento de reconstrução constante pelo trabalhador que necessita se adequar às novas tendências do mercado, tendo em vista o crescimento dos serviços, as novas maneiras de produzir e, sobretudo, os novos meios técnicos. Porém, descrever o trabalho, atribuir valor mercantil, ou falar em termos de atividade corporal, mental, social, apresenta-se de maneira obscura para a sociedade, pois desenvolver uma atividade implica, necessariamente, trazer para o contexto o processo histórico que originou o indivíduo e criou suas particularidades.

Ao se referir à atividade, Schwartz (2010a) caracteriza-a pelos seguintes fatores: a) transgressão, visto que nenhuma disciplina e nenhum campo de práticas conseguem monopolizá-la ou absorvê-la conceitualmente, pois ela atravessa o consciente e o inconsciente, o verbal e o não verbal, o biológico e o cultural, o mecânico e os valores etc.; b) mediação, que impõe dialéticas entre todos os campos, bem como entre o micro e o macro, o local e o global etc.; c) contradição, visto que a atividade sempre é lugar de debates com resultados incertos entre as normas antecedentes marcadas nos meios de vida e as tendências à renormalização pelos seres humanos. Nesse processo, a atividade é produtora de história.

Esse mesmo autor refere que as situações de trabalho são singulares. Afinal, para cada situação de trabalho, é exigido do sujeito um pensar a atividade, e isso também o torna singular, pois se considera o trabalho a partir do sujeito como tal, com sua história, seu corpo físico, no seu todo, que é diferenciado dos outros sujeitos (SCHWARTZ, 2010a, p. 43).

Sendo assim, conforme Figaro (2007, p. 18),

[...] o sujeito no trabalho coloca-se por inteiro em atividade. Ele movimenta a energia de seu corpo, seus sentidos, sua experiência física e intelectual – o corpo em relação ao meio, aos instrumentos e técnicas. Ele também aciona suas relações com o meio social, seus parceiros de trabalho, os colegas, os chefes e superiores. Convoca também as relações com seu grupo social: a família, o bairro, sua história de vida.

Consoante Figaro (2007), o trabalhador, como passa boa parte de sua vida realizando as mais diversas atividades, está não apenas de corpo e pensamento envolvidos no trabalho, mas também sua história, sua construção de vida ali se encontram registradas, permitindo que cada atividade seja por ele ressingularizada, tornando-a única. Neves (2011), p. 2, grifo da

autora) comenta que “a ‘atividade’ traduz o trabalho realizado, o que inclui normas antecedentes, objetivos e ressingularizações, traduzindo reciprocamente entre o dizer e o fazer, que são fundamentos da atividade ‘trabalho’”. Portanto, o dizer elabora o fazer.

A atividade, também, é considerada no sentido de *atividade interior*. Trata-se do que o trabalhador no trabalho pensa, sendo corpo e mente num diálogo consigo, com seu meio e com os “outros”. Esse diálogo é o que faz que o trabalho possa ser realizado, é o que a ergologia chama de *debate de normas e transgressão*, resultando em *renormalização* (TRINQUET, 2010, p. 96, grifo do autor).

Para dar conta da distância entre a tarefa e a atividade realizada, a ergologia propõe o conceito de “renormalizações”, que são:

[...] as múltiplas gestões de variabilidades, de furos das normas, da tessitura das redes humanas, de canais de transmissão que toda situação de trabalho requiera, sem, no entanto, jamais antecipar o que elas serão, na medida em que essas renormalizações são portadas por seres e grupos humanos sempre singulares, em situações de trabalho, elas mesmas, também sempre singulares (SCHWARTZ, 2011b, p. 34).

O sujeito da ergologia sempre reconfigura o trabalho, as normas de acordo com as necessidades impressas no momento. Segundo Souza-e-Silva (2002a, p. 72), “[...] o retrabalho permanente das normas supõe também um retrabalho dos discursos”, o que remete ao entrelaçamento da ergologia e da linguagem, e, nesse sentido, o sujeito da ação necessita ser considerado em relação ao seu discurso.

Duraffourg (2010, p. 81) enfatiza que “a norma [...] está do lado do prescrito, a renormalização do lado da atividade. Ter um posicionamento ergológico é escolher estar nesta vertente para praticar o seu ofício”. A norma dá-se como regra pela hierarquia, e o trabalhador para desenvolver a atividade recorrerá, constantemente, à renormalização. A ergologia estuda, portanto, toda a atividade humana, destacando-se a atividade no trabalho. O objetivo dessa disciplina, como explica Duraffourg (2010, p. 81), é conhecer e analisar as condições em que a “atividade laboriosa” se realiza, o que permite organizá-la, torná-la mais eficaz e rentável; e seu método consiste em “colocar em diálogo a pluridisciplinaridade dialética dos saberes eruditos e dos saberes de experiência¹² organizados num dispositivo dinâmico de três polos¹³ (DD3P)¹⁴.

¹² A palavra *saber* é utilizada como sinônimo de *conhecimento*, envolvendo os aspectos materiais, intelectuais e subjetivos presentes na atividade do trabalho e sendo entendido como resultante dos processos prático-teóricos de transformação e compreensão da realidade humano-social. O conceito relaciona-se às ideias de práxis, saber popular, saberes da experiência, conhecimento tácito, trabalho como princípio educativo, produção de saberes em situação de trabalho, produção e legitimação de saberes do/no trabalho (TIRIBA; FISCHER, 2009, p. 293).

Antes de abordarmos esse dispositivo, é necessário explicitar o que se compreende por saberes. De acordo com Borges e Zambroni-da-Silva (2010, p. 155), Trinquet assim se manifesta a respeito:

[...] existe um saber constituído que é o que todo mundo chama de “o saber”, sem adjetivos ou, dito de outra maneira: o saber acadêmico. Ou seja, tudo o que é conhecido, formalizado nos ensinamentos, nos livros, nos programas de computador, nas normas técnicas, organizacionais, econômicas, etc.

Desse modo, o saber constituído é adquirido pelo sujeito ao longo de sua vida, nas diversas situações. Nas palavras de Trinquet (2010, p. 101), “esse saber acadêmico e formal é genérico, generalizável e constituído do exterior de todas as situações precisas”, pois está em “*desaderência*¹⁵ com a atividade do aqui e agora”. Ele sempre está presente no local de trabalho e chega ao sujeito pelas vias eletrônicas (computadores, rádios transmissores...), escritas por meio de livros, impressos etc., ou pela fala, por exemplo: quando alguém do local transmite oralmente suas intenções ou necessidades em relação ao trabalho.

Trinquet (apud BORGES; ZAMBRONI-DA-SILVA, 2010, p. 155) refere que o pesquisador chama de “saber investido” aquele complementar ao saber constituído e que está em *aderência* com a atividade: “Esse saber não é formalizado e nem escrito em qualquer lugar. Essa experiência está inscrita no intelecto e/ou no corpo, no *corpo-si*, como diria Schwartz, quer dizer, ao mesmo tempo no corpo e na mente ou na alma”. Assim, tais saberes constituem uma unidade dialética de trabalho. Por conseguinte, os trabalhadores constroem seu saber-fazer a partir do que já conhecem e dos novos conhecimentos, ressignificando-os.

¹³ Em uma primeira definição, o termo “polo” consiste num lugar virtual onde se agregam, sintetizam-se e exprimem-se objetivos, competências, saberes e conhecimentos, interesses etc., mais ou menos comuns, da realidade coletiva. Cada polo constitui, portanto, um grupo de pressão que busca conhecer e reconhecer o seu ponto de vista, seus interesses, suas concepções, junto aos outros polos que têm origem e concepções diferentes, porém, complementares. Do ponto de vista ergológico, esse é o único meio de dispor de uma visão, a mais larga possível, da situação em questão. Porém, é preciso enfatizar que não há, em um polo, indivíduos bem definidos. Trata-se de uma entidade de ideias, de conceitos, de interesses etc., e cada ator pode, perfeitamente, intervir em diversos polos (TRINQUET, 2010, p. 103).

¹⁴ DD3P: Dispositivo dinâmico de três polos “é o lugar do encontro, o lugar do trabalho em comum em que se ativa uma espécie de espiral permanente de retrabalho dos saberes, que produz retrabalho junto às disciplinas, umas em relação às outras, portanto que transforma eventualmente um certo número de hipóteses, de conceitos entre as disciplinas. [...]. Cada disciplina é um reservatório de competências, mas deve se retrabalhar em si mesma [...] nessa espécie de turbilhão permanente” (SCHWARTZ, 2010c, p. 267).

¹⁵ “A *desaderência* é um fenômeno cuja significação, em qualidade e em relação, está estreitamente ligada à situação vivida aqui e agora (em latim *hic et nunc*: ao momento e ao lugar que se encontra em causa). Falar-se-á de ‘*desaderência conceptual*’ a propósito, por exemplo, das normas que enquadram a atividade, porque são voluntariamente desligadas do aqui e agora. Porque ela solicita, simultaneamente, os dois registros – a *grande proximidade da linguagem com a aderência do viver* e ao mesmo tempo o *distanciamento que ela autoriza*, o que é uma relativa *desaderência* –, o exercício que consiste em falar do seu trabalho é um desafio. Contudo, a dificuldade, o desafio aparece apenas aos que ponderaram as múltiplas gestões ou *debates de normas* inerentes ao agir humano” (DURRIVE; SCHWARTZ, 2008, p. 23, grifo dos autores).

Segundo Faïta (2002, p. 50) “a competência e os saberes dos sujeitos nos parecem incorporados às maneiras de dizer e às maneiras de agir orientadas a um objetivo comum”. Esse autor evidencia que o saber é construído pelo sujeito, cujo ethos vai se revelar a partir de uma cenografia, qualquer que seja sua história de vida. Neste estudo, analisaremos a cenografia e o ethos discursivo que se fazem presentes nas “falas/discursos” dos entrevistados integrantes da Associação Amigos do Meio Ambiente. Em relação ao trabalho associado, constatamos que este convoca os trabalhadores ao desafio de articular os saberes da experiência anteriormente adquiridos e produzidos em situação de trabalho assalariado com instâncias das relações sociais (FISCHER, 2008b, p. 92-93).

Além do trabalho associado, é importante nos referirmos, também, aos coletivos de trabalho que, como enfocam Scherer, Pires e Schwartz (2009, p. 723), “são entidades porque envolvem pessoas”, porém suas fronteiras são invisíveis e variam de acordo com o conteúdo e o ritmo da atividade de trabalho. Esse é o caso do objeto desta pesquisa, a Associação, em que os sujeitos com valores semelhantes e com necessidade de trabalharem juntos assim se organizam. Ainda, segundo os autores (2009, p. 723), “os coletivos de trabalho se transformam acompanhando as mudanças sociais, culturais, econômicas, tecnológicas, entre outras, reatualizando permanentemente o debate acerca do trabalho e da utilização da força coletiva”. Os saberes, as renormalizações e os procedimentos gestionários da organização são considerados, então, num processo interminável que parte dos saberes desses cidadãos que os constroem e reconstroem diariamente, visto que

[...] a construção do coletivo depende da presença de um mínimo de estabilidade e de certa permanência na organização, pois a confiança e a cooperação se constroem com o tempo. A cooperação é fruto da busca do trabalhador pela qualidade do trabalho como uma condição para ter prazer na atividade laboral, saúde mental e construção da sua identidade singular. Toda organização é permeada por relações de poder e a ética da responsabilidade e da solidariedade é fundamental para orientar ações e construir coletivos (SCHERER; PIRES; SCHWARTZ, 2009, p. 723).

Mediante os conhecimentos pré-construídos do ser humano, também é necessário que se mantenha, ao longo de sua vida, um processo contínuo de construção de novos saberes, posto que assim terá sua visão de mundo ampliada e, conseqüentemente, maiores chances de crescer e realizar-se como sujeito social e de trabalho. Podemos relacionar ao exposto o que afirma Antunes (2009, p. 126), com base em Vincent:

[...] as capacidades dos trabalhadores em ampliar seus saberes [...] tornaram-se uma característica decisiva de capacidade de trabalho em geral. E não é exagero dizer que a força de trabalho apresenta-se cada vez mais como força inteligente de reação às situações de produção em mutação e ao equacionamento de problemas inesperados.

É, pois, de fundamental importância que o trabalhador desenvolva seus saberes, sua inteligência e criatividade a fim de que possa fazer frente às novas necessidades relacionadas ao trabalho. Com efeito, este vem apresentando sensíveis mudanças nos dias atuais, quando se tornam cruciais a decisão e as escolhas do trabalhador como ser pensante e capaz não só de realizar atos repetitivos mas também, e sobretudo, de se posicionar subjetivamente frente a uma dificuldade.

Apresentadas algumas noções conceituais essenciais da ergologia, abordamos, na sequência, os três polos de saberes (DD3P), esquema organizado por Schwartz (2010c, p. 265), conforme Figura 2:

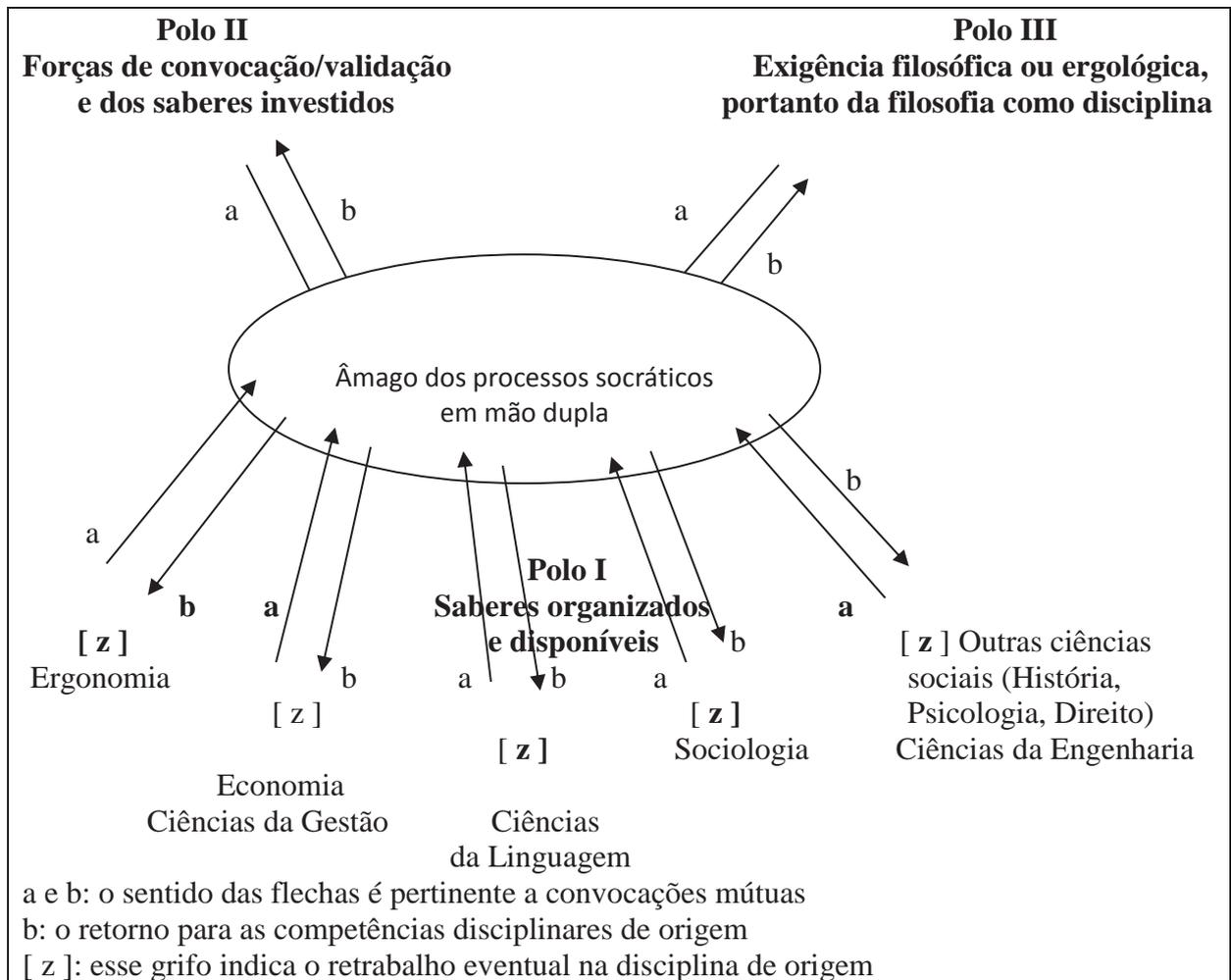


Figura 2 - Dispositivo dinâmico de três polos – DD3P

Fonte: Schwartz (2010c)

Com base nesse esquema, verificamos que o polo I faz referência aos conceitos e competências acadêmicos, profissionais. Trinquet (2010, p. 104, grifo do autor) o denomina como “*polo dos saberes constituídos*”, ou os saberes “necessários, mas exteriores à situação

de trabalho estudada e que estão em desaderência com a atividade estudada”. Esses saberes autorizam a elaboração do trabalho prescrito.

Segundo Schwartz (2010c, p. 254), “atribui-se ao polo I a reflexão a respeito dos valores éticos”, lembrando que o ser humano, ao trabalhar em uma empresa, merece ser tratado com respeito e dignidade, e não meramente como um número ou um valor mercantil. Considerando esse polo, valoriza-se o pensar prático e rápido nas tomadas de decisões, sempre com o pensamento voltado para as questões mercantis. O polo I, conforme o autor, também pode ser denominado de “polo das ‘dramáticas’¹⁶ de uso de si”, ou *dos debates de normas*, ou daquilo que poderíamos chamar de gestões ‘do’ e ‘no’ trabalho”, na medida em que essas dramáticas dos usos de si fazem parte da vida dos seres humanos na realização de suas diversas atividades.

Schwartz (2004, p. 46) afirma que nesse polo se situa o “gerir imprevistos” relacionados com a atividade nas dimensões econômicas e intersubjetivas. Esse pesquisador enfatiza, respectivamente, a importância da “disseminação problemática das condutas de gestão e de contabilidade conforme escalões mais descentralizados” e a equipe de trabalho com condições aceitáveis para encontrar “vias de instrumentalização de si”, ou seja, que a equipe demonstre o mínimo de competência para esmiuçar a atividade e compreender como ela deve ser desenvolvida.

De acordo com Scherer, Pires e Schwartz (2009, p. 724), “a gerência é um elemento importante que pode possibilitar que a polivalência, a ajuda mútua e as trocas não sejam condenadas à semiclandestinidadade, mas patrocinadas por organogramas e gerenciamento sensíveis às exigências de flexibilidade e de renormalização contínuas”. A boa comunicação, a identificação de diversos modos de pensar e a compreensão das prescrições pelos profissionais podem contribuir para a resolução das dificuldades de colaboração dos sujeitos envolvidos com a execução das atividades de trabalho. A gestão cotidiana de compromissos, implícitos ou explícitos, pode articular as diversas lógicas dos trabalhadores. Avaliamos que a gestão implica competência, e essa noção, conforme Souza-e-Silva (2010), está, pois, alicerçada em uma concepção de trabalho considerado como um lugar de *usos de si*, em que o sujeito em todo é convocado a agir, utilizando recursos muito mais amplos do que seu trabalho deixa transudar.

O segundo polo (polo II), o *dos saberes investidos* na atividade, é referido por Trinquet (2010, p. 104, grifo do autor) como:

¹⁶ Nas palavras de Schwartz (2011a, p. 133), “falar da dimensão dramática da atividade não significa que cada agir seja semeado de dramas, significa que nada pode ser mecânico”.

[...] experiência prática e, permanentemente, recriadora de saberes através dos debates de normas que, no instante em que são conhecidos, jamais podem ser apreciados e controlados pelos *saberes constituídos*. São esses os verdadeiros saberes! Evidentemente, muito intrincados, muito ligados à atividade em questão, muito mais situados no tempo e no espaço, resultado de uma história singular por serem elaborados em tempo real. É por essa razão que o classificamos em aderência com a atividade estudada, como já foi referido. Aí é que reside o seu interesse e o que os torna indispensáveis.

Ratificamos que esse saber parte do conhecimento pessoal do sujeito, aquele conhecimento que o acompanhará por toda a vida, consolidando-se ao longo desta. Esses conhecimentos são anteriores aos constituídos e, portanto, são eles que, intimamente, direcionam as atividades; é como dizer que os conhecimentos constituídos complementam os conhecimentos instituídos, jamais os comandam, mas são atrelados a estes.

Schwartz (2004, p. 45) considera o segundo polo como polo político, no qual o sujeito faz suas escolhas não a partir de valores mercantis, mas leva em consideração questões relacionadas ao seu bem-estar, ao seu cotidiano. Entre esses dois polos existe um ponto em comum, que é a produção de normas antecedentes e uma busca de equilíbrio constante, tendo em vista momentos de tensões.

O terceiro polo desse dispositivo (DD3P) não se refere, então, ao material e é de percepção menos evidente, uma vez que não evoca comportamentos sociais ou práticas de conceitualização nitidamente verificáveis. Esse polo possui um conteúdo de natureza ética que permite um diálogo entre os dois primeiros. Isso significa que tal polo traz em si uma percepção que só um encontro em condições de igualdade (de estatuto e valoração social) e alteridade (de conteúdos e linguagem) entre os saberes pode garantir o diálogo capaz de aportar maiores possibilidades de mergulho na singularidade da atividade humana de trabalho (PARADELA; DUARTE, 2004, p. 3).

O polo III encarrega-se de manter com eficiência os processos socráticos¹⁷ de duplo sentido entre os diferentes representantes de cada polo. Conforme Trinquet (2010, p. 105),

¹⁷ A ergologia chama de processo socrático de duplo sentido a preocupação de que o mundo do trabalho carece de uma demanda social, que convoca uma pluridisciplinaridade de olhares e de abordagens plurais. Para um ergólogo, ensinar é desde o início compartilhar/repartir (BORGES; ZAMBRONI-DE-SOUZA, 2010, p. 152).

[...] é indispensável criar um lugar onde todos os interlocutores possam definir e elaborar as disposições e os meios para que a busca de soluções seja possível. Senão, corre-se o risco de cair em debates acadêmicos infrutíferos. Não se pode esquecer das diferenças e nem mesmo das oposições entre os participantes. Para controlar as condições necessárias para fazer o terceiro polo funcionar, uma formação em ergologia se mostra, na prática, frequentemente, indispensável, a fim de que todos os participantes estejam sintonizados em relação ao problema a ser resolvido, estando apoiados em uma mesma base conceitual elementar. Portanto, para favorecer a eficácia, é preciso envolvimento nessa organização. O que consiste em se debruçar sobre a preparação, o desenvolvimento, as condições materiais e conceituais a serem atendidas para alcançar o máximo de eficiência.

Sinteticamente, o primeiro polo é o dos saberes gerais organizados e formalizados presentes nas disciplinas científicas. O segundo é constituído pelos saberes gerados na experiência¹⁸. Mediante esses dois polos e para que aconteça o seu encontro, precisamos de um terceiro, o polo das exigências éticas e epistemológicas que considera o sujeito em suas singularidades.

Desse modo, os três polos estão articulados entre si e não se diferenciam hierarquicamente. Entretanto, o terceiro polo implica uma situação de desconforto intelectual, impondo humildade epistemológica, pois o conhecimento formal e a experiência são frágeis e não explicam a realidade sem uma articulação entre si. Neves (2011, p. 3) avalia o dispositivo de três polos como resultado da ideia de “renormalização da atividade”.

Em vista disso, é viável conceber que o entrelaçamento entre os três polos possibilita maior completude ao trabalho. Nourodine (2002, p. 19) destaca que “as atividades, os saberes e os valores são propriedades intrínsecas ao trabalho, que se manifestam no cruzamento e na contaminação mútua”. Nesse sentido, o trabalho não se desenvolve de maneira adequada na ausência de algum desses itens, pois

[...] parece-nos que este Dispositivo provoca o avanço de nossas reflexões sobre o papel de mediação da pesquisa formação no sentido de articular teoria e prática, especialmente no que diz respeito ao lugar dos saberes oriundos da experiência e dos saberes científicos. Provoca-nos a continuar as tentativas de romper com visões de linearidade e de ascendência ou descendência entre conhecimentos teóricos e empíricos, mas de uma relação dialética entre a experiência e [o] conceito (FISCHER, 2008b, p. 95).

Nessa perspectiva, a introdução dos princípios norteadores da ergologia surge como uma organização entre o que se tem chamado de nível de participação do trabalhador nas decisões sobre sua atividade e o que acontece em realidade nas organizações. Com base

¹⁸ A experiência é a atividade do sujeito combinando e dialogando com as diversas lógicas de ação existentes nos mais variados contextos. Dessa forma, o sujeito torna-se autônomo graças à análise, crítica e reflexão de sua realidade, associando a isso comportamentos opostos às situações de dominação e opressão existentes (COSTA; CUNHA, 2008, p. 5).

nessas reflexões, ressaltamos que a abordagem ergológica permite tratar de linguagem e trabalho como um binômio fundamental da atividade humana que se completa. Na sequência, destacamos a importância do enlace entre as práticas linguageiras em situações de trabalho e como estas constituem a realização das atividades.

1.3 Linguagem em situações de trabalho

A partir da década de 1980, na França, tiveram início estudos multidisciplinares entre trabalho e linguagem pelos grupos de pesquisa *Analyse Pluridisciplinaire des Situations de Travail* (APST) e *Langue et Travail* (L&T). No Brasil, essa preocupação se materializa nos anos 90, em alguns programas de pós-graduação, via grupos de pesquisa (LAEL – PUC-SP/ Grupos Atelier e Direct; pós-graduação em Letras – PUC-RJ/Coppe – UFRJ), e/ou acordos bilaterais: Brasil/França, Brasil/Inglaterra, Brasil/Portugal (SOUZA-E-SILVA, 2002a, p. 62).

Salientamos que esse estudo, na França, está direcionado para as análises das práticas de linguagem em situação de trabalho *strictu sensu*, que contempla, segundo Souza-e-Silva (2002a, p. 63, grifo da autora), “as interações nas relações de *trabalho* e os saberes no *trabalho*”. Para além disso, no Brasil, os pesquisadores também levam em conta os discursos exteriores às situações de trabalho. A articulação entre trabalho e linguagem é fundamental hoje, ao se observar as trocas simbólicas e negociações no trabalho cada vez mais valorizadas e presentes nos escritos, no uso da tecnologia, em reuniões etc.

De acordo com Rocha, Daher e Sant’Anna (2002, p. 81, grifo dos autores), “os estudos linguísticos que tomam por objeto a diversidade de discursos que são produzidos sobre o trabalho” possibilitam o “resgate de certa historicidade do homem no trabalho”, bem como a “construção de visível ‘quadro nacional’ cujo modo de existência é fundamentalmente o discurso”, permitindo, sobretudo, que tenhamos acesso à produção de categorias como as de trabalhadores nos mais diversos segmentos. Freitas (2008, p. 263) considera “que o trabalho, a linguagem e a vida humana estão intimamente relacionados”, e ainda, segundo Rech e Feltes (2005, p. 268), “a linguagem não deve ser vista apenas como um sistema de simbolização abstrato, mas também [como] estrutura social, da vida concreta dos falantes, não podendo ser concebidos de forma independente das vivências humanas e de um processo constante de reelaboração e transformação do estabelecido”. Portanto, não há possibilidade de o sujeito viver no meio social sem fazer uso da linguagem e do trabalho, na medida em que compreendemos que esses aspectos são inerentes ao homem.

Faïta (2002, p. 47) defende que a linguagem passou a ser vista como algo mais que um suporte no trabalho, constituindo-se como um “elemento essencial na construção da ação e da significação, na afirmação das identidades profissionais, no planejamento, na coordenação, na negociação das atividades e das tomadas de decisão”. Com efeito, a linguagem é essencial para desenvolver uma atividade de trabalho, pois, se há comunicação, presumimos que haja compreensão entre os trabalhadores e grande possibilidade de sucesso na realização de todo e qualquer trabalho. Dessa forma, a situação de trabalho “se configura a partir de toda uma rede de discursos proferidos, os quais se responsabilizam, em última instância, pelo(s) sentido(s) produzido(s) em torno desse” (ROCHA; DAHER; SAN’TANNA, 2002, p. 79), daí a necessidade de se fazer compreender nessas relações ao objetivar a boa elaboração das atividades.

Zago e Di Fanti (2008, p. 2) acrescentam que a linguagem constitui as práticas laborais, sendo essencial para a divulgação do trabalho, principalmente se essa divulgação diz respeito ao desempenho de atividades públicas. Por isso, é difícil conceber hoje uma prática de cunho taylorista em situações de trabalho com sujeitos engessados no seu fazer, com ausência de trocas languageiras, parecendo desvinculados do seu ser. Todavia, é comum perceber sujeitos envolvidos nessa resistente prática de trabalho aplicada pela hierarquia de maneira aberta ou disfarçada.

Em consonância com Nourodine (2002), a relação trabalho/linguagem configura-se em três modalidades, a saber: linguagem *sobre* o trabalho, a linguagem *no* trabalho e a linguagem *como* trabalho, constituindo, portanto, as práticas languageiras. Segundo esse autor, ao se utilizar da linguagem, ou seja, fala para si e para o outro, nas situações de realização do trabalho, o sujeito deixa sua identidade pessoal dentro e fora da instituição, pois essas atividades languageiras (linguagem sobre o trabalho, a linguagem no trabalho e a linguagem como trabalho) nada mais são que estratégias com vistas a um objetivo e objetos de negociação. Então, segundo Nourodine (2002, p. 20), as práticas languageiras se constituem por dois níveis de linguagem: “por um lado envolvem gestos, falas, que o protagonista utiliza ao se dirigir a seus colegas envolvidos em uma atividade executada coletivamente; por outro, as falas que o protagonista do trabalho dirige a si próprio”.

Nourodine (2002) acrescenta que a linguagem no trabalho, por vezes, trata de conteúdos que não estão relacionados com a execução laboral, são conversas sobre a vida pessoal, política, diversão atividade etc., assuntos que fazem parte do dia a dia dos sujeitos. Lacoste (1998, p. 15) comenta que a “fala no trabalho chamava a atenção para uma realidade há muito negligenciada: o papel da linguagem na própria construção da atividade”.

Vislumbramos, então, os primeiros sinais da importância de observar e analisar as conversas dos trabalhadores no período em que trabalham.

No entanto, a redução do uso da linguagem no trabalho decorre da ideia enganosa da sua transparência. Souza-e-Silva (2002, p. 62) enfatiza que “a crença segundo a qual tudo aquilo que é dito pelo enunciador seria compreendido como tal pelo interlocutor” pode ser atribuída ao fato de que o estudo da Linguística ficou voltado à imanência da língua e que os linguistas estiveram, por muito tempo e devido à tradição, vinculados às instituições escolares. Desse modo, explica-se a demora de um entrelaçamento entre as ciências do trabalho e as da linguagem.

A respeito da linguagem como trabalho, Lacoste (1998, p. 15) evidencia que é “como reconhecer que a atividade verbal, longe de ser supérflua ou um mero anexo pode constituir-se em si mesma o essencial da tarefa”. Nesse caso, a autora atribui à linguagem uma dimensão de ação, excluindo a oposição linguagem e atividade, pois o diálogo está sempre presente no trabalho. Afinal,

[...] enquanto a “linguagem como trabalho” é expressa pelo ator/e ou coletivo dentro da atividade, em tempo e lugar reais, a “linguagem no trabalho” seria, antes, uma das realidades constitutivas da situação de trabalho global na qual se desenrola a atividade. É nesse ponto que os dois aspectos da linguagem são, simultaneamente, distintos e ligados (NOURODINE, 2002, p. 22, grifo do autor).

Consoante esse comentário, constatamos que a linguagem sempre está presente nas situações de trabalho. O trabalhador sempre fará referência a sua atividade laboral, esta faz parte de sua vida, sobretudo porque o ser humano, em geral, passa a maior parte do tempo trabalhando. Na expressão de Faïta (2002, p. 46), “tornou-se necessário recorrer ao sujeito no trabalho para compreender como ele realiza as tarefas, informa-se e raciocina, administra os imprevistos, etc.”, com vistas ao sucesso efetivo para a realização de seu trabalho, pois o sujeito faz parte da tarefa no momento em que a executa.

Em relação à linguagem sobre o trabalho, Nourodine (2002, p. 26) destaca que esta é, muitas vezes, motivada por exigências da equipe ou da empresa para comentá-lo ou avaliá-lo, para lembrar, para se justificar. Mesmo assim, porém, “[...] é pertinente o questionamento acerca de ‘quem fala?’, ‘de onde ele/ela fala?’, ‘quando ele/ela fala?’ para que se compreenda onde se situa o campo de validade de pertinência da ‘linguagem sobre o trabalho’”. A linguagem sobre o trabalho acontece na empresa, nas organizações, bem como fora dela, não raro em momentos de ócio do trabalhador. E para melhor compreender esse personagem, é necessário que se compreenda quem ele é, de onde e para quem ele fala,

observando que a linguagem por si nem sempre evidencia, claramente, os sentimentos humanos.

De acordo com Faïta (2002, p. 51), a fala no trabalho e a fala sobre o trabalho “são marcadas, tanto uma quanto a outra, pela relação que mantêm com a ação [...] a competência e os saberes dos sujeitos nos parecem incorporados simultaneamente às maneiras de dizer e às maneiras de agir orientadas a um objetivo comum”. Essas práticas languageiras, por vezes, se aproximam, se distanciam e se entrelaçam, permitindo que o conhecimento seja disponibilizado em favor da realização, ou não, do trabalho.

Esse mesmo autor (2002) caracteriza duas situações de trabalho: uma se delinea pela densidade de trocas verbais e distinção de marcas pertinentes ao plano linguístico, e outra mostra que o papel da linguagem é menos relevante, porém mais coercitivo, evidenciando a característica de heterogeneidade da linguagem. Desse modo, numa troca de enunciados entre locutor e interlocutor, visualiza-se o encadeamento entre ambos, bem como atribuições às suas interpretações, uma vez que a fala no trabalho e sobre o trabalho é necessariamente marcada pela ação.

Por conseguinte, (sobre)viver no atual mundo de consumo globalizado, onde *ter implica poder*¹⁹, tem desenvolvido grandes diferenças sociais, sobretudo o desaparecimento de muitas línguas. Entretanto, o trabalho e a linguagem constituem o humano desde os primórdios, fazendo parte da história da humanidade, e ambos se dão nas relações sociais.

Freitas (2011a, p. 106, grifo do autor) observa que

[...] o trabalho e as divisões de tarefas são organizados através da linguagem, o que revela seu papel primordial nas relações e no processo de desenvolvimento humanos. A relação entre a linguagem e o agir humano é intrínseca: a linguagem se desenvolveu (e se desenvolve) *nas e para* as interações humanas.

Nesse sentido, os sujeitos envolvidos no trabalho podem pronunciar enunciados heterogêneos, construídos a partir de um código estrito e hermético, ao se referir diretamente aos objetos de trabalho, o que é denominado pelos ergonomistas de “linguagem operativa”; outros enunciados parecem semelhantes aos cotidianos, sendo de difícil interpretação para os observadores exteriores; outros, ainda, têm uma significação que teriam em qualquer situação. E esse processo todo parte de diferentes modos de interações (FREITAS, 2011a).

Lacoste (1998, p. 24) destaca que a “linguagem tem de dizer a ação”. Logo, a ação precisa ser descrita, narrada de alguma forma aos trabalhadores, para que estes desenvolvam a

¹⁹ Grifo da autora deste estudo, enfatizando, a partir do senso comum, como ainda são vistas as pessoas na sociedade.

atividade da melhor maneira possível e também possam descrever a própria ação. Conforme asseguram Rocha, Daher e Sant’Anna (2002, p. 77), “a palavra que acompanha a execução de uma tarefa dada, a palavra que renormaliza o cumprimento das tarefas”, entenda-se essa “palavra”, enfatizada pelos autores, como escrita ou falada.

Portanto, a comunicação é de fundamental importância para o trabalhador, visto que “a linguagem é que dá sentido às nossas ações” e que “comunicar não significa elucidar mensagens verbais, significa antes reconstruir com os interlocutores, o sentido das palavras” (NOËL; FAÏTA, 2010, p. 166). Nesses termos, a comunicação é imprescindível para o desempenho de uma tarefa, sobretudo para o seu sucesso. Daí, então,

[...] comunicar significa compreender. Dizer, mas também compreender. E a própria compreensão do que o outro diz, a compreensão do discurso do outro não é uma mera operação de elucidação, não é aplicação de regras simples. É também trabalhar no sentido de compreender. Em parte, é tentar se colocar no lugar do outro, é em parte reconstruir, a seu modo, aquilo que o outro construiu, em matéria de relação com as coisas, com as pessoas. Em suma, comunicar é reconstruir o sentido das palavras. [...]. Em mim reside um conjunto de valores, de referências, de *saberes* dos quais eu não sou o autor. Trata-se de referências, de valores, de saberes que estão em mim, dos quais eu sou naturalmente beneficiário, os quais eu recebi e posso transmitir aos outros ou debater sobre eles (NOËL; FAÏTA, 2010, p. 167, grifo nosso).

Por conseguinte, compreendemos, a partir de Noël e Faïta (2010), que a linguagem envolve saberes pré-constituídos pelo ser humano, saberes que influenciarão, bem como sofrerão influências em suas relações sociais, sobretudo, nesse caso, nas relações de trabalho.

Evidenciamos, ainda, a amplidão da interdisciplinaridade entre a linguística e as ciências do trabalho com base em estudo realizado no Brasil pelo grupo Atelier²⁰, o qual aborda três eixos em relação a esse caráter interdisciplinar: os saberes no trabalho; a produção de linguagens técnicas; as interações nas relações de trabalho. Todavia, essas “demarcações não são estanques, antes se interpenetram” (SOUZA-E-SILVA, 2002b, p. 156). Dessa maneira, compreendemos que percebê-las e abordá-las é inevitável para uma visão ergológica do trabalho, precipuamente para o novo perfil das organizações e das relações organizacionais que se objetiva hoje.

Nesse sentido, desvinculando o sujeito dos conceitos tayloristas que não necessitavam que o homem “pensasse e falasse” no trabalho, mas apenas o executasse,

²⁰ O grupo de pesquisa Atelier, formalmente cadastrado no CNPq desde 1995, tem sua origem no LAEL/PUC-SP; atualmente está alocado, também, no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UERJ. As atividades desenvolvidas pelo grupo, no que se refere à questão do trabalho, estão voltadas para duas vertentes: a análise das práticas de linguagem em *situação de trabalho* stricto sensu e o estudo dos discursos produzidos por diferentes interlocutores nos quais o tema *trabalho* é relevante (SOUZA-E-SILVA, 2002b, p. 156).

destacamos que as práticas languageiras são de fundamental importância, em vista de o sujeito, ao se apropriar dessas, poder resgatar a sua autonomia como trabalhador capaz de renormalizar prescritos e desenvolver atividades. Assim, o homem, ao tomar para si os saberes, passa a compreender os sentidos do trabalho. Desse modo, em relação à AAMA, visualizamos a possibilidade de apropriação do próprio investimento por parte das associadas, ao se permitir o desenvolvimento dessas práticas languageiras e saberes, distanciando-se da condição de serem exploradas economicamente. Compreendemos que a reação, a partir dessas práticas e conhecimentos, proporcionará às trabalhadoras da Associação uma nova perspectiva de inserção social e cultural.

Segundo Tiriba e Fischer (2009, p. 293-294),

[...] as experiências históricas de autogestão revelam que, no embate contra a exploração e a degradação do trabalho, não é suficiente que os trabalhadores apropriem-se dos meios de produção. Essas práticas indicam haver a necessidade de articulação dos saberes do trabalho fragmentado pelo capital e de apropriação dos instrumentos teórico-metodológicos que lhes permitam compreender os sentidos do trabalho e prosseguir na construção de uma nova cultura do trabalho e de uma sociedade de novo tipo.

Destacamos que construir um novo período, ou um novo ethos em relação ao trabalho, no qual o trabalhador é valorizado pelos seus saberes, suas renormalizações e sua capacidade de gerir, demanda esforço permanente por parte dele e da hierarquia a que pertence. E assim, novamente, ressaltamos a importância de se desenvolver práticas discursivas na Associação.

Sant'Anna e Souza-e-Silva (2007, p. 77) referem Maingueneau, que afirma:

[...] estudar o modo de constituição do campo discursivo da prescrição para/no/sobre o trabalho requer partir do princípio de que há sempre articulação entre o funcionamento do discurso e sua inscrição histórica. Essa articulação permite afirmar que para uma determinada sociedade, em um lugar e momento definidos, só uma parte do dizível é acessível.

Nessa perspectiva, compreendemos que, nas práticas languageiras e no trabalho, presencia-se o visível, que pressupõe um invisível, e ambos serão revelados a partir do posicionamento de cada sujeito da fala e da ação. Ratificando, menciona Faïta (2002, p. 50): “nas situações reais de fala se produz um vínculo direto com outras formas manifestas e não reprodutíveis da atividade, qualquer que seja essa, tanto a ação quanto a discussão”.

Segundo Porto (2010b, p. 34-35),

[...] às práticas languageiras dos profissionais, ou seja, as ações (trabalho) que são executadas, através da linguagem, no âmbito da atividade profissional, são acrescidas as ações corporais e gestuais incorporadas na atividade. Afinal, o ser industrioso não é apenas um sujeito que fala, mas que age. Na interseção entre linguagem e trabalho, considera-se toda a complexidade do sujeito, assim como a complexidade do trabalho que ele gere, para a análise da atividade real. É o conceito de atividade, portanto, que proporciona a ligação do ser industrioso que age, pensa e reformula a todo tempo o seu trabalho – com o sujeito que se comunica e que ressignifica suas ações através da linguagem.

Assim, de acordo com Porto (2010b), depreendemos que, a partir das práticas languageiras, há uma grande possibilidade de compreensão do desenrolar da atividade, bem como chances de qualificá-la e valorizá-la, tanto em relação à hierarquia como para o próprio trabalhador ao desenvolver as prescrições e renormalizações. Ainda, conforme Porto (2010b), um processo de trabalho com base nos princípios da integralidade, da intersectorialidade e da interdisciplinaridade possibilita inúmeras interfaces a gerir. Porém, com todos os limites que se apresentam à realização do trabalho, é o trabalhador, por meio de seus saberes e na sua prática diária junto ao coletivo, que desenvolve e sustenta um projeto de ação.

No próximo capítulo, desenvolvemos o percurso da linguagem como evolução humana, abordando conceitos da semântica global, com enfoque na cenografia e no ethos discursivo.

2 SEMÂNTICA GLOBAL E SITUAÇÃO DE ENUNCIÇÃO

Este capítulo constitui-se de fundamental importância para o desenvolvimento deste estudo, na medida em que oferece uma visão geral dos pressupostos teóricos de cunho enunciativo-discursivo com base em Dominique Maingueneau (1984, 2010), Souza-e-Silva (2001, 2009) e Faïta (2002, 2010). Esses autores são considerados base teórico-metodológica para esta pesquisa, além de outros estudiosos, para que o leitor possa ter uma melhor compreensão de como se constituem a cenografia e o ethos discursivo da Associação Amigos do Meio Ambiente. Em vista disso, apresentamos uma breve síntese para relacionar alguns conceitos sobre linguagem e língua que se verificam em Saussure, Benveniste e Maingueneau. Isso se deve ao fato de que os fenômenos linguísticos têm inter-relação no que diz respeito ao caráter social com que se revestem a língua e a linguagem.

Ao iniciar este capítulo, destacamos Souza-e-Silva (2002a, p. 61), que comenta:

[...] uma série de evoluções anatômicas tornou possível o surgimento simultâneo da linguagem e das técnicas de transformação da natureza: a liberação dos membros superiores da função de locomoção possibilitou ao ser humano a manipulação de objetos, a evolução da caixa craniana permitiu o crescimento da massa cervical e várias modificações do conjunto do aparelho bucal configuram o aparelho vocal como nós o conhecemos hoje.

Com essa referência a respeito do surgimento da linguagem como evolução humana histórica, este estudo se remete diretamente à primeira metade do século XX, quando a Linguística viveu um período de exaltação, exercendo o papel de ciência piloto das ciências humanas. Assim, Ferdinand de Saussure tem um papel muito importante na história dos estudos linguísticos, pois é o fundador da Linguística Moderna, de acordo com registros no *Curso de Linguística Geral* (1995).

Carvalho (2010, p. 17) afirma que, para Saussure, “a língua é um todo em si mesmo e um princípio de classificação”, o que representa, portanto, um grande avanço epistemológico, pois o que havia antes dele não era Linguística, mas estudos filológicos comparativistas, estudos literários e estudos gramaticais. Estabelece-se, a partir de Saussure, a diferença entre a língua e a linguagem: a linguagem, tomada em seu todo, é multiforme e heteróclita; entretanto, a língua é um todo por si e um princípio de classificação. Saussure (1995, p. 17) evidencia que a língua é simultaneamente:

[...] um produto social da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo a linguagem é multiforme e heteróclita [...] ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence, além disso, ao domínio individual e ao domínio social [...] a língua constitui algo adquirido e convencional [...].

Desse modo, a língua é uma instituição social, exterior ao indivíduo. Ela tem de ser aprendida, adaptada e modificada e o sujeito não tem o poder de criá-la ou modificá-la, pois existe uma pré-combinação intrínseca aos membros da comunidade, caso contrário não existiria comunicação. Segundo Saussure (1995, p. 22), “[...] a língua constitui-se num sistema de signos²¹ onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica²² [...]]. A linguagem tem como objeto a língua que é social e não depende do indivíduo, bem como da fala”²³, que historicamente precede a língua (SAUSSURE, 1995, p. 27).

Freitas (2011b, p. 5) comenta que “Saussure limitou-se ao estudo interno da língua – princípio de imanência – sem fazer articulação necessária entre o linguístico e o social, uma vez que cada manifestação da língua põe em jogo um sujeito”. Para complementar, esse autor refere que “as línguas e as linguagens, embora suas origens se exemplifiquem num espaço mítico, inscrevem-se num espaço real, num tempo histórico e são faladas por indivíduos situados nesse mesmo espaço e tempo”. Reiteramos, então, que a língua se constitui no social, mas ela também o constrói.

Em relação a esse contexto social, Borim (2006, p. 28) acrescenta que “o ato de linguagem se caracteriza por constituir um contrato de comunicação em que atuam o enunciador e o coenunciador, no circuito interno, ou seja, nos níveis situacionais e comunicacionais”. Por conseguinte, cabe registrar que a linguagem humana é totalmente diferenciada de qualquer outra forma de comunicação, por isso é parte da essência humana, pois o seu domínio objetiva única e exclusivamente a comunicação entre os sujeitos. A linguagem humana é por excelência um elemento de ação social e determinante da própria história onde está inserta.

O conceito de língua em Benveniste diferencia-se do de Saussure, mas o tem como base, porque esse teórico da enunciação a vê como essencialmente social, constituída no consenso coletivo. De acordo com Benveniste (1989, p. 63), “a língua constitui o que mantém

²¹“O signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica [...]” (SAUSSURE, 1995, p. 80).

²² “A imagem acústica é, por excelência, a representação natural da palavra enquanto fato virtual, fora de toda realização pela fala” (SAUSSURE, 1995, p. 80).

²³ Segundo Saussure (1995, p. 27), “[...] é a fala que faz evoluir a língua: são as impressões recebidas ao ouvir os outros que modificam nossos hábitos linguísticos. Existe, pois, interdependência da língua e da fala; aquela é ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta. Tudo isso, porém, não impede que sejam duas coisas absolutamente distintas”.

juntos os homens, o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamentam a sociedade”. Em contrapartida, Saussure pensava a língua como um código fechado em si mesmo.

Carvalho (2010, p. 19) afirma que para Benveniste “a linguagem é, portanto, o lugar onde o indivíduo se constitui como falante e sujeito”. Assim, a proposta desse autor é uma noção de linguagem que dá ao indivíduo o *status* de sujeito. Em outras palavras, Benveniste (1989) focaliza a língua no seio da sociedade e da cultura, uma vez que, na sua visão, o social é da natureza do homem e da língua. Para o autor, a língua é uma possibilidade que se concretiza no ato de enunciação. Contudo, a concepção de linguagem por ele defendida diferencia-se daquela que a entende como instrumento de comunicação humana. Nesse sentido, o perfil dos indivíduos, em sendo único, é o resultado de situações vivenciadas ou criadas por outros.

Ao falar em enunciação, Benveniste (1989, p. 82) a define como “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”; ou seja, cada pessoa tem uma maneira particular de falar, de se expressar, de produzir sons, que é diferente das outras pessoas, pois ela é uma construção de suas vivências e experiências ao longo da vida. Esse linguista (1989, p. 83, grifo do autor) refere que

[...] o ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno. Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir em relação à língua, como um processo de *apropriação*. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro.

A propósito da enunciação, percebemos, ainda, nítida relação de convergência entre os fundamentos teóricos basilares benvenistianos com os de Maingueneau (2008, p. 90, grifo do autor) que afirma: “a enunciação é uma maneira específica de dizer” que é expressa por “um ‘tom’ que se apoia sobre uma dupla figura do enunciador, a de um *caráter* e de uma *corporalidade*, estreitamente associadas”. Nesse sentido, esse autor descarta a ideia de que o enunciador apenas “escolhe a maneira de dizer”, para ele o enunciador dá corpo ao discurso e “funda a ‘incorporação’ pelos sujeitos de esquemas que definem uma forma concreta, socialmente caracterizável, de habitar o mundo, de entrar em relação com os outros” (MAINGUENEAU, 2008, p. 93). Essa incorporação acontece com o enunciador, bem como com o coenunciador, pois ambos revelam-se por uma maneira de ser com o seu modo de

dizer. Salientamos, desse modo, que no percurso metodológico desse estudo nos remeteremos aos conceitos da enunciação fundados por Maingueneau.

Compreendemos, conforme Benveniste (1989), que na enunciação há, fundamentalmente, um locutor para emitir um enunciado, sendo igualmente necessária a presença de um ouvinte que responde, ou não, ao primeiro, e, nesse complexo sistema, o locutor também passa a ser o ouvinte. Entretanto, para que esse processo ocorra de maneira que ambos compreendam um ao outro, é preciso que ambos se apropriem da língua, do seu aparelho formal, das suas normas e, por conseguinte, da oralidade e, às vezes, também da escrita, para poderem expressar-se e manter um diálogo claro, sobretudo, no mundo em que os sujeitos estão inseridos, bem como nos demais “mundos”. Portanto, se não houver apropriação da língua de determinada comunidade, o processo de comunicação se tornará extremamente deficitário e com difícil interação entre os sujeitos da fala.

Souza-e-Silva, (2001, p. 133) ressalta dois aspectos em relação ao fato enunciativo:

[...] o que há de particular em cada enunciação e que permanece exterior ao campo da pesquisa linguística é o esquema geral da enunciação, as regras que, nos sistema da língua, permitem a existência de atos de enunciação sempre únicos e a conversão da “língua”, enquanto rede de regras disponíveis para qualquer locutor, em “discurso” deste ou daquele sujeito.

A autora enfatiza que a “língua” não deve ser compreendida apenas como um léxico associado a um conjunto de regras fonéticas e morfossintáticas, mas também como um todo que permite aos seus usuários se “apropriar” desse sistema e, dessa forma, criar enunciados próprios, únicos, compreendendo-se, assim, a possibilidade de discursos, de diálogos.

Maingueneau (1997a, p. 6, grifo do autor) expõe o seu parecer sobre a língua:

[...] condição de toda a vida social sujeita a um conjunto de *normas*, explícitas ou implícitas, uma língua preexiste aos sujeitos que a irão falar. Permite a transmissão, de geração para geração, do conjunto dos saberes e dos valores de uma sociedade. Sendo ela própria produto de uma história, conserva em si os múltiplos vestígios de experiências anteriores das pessoas que a falam.

Com base no que afirma esse autor, observamos que o ser humano, ao nascer, possui uma predisposição linguística. Por isso, dizemos língua “materna” para nos referirmos ao código ao qual o sujeito foi exposto antes mesmo de seu nascimento. Queremos expressar, então, que a língua pertence à família e à sociedade nas quais o sujeito vive ou passará a viver.

Segundo Noël e Faïta (2010), tendemos a usar uma língua imposta pela sociedade na qual se vive e por ela se é diariamente julgado. Conforme esses autores, o dizer revela muito

da pessoa, desde como ela pensa em relação a determinado assunto, até a condição social ao estar inserida em determinado grupo. Em vista disso, a língua usada pelo sujeito revela, também, sua condição social, e é importante, sobretudo, observar a sociedade na qual esse sujeito está incluído, pois esta é crítica e discriminatória.

A sociedade na qual vivemos – aquela que nos formou, principalmente através da escola – tende a normatizar o uso da linguagem, ou seja, tende a fixar o sentido das palavras e a maneira pela qual as utilizamos. Essa normatização se faz em todas as sociedades – em função de critérios muito abstratos. Esses critérios pressupõem julgamentos²⁴ sobre a maneira de como nos expressamos (NOËL; FAÏTA, 2010, p. 165).

Desse modo, compreendemos que, para Noël e Faïta (2010), a língua está como que “engessada” em regras, normas, e isso dificulta, de certo modo, a compreensão pelo sujeito que não a tem como língua “mãe”, ao inserir-se em uma comunidade que não a sua, na medida em que a língua é “viva” e está em constante variação. Entretanto, se esta não possuir registro de regras e normas, corre o risco de desaparecer devido às variações.

Freitas (2011b, p.12), no que se refere aos enunciados, destaca que,

[...] como produto da enunciação, o enunciado é um ato individual que pressupõe um sujeito. Alguém enuncia. Alguém produz um ato de fala. Alguém produz um discurso. Mas esse alguém não está sozinho. O enunciado constitui uma relação verbal entre dois sujeitos. Enunciar pressupõe dizer alguma coisa a alguém, dentro de uma competência linguística e discursiva. O discurso é uma relação verbal entre locutor/ enunciador e alocutário/enunciatário.

Em razão disso, Benveniste e Maingueneau, entre outros, elucidam o que se chama marcas de tempo, espaço e pessoas. Referem-se os autores ao fato de que uma enunciação pressupõe um dado momento e um determinado espaço para acontecer e tem como componentes as pessoas *eu* e *tu* e, necessariamente a não pessoa *ele*.

Nesse sentido, Benveniste (1989, p. 85) ressalta que “além de: *eu/tu/ele*, a não pessoa, também dizem respeito à enunciação as formas temporais e o tempo verbal, ‘presente’ coincide com o momento da enunciação”. Então, a temporalidade é inata ao pensamento humano e, de acordo com Benveniste (1989, p. 85), “é produzida na e pela enunciação. Entendemos, então, que da enunciação procede a instauração da categoria do presente e da categoria do presente nasce a categoria do tempo. O presente é propriamente a origem do tempo”. Evidenciamos, com isso, que, no ato de enunciação, ao enunciar, o enunciador torna possível o tempo, o agora, o que é atual, por meio da realização do discurso no contexto em

²⁴ “Julgamentos de valor, de correção, estético, daquilo que está conforme o uso, a uma linguagem ‘politicamente correta’, ou incorreta” (NOËL; FAÏTA, 2010, p. 166).

que está inserido. O tempo para o homem é um sentimento de continuidade e temporalidade e, para a enunciação em Benveniste, importa o *eu/aqui/agora*.

Segundo o linguista (1989, p. 286, grifo do autor), o homem se constitui como sujeito na e pela linguagem, porque esta “fundamenta o conceito de *ego*”. Nesse processo, o sujeito se percebe como ser humano, em contraste a outro sujeito. Quando o pronome *eu* é usado, ele se remete ao *tu*, ou seja, se remete a alguém, no que está implícito uma reciprocidade. Com isso, o sujeito se percebe no *tu* como se esse fosse seu eco – “ao qual digo *tu* e que me diz *tu*”.

Por sua vez, Maingueneau (2008b) afirma que o enunciador é o ponto de origem das coordenadas enunciativas, e entre o enunciador e o coenunciador percebemos uma relação de alteridade²⁵. Porém, a não pessoa, não efetiva no enunciado, não assume o ato de enunciação. Essa não pessoa, *ele*, não tem existência como pessoa, mas é a pessoa sobre quem se fala, ela faz a ruptura entre o *eu* e o *tu*. Em síntese, “a posição de não pessoa é das entidades apresentadas como não estando suscetíveis a efetivar um enunciado, a assumir um ato de enunciação” (MAINGUENEAU, 2010, p. 201).

Realizados comentários sobre língua e linguagem, discorreremos, na sequência, a respeito de comunicação verbal mediante conceitos de Maingueneau e de outros autores, em razão do escopo do trabalho desenvolvido nesta dissertação – a linguagem em situação de trabalho.

Compreendemos, consoante Maingueneau (1997b, p. 7), que para existir comunicação é necessário um par de interlocutores ou coenunciadores, numa relação de influência mútua no processo comunicativo, visto que esse processo ocorre pela necessidade de ambos em transmitir algo e influenciar o outro. Essa relação entre interlocutores é complexa, na medida em que ora um é enunciador, ora é coenunciador, mesmo porque podemos afirmar que, mesmo calado, o ouvinte influencia, por meio de suas reações corporais e expressivas, o discurso do enunciador.

De acordo com Noël e Faïta (2010, p. 169), “a comunicação eficaz não se deve apenas ao cumprimento de regras. [...] o cumprimento absoluto das regras, às vezes, talvez mesmo frequentemente, obscurece a eficácia da comunicação”. Portanto, se o processo de comunicação estiver engessado pelas normas não fluirá claramente, pois se perderão os subentendidos das falas que, por vezes, dizem mais que a própria fala, sobretudo as expressões faciais, corporais, as quais comunicam o tempo todo. Desse modo, é necessário

²⁵ A alteridade é trabalhada como ato de troca entre o sujeito comunicante *eu* e o interpretante *tu*, o outro do discurso; ressalte-se, porém, que, na condição de interpretantes que participam das relações interdiscursivas, se inclui uma ampla variedade de sujeitos interactantes, pelo que os sentidos são vistos como uma construção coletiva (FERNANDES, 2006, p. 1).

que os envolvidos no processo de comunicação saibam ler e ouvir indícios na entonação vocal, bem como observar e interpretar movimentos. Nesse sentido,

[...] a palavra não só é a coisa em si, como também não é jamais usada sozinha. Combinamos as palavras entre elas, formamos conjuntos que chamamos *enunciados*. No interior desses enunciados, dessas combinações, as palavras vão adquirir sentidos diferentes daqueles que encontraremos no dicionário (NOËL; FAÏTA, 2010, p. 165, grifo dos autores).

O importante, conforme Noël e Faïta (2010), é que o processo de comunicação não se constitui por palavras soltas, mas mediante a combinação resultante da união delas. E assim, o universo de sentido se dá pela presença dos sujeitos do discurso, do tempo, do espaço da enunciação no qual ele está envolvido e do qual faz parte, para que, dessa maneira, seja compreendido e seu enunciado seja legitimado em relação ao seu coenunciador, a partir da construção da cenografia, conceito abordado na próxima seção deste estudo, juntamente com noções da semântica global.

2.1 Semântica global: na ordem do enunciado e na ordem da enunciação

A semântica global permite uma visão ampla das dimensões discursivas a partir de seu entrelaçamento e também valoriza o discurso, em vez de apenas enunciados soltos. Pelos enunciados, verificamos, na constituição do discurso, a presença de vários planos integrados, tanto na ordem da enunciação quanto na do enunciado: a) intertextualidade: a construção de um texto é o resultado das experiências de outros textos, que provêm de trabalhos produzidos anteriormente, que, dessa forma, irão influenciar no desenvolvimento de novas produções textuais; b) vocabulário: um item lexical pode ter vários sentidos que serão construídos dentro do texto, seja oral ou escrito; c) os temas tratados: a especificidade de um discurso se define não por seus temas, mas por sua formação discursiva²⁶; d) estatuto do enunciador e do coenunciador: se o enunciador e o coenunciador pertencem a uma mesma comunidade linguística, o processo comunicativo estará mais sujeito ao sucesso, e se o enunciador tiver uma vasta rede de informações, terá oportunidade de ampliar o conhecimento dos pertencentes a essa mesma ordem; e) dêixis: pode ser vista como mais um plano do discurso submetido às regras que regem o funcionamento da semântica global de um determinado

²⁶ Para Maingueneau (2005, p. 106), “uma formação discursiva não define somente um universo de sentido próprio, ela define igualmente um modo de coexistência com os outros discursos”. Esse modo de coexistência, por conseguinte, é regido por um mecanismo semântico global, que compreende o discurso integrando tanto os planos na ordem do enunciado quanto na da enunciação.

posicionamento. São essas regras que definirão o espaço-tempo no interior do qual um determinado discurso se legitima; f) modo de enunciação: o discurso tem como característica o modo como é dito pelas pessoas, suas características psicológicas, disposições mentais, uma corporalidade, ou um modo discursivo específico de cada um e esse modo de enunciação será chamado de gênero discursivo; g) modo de coesão: por intermédio desse modo, vem o processo de encadeamento.

De acordo com Souza-e-Silva (2009, p. 15), “cada discurso, a partir de suas coerções, tem um jeito próprio de construir seus parágrafos, seus capítulos, sua forma de argumentar, de passar de um tema a outro”, constituindo a semântica global em seu conceito propedêutico. Porém, nesta pesquisa, nos limitaremos a conceitos de cena da enunciação, de cenografia e ethos discursivo com os envolvidos na Associação Amigos do Meio Ambiente.

Todos esses planos discursivos fazem parte da semântica a que se refere Maingueneau (2008a, p. 75-97). Dessa forma, tal ciência proporciona um entendimento abrangente dos fatos por intermédio de seus planos, que podem ser trabalhados em ordem diferente daquela colocada por Maingueneau, pois ela apresenta a possibilidade de surgirem novos planos, suprimirem-se ou repetirem-se outros, revestindo-os de sentido.

Maingueneau (2008a) descreve que a organização dos elementos coercitivos de um discurso provém de uma semântica global, pela qual se compreende um conjunto de algumas regras, mais ou menos simples, que rege as dimensões do discurso e que trabalha como uma rede de restrições. Essa semântica global fornece regras de funcionamento para todas as instâncias do discurso e evidencia que não há lugar privilegiado para a constituição de sentido, desligando-se da teoria da significação, que se detém nos signos ou nas sentenças. Sobretudo, para esse autor, a semântica global promove o deslocamento na maneira tradicional de pensar e analisar ideologias, ou seja, tudo o que compõe as práticas discursivas é analisado, tanto o profundo como o superficial.

Visando a uma melhor compreensão da semântica global e de seus constituintes, elaboramos o esquema explicitado na Figura 3:

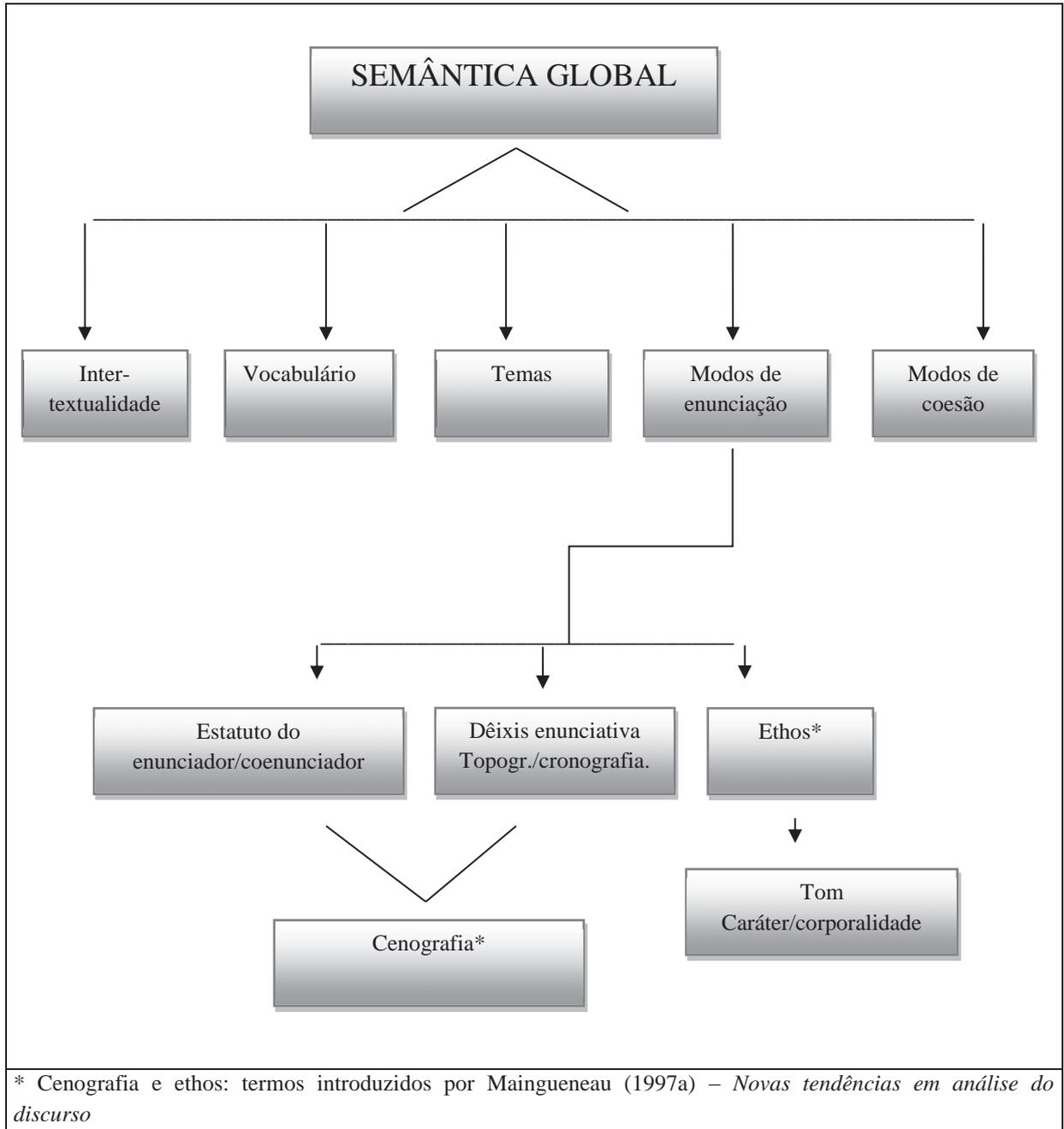


Figura 3. Semântica Global

Fonte: adaptado de Maingueneau (2008a)

A Figura 3 expõe a evolução da semântica global, ao abordar, inicialmente, vários planos da enunciação. Entretanto, em 1997, com a obra *Novas tendências em análise do discurso*, Maingueneau abre espaço para questões mais recentes, não desconsiderando, porém, seus estudos anteriores, e sim os complementando.

Dessa forma, Maingueneau (1997a), aprofundando os estudos dos modos de enunciação, estatuto do enunciador e do coenunciador, introduz conceitos de cenografia,

dêixis e ethos. E é a partir desse panorama teórico-conceitual que desenvolveremos os aportes teórico-metodológicos que dão suporte a este estudo.

O autor afirma que a dêixis discursiva se manifesta “no universo de sentido que uma formação discursiva constrói através de sua enunciação. [...] Distinguir-se-á nesta dêixis o **locutor** e o **destinatário discursivos**, a **cronografia** e a **topografia**” (MAINGUENEAU, 1997a, p. 41, grifo do autor). Exemplificamos essa afirmação, a seguir:

[...] no discurso escolar da III República, por exemplo, trata-se de um universo onde o mesmo termo satura os três lugares: “a República” é, a um só tempo, o locutor discursivo (é ela que se dirige às crianças), a topografia (a República delimita o território da pátria) e a cronografia (a República é a última fase da história da França, de onde o discurso é enunciado). Apenas o destinatário, o aluno, parece escapar deste termo; mas é unicamente o afastamento que faz com que tudo funcione: o discurso escolar tem exatamente por função integrar estes alunos à República, sob a forma do “cidadão” (MAINGUENEAU, 1997a, p. 42-43, grifo do autor).

Depreendemos, nesse sentido, que a dêixis discursiva manifesta-se e ganha sentido no universo discursivo no qual está inserida. O enunciado pode ser o mesmo, porém com sentidos diversos. Maingueneau (1997a, p. 43) ressalta que “se existe dêixis discursiva é porque uma formação discursiva não enuncia a partir de um sujeito, de uma conjuntura histórica e de um espaço objetivamente determináveis do exterior, mas por atribuir-se à cena em que sua enunciação ao mesmo tempo produz e pressupõe para se legitimar”. Assim, o vocábulo “República” passa pelo que esse autor chama de “deslizamentos” e com isso preenche as três posições da dêixis: locutor, topografia, cronografia.

Segundo Maingueneau (1997a, p. 42, grifo do autor), “a dêixis discursiva consiste apenas em um primeiro acesso à **cenografia** de uma formação discursiva”, pois também a “**dêixis fundadora** [...] entendida como a(s) situação(ões) de enunciação anterior(es) que a dêixis atual utiliza para a repetição e da qual retira boa parte de sua legitimidade” pode acessar a cenografia. Nesse caso, poderemos distinguir, de acordo com esse autor, a locução fundadora, a cronografia e a topografia fundadoras.

Com relação à cenografia,

[...] o sujeito constrói a cenografia de sua autoridade enunciativa. A partir daí, ele determina para si e para seus destinatários os lugares que este tipo de enunciação requer para ser legítima [...]. De tal forma que a legitimidade deste lugar de destinatário se funda, por sua vez, em um outro lugar, designado pelo texto (MAINGUENEAU, 1997a, p. 44).

Compreendemos, assim, que o sujeito, ao determinar-se com relação a um fato, sempre recorre ao anterior, como se esse fosse a sua base primeira, o que, com efeito, legitima a sua posição.

Ao discorrer sobre o ethos, inicialmente, Maingueneau (1997a) refere a retórica, que se preocupava com a palavra dita, o aspecto físico, gestos e entonação de quem a pronunciava. Contudo, para esse autor, mesmo que o texto não seja oral, ele revela uma voz (“tom”) específica. Por isso, ele destaca que a oralidade não é apenas o que é falado, mas o que está intrínseco ao texto. A esse “tom” é atribuído um “caráter” que corresponde aos traços psicológicos do enunciador e uma “‘corporalidade’ que remeta a uma representação do corpo de enunciador da formação discursiva” (MAINGUENEAU, 1997a, p. 47, grifo do autor).

A seguir, destacamos a distinção que Maingueneau (2010, p. 200-206, grifo do autor) faz entre as situações de enunciação, de locução e de comunicação:

(i). Situação de enunciação: sistema composto por enunciador (eu), coenunciador (tu) e não pessoa (ele), ressaltando que eu e tu estão numa relação de alteridade.

(ii). Situação de locução: constituída por um “sistema de *posições abstratas* sob as quais repousa a atividade enunciativa, cujos enunciados trazem múltiplos traços, em particular os elementos dêiticos”.

O autor descreve posições da situação de enunciação e os lugares a que chama de situação de locução: “[...] o lugar do locutor, daquele que fala; o lugar do alocutário, daquele a quem se dirige a fala; o lugar de delocutado, daquele do qual falam os interlocutores” (MAINGUENEAU, 2010, p. 200-206.). Essas posições e esses lugares, segundo o teórico, têm tendência à harmonia.

(iii). Situação de comunicação: a situação do discurso da qual o texto é indissociável; e finalizando, a cena de enunciação que a seguir será comentada.

A respeito da enunciação, Maingueneau (2005) menciona três importantes cenas: a englobante, a genérica e a cenografia. O linguista destaca que a cena de enunciação é ao mesmo tempo a fundação ou a atualização de um já dito e a sua legitimação, a validação daquilo que funda ou atualiza, pois todo discurso tem intenção de convencer, fazendo reconhecer a cena de enunciação que ele impõe e por intermédio da qual se legitima; em vista disso, compreendemos que o dito e o dizer se sustentam reciprocamente.

Cavalcanti (2010, p. 83, grifo do autor) refere-se à cena de enunciação como uma

[...] teoria que confere papel central à categoria *gênero do discurso*, tomada para descrever a multiplicidade de enunciados produzidos em uma determinada sociedade. Tal centralidade permite levar em conta não apenas os lugares em que se produzem e circulam os textos, mas também as expectativas do público, a antecipação dessas expectativas pelo produtor do texto, a finalidade e organizações textuais, etc.

Dessa forma, a cena da enunciação é muito mais do que o local onde esta acontece, por se tratar de um quadro e de um processo ao mesmo tempo. Nas palavras de Mello (1999, p. 35), é “um conceito que possibilita desvendar o modo como o discurso engendra as palavras e é por ela engendrado para se legitimar”. Por conseguinte, a cena de enunciação é essencial ao conteúdo, visto que um texto não significa apenas um conjunto de palavras ou enunciados, jogados e sem sentido, mas marca a cena em que o discurso é encenado.

Assim, Maingueneau (2002, p. 75) explica que a cena englobante “corresponde ao tipo de discurso; ela confere a esse seu estatuto pragmático: literário, religioso, filosófico”. Essa cena enquadra o discurso em um determinado campo, conferindo-lhe um estatuto pragmático, e está relacionada à função do texto.

Segundo Mello (1999), a cena englobante diz respeito ao caráter institucional do discurso. Para exemplificar o que a autora refere, mencionamos o seguinte exemplo: ao receber algum tipo de panfleto na rua, quer seja do âmbito religioso, político ou publicitário, devemos saber em que cena inseri-lo para interpretá-lo; qual o tipo do discurso, gênero, bem como a maneira que esse panfleto interpela o interlocutor. Afinal, conforme Silva (2006, p. 185), “tipos e gêneros de discurso estão em uma relação de reciprocidade: todo tipo é um grupamento de gêneros, e todo gênero está relacionado a um tipo”.

Se a cena englobante “está relacionada ao tempo e ao espaço, pois surge da necessidade da sociedade” (CARVALHO 2010, p. 35), será validada se estiver em acordo com o que dela é esperado. Compreendemos, desse modo, que não é significativo apresentar uma campanha política a espectadores de um *show* musical, não estando no período de campanhas eleitorais, pois esses enunciados não farão sentido para esse público.

Já a cena genérica, conforme Silva (2006), diz respeito ao gênero de discurso, sendo do seu interesse verificar qual o estatuto genérico do enunciado, ou seja, se ele é uma reportagem, uma carta, um poema, uma palestra, uma aula etc. Desse modo, “os gêneros de discurso podem ser entendidos como dispositivos de comunicação sócio-historicamente variáveis” (MAINGUENEAU, 2005, p. 69). Aqui, vê-se a injunção da história, enquanto ideologia, agindo inclusive nas diferentes “formas” de interação. “O surgimento de um gênero

de discurso depende não só de critérios sociointeracionais, mas também (e talvez, principalmente) de fatores histórico-discursivos” (SILVA, 2006, p. 186).

Reiterando o que foi escrito por Maingueneau (2002, p. 86), em relação ao gênero de discurso, este terá sentido somente diante do seu público-alvo, que já está envolvido no contexto, faz parte dele ou tem informações prévias sobre o discurso a ser pronunciado pelo enunciador, podendo compreendê-lo. Se o coenunciador tiver em suas mãos uma bula de remédio que não é do seu interesse, não a compreenderá e, sobretudo, não demonstrará o menor interesse por ela.

Destacamos, ainda, que “há gêneros de discurso cujas cenas de enunciação se reduzem à cena englobante e à cena genérica: o despacho administrativo ou os relatórios do especialista, por exemplo, se conformam às rotinas de uma cena genérica fixa” (MAINGUENEAU, 2005, p. 75). Essas duas cenas definem o espaço no interior do qual os enunciados ganham sentido e podem, por si, compor a cena de enunciação, ou interferir na sua composição.

Portanto, a primeira e a segunda cena supracitadas definem o quadro cênico do texto e o espaço estável no qual o enunciado tem sentido. E são essas cenas que permitem o conhecimento do tipo e do gênero discursivo. Além disso, na enunciação, ambas se fazem presentes.

Pode-se dividir os gêneros de discurso em uma linha contínua que teria como polos extremos: gêneros que se atêm à cena genérica e não admitem cenografia (lista telefônica, receitas médicas, etc.) e gêneros que exigem a escolha de uma cenografia (literários, publicitários, etc.) [...] entre esses dois extremos situam-se os gêneros suscetíveis de cenografia variadas, mas que frequentemente se atêm a sua cena genérica rotineira (manuais universitários). Mas o autor tem sempre a possibilidade de enunciar por uma cenografia que se afasta dessa rotina: por exemplo, se ele interpela seu leitor como em uma conversa familiar (MAINGUENEAU, 2005, p. 76).

Quanto à cenografia, salientamos que esta se constrói a partir do discurso que se impõe, de alguma forma, por meio da cenografia, mas também podemos afirmar que é por meio de sua enunciação que o discurso pode legitimar a cenografia que impõe. Silva (2006) sugere que a cenografia pode ser definida como um correlato da própria enunciação, e esta, ao se desenvolver, se esforça para constituir progressivamente seu dispositivo de fala. “Ela leva o quadro cênico (cena englobante e cena genérica) a se deslocar para um segundo plano” (MAINGUENEAU, 2002, p. 87), pois um texto, ao apresentar uma cenografia, se mostra ou se dá a conhecer a seu coenunciador. Isso ocorre porque qualquer discurso, por seu próprio desdobramento, pretende instituir a situação que o torna pertinente. Evidenciamos, então, que

a semântica global de um discurso rege o modo de enunciação de seus respectivos fiadores²⁷, bem como determina uma cenografia na qual esse discurso se institui.

Dessa forma, o termo “cenografia” não corresponde à mera ideia de teatro ou de encenação, mas “à noção teatral de cena” Silva (2006, p. 187) acrescenta a noção de grafia, de inscrição. Assim, a enunciação instaura seu próprio dispositivo de fala. Por isso, a grafia deve ser apreendida, ao mesmo tempo, como quadro e como processo.

Maingueneau (2005, p. 75) ressalta que a cenografia “não é imposta pelo gênero, ela é construída pelo próprio texto: um sermão pode ser enunciado por meio de uma cenografia professoral, profética, etc.”. A cenografia, portanto, é a cena na qual o coenunciador tem contato mais explicitamente.

Dentre as três, a cenografia aparece como a cena de enunciação mais propícia ao desenvolvimento de criação do discurso. Ela é uma parte criativa do discurso, na qual se apresenta o acontecimento de um momento, de um espaço e dos papéis sociais conhecidos e compartilhados culturalmente. Portanto, ao falar, pretende-se que o discurso, investido de sentido, convença, instituindo a cena de enunciação que o legitima.

Souza-e-Silva (2001, p. 134) evidencia que

[...] a cenografia não deve ser entendida como um quadro preestabelecido, mas como uma espécie de enlaçamento paradoxal, no qual a enunciação, por seu modo mesmo de desvendar seus conteúdos, deve legitimar a situação de enunciação que a torna possível, isto é, os protagonistas do discurso – enunciador e coenunciador – e sua ancoragem espacial e temporal, isto é, topografia e cronologia.

Por conseguinte, a cenografia é construída pelo enunciador e coenunciador em determinado tempo e lugar e não se realiza sem um sentido, ela se constitui por objetivos predeterminados e legitimados pela enunciação. Consoante essa autora, topografia corresponde ao AQUI e cronografia, ao AGORA.

De acordo com Maingueneau (2002, p. 87),

[...] tomar a palavra significa assumir riscos, a cenografia não é simplesmente um quadro, um cenário, como se o discurso aparecesse no interior de um espaço já construído e independente dele: é a enunciação que, ao se desenvolver, esforça-se para construir progressivamente o seu dispositivo de fala.

²⁷ A imagem corporal do enunciador faz emergir a figura do fiador, entendida aqui como aquela que deriva da representação do corpo do enunciador efetivo, se construindo no âmbito do discurso. O fiador é aquele que se revela no discurso e não corresponde necessariamente ao enunciador efetivo. Assim, no âmbito discursivo, pode-se criar a imagem de um fiador calmo e tranquilo, mesmo que o enunciador não tenha essas características. Essa construção da imagem do fiador se relacionará, portanto, com as escolhas lexicais feitas pelo enunciador, que conferirão ao enunciado um tom de calma e tranquilidade, fazendo emergir, portanto, a imagem de um fiador calmo e tranquilo (PORTO, 2010a, p. 6-7).

Ao tomar a palavra, ao expor seus próprios enunciados, o enunciador está sujeito a críticas que nem sempre lhe serão bem-vindas, o que também pode provocar certa timidez ou acanhamento com os envolvidos no processo de comunicação. Reiteramos, então, que a cenografia é construída a partir da enunciação e que ela se valida por si mesma com os envolvidos no processo comunicativo. Entretanto, a cenografia tem as suas marcas e implicações, ou seja:

[...] uma cenografia só se manifesta se puder controlar o próprio desenvolvimento, manter uma distância em relação ao coenunciador, mas isto não ocorre num debate onde os interlocutores não têm o controle da enunciação e precisam reagir imediatamente a situações criadas pelos interlocutores. Numa situação contrária, como a sala de aula, por exemplo, o professor consegue conduzir seus enunciados bem como de seus alunos, não precisando, geralmente, reagir imediatamente às situações criadas por esses, poderá procurar respostas num segundo momento, poderá validar a sua enunciação de maneira não instantânea como no caso da política (MAINGUENEAU, 2002, p. 88).

Com base no que afirma esse autor, verificamos que a cenografia se manifesta em situações de controle do andamento do discurso, exemplificando com a sala de aula como contexto, na qual o professor pode pensar seu enunciado para manter o seu discurso, ao contrário de, por exemplo, um comício, no qual o político deve ser imediato ao responder questionamentos de possíveis eleitores. Nessa situação, fica evidente que o político não tem o domínio sobre o público como o tem um professor que poderá dar retorno ao grupo em outro momento.

Assim, esclarece Maingueneau (2002) que alguns tipos de discurso remetem a cenas enunciativas estabilizadas, enquanto outros podem ser mais flexíveis, mostrando cenografias afastadas de um modelo preestabelecido. Em relação a esse fato, o linguista estabelece dois polos: um que define como pouco numeroso e limitado a sua cena genérica, e outro em que os gêneros é que necessitam da escolha de uma cenografia. Essa variação, muito provavelmente, está ligada à finalidade deste ou daquele gênero. Desse modo,

[...] uma cenografia pode apoiar-se em cenas de fala que chamaremos *validada*, ou seja, a cena que já está instalada na memória coletiva, isto é, já instaladas na memória coletiva, seja a título de modelos que se rejeitam ou de modelos que se valorizam. [...]. Se falamos em *cena validada* e não em *cenografia validada*, é porque a *cena validada* não se caracteriza propriamente como discurso, mas como um estereótipo autonomizado, descontextualizado, disponível para reinvestirmos em outros textos. Ela se fixa facilmente em representações arquetípicas popularizadas pelas mídias. Pode-se tratar de acontecimentos históricos ou de cenas genéricas (MAINGUENEAU, 2002, p. 92, grifo do autor).

Depreendemos que a cena validada já está na memória coletiva, seja a título de modelos rejeitados ou de modelos que se valorizam segundo o pensamento desse autor. Nesse sentido, essa cena não se caracteriza como um discurso, mas como um estereótipo a ser usado em outros textos, e as prováveis relações entre cena englobante, cena genérica e cenografia podem ser conflituosas, mesmo que o texto procure amenizá-las, sem excluí-las.

Desse modo, a cenografia não se dá sem propósitos, uma vez que o discurso se desenvolve a partir dela, com a intenção de conquistar a adesão de um público-alvo com a instituição da cena enunciativa que o torna legítimo. Maingueneau (2008b, p. 52, grifo do autor) comenta que

[...] uma cenografia implica certo uso da linguagem e é igualmente indissociável dele. Tratando-se de discurso constituinte, a língua (idioma escolhido e o uso que se faz dele) não pode ser, com efeito, um instrumento neutro, mas está investida como apropriada ao universo de sentido que o posicionamento pretende impor. Os textos não se desenvolvem na compacidade de uma língua, mas através da *interlíngua*, o espaço de confrontação entre variedades linguísticas: variedades “internas” (usos sociais variados, níveis de língua, dialetos...) ou variedades “externas” (idiomas “estrangeiros”). Tal distinção é, aliás, relativa na medida em que a distância entre uma língua “estrangeira” e uma língua “não estrangeira” não é estanque: para um europeu letrado, o latim durante séculos não foi uma língua “estrangeira” [...] o código languageiro²⁸ que mobiliza um discurso é, com efeito, aquele através do qual ele pretenda que se deva enunciar, o único legítimo junto ao universo de sentido em que ele instaura.

Portanto, temos como pressuposto que não há cenografia com ausência da língua, pois esta a investe de sentidos. Logo, seria contraditório afirmar que a língua é um instrumento de comunicação neutro; ela é investida de sentidos que serão evidenciados conforme seu uso, que poderá ser social, um dialeto etc. Em vista disso, Maingueneau (2008b) destaca que o processo comunicativo estará mais sujeito ao sucesso quando, ao referir-se ao estatuto do enunciador e do coenunciador, ambos pertencerem a uma mesma comunidade linguística, e, sobretudo, se o enunciador tiver uma vasta rede de informações, terá oportunidade de ampliar o conhecimento dos pertencentes a essa mesma ordem.

Com relação à cenografia e à dêixis, Maingueneau (1997a, p. 41) refere que “na língua, a ‘dêixis’ define as coordenadas espaço-temporais implicadas em um ato de enunciação, ou seja, o conjunto de referências articuladas” (Eu/Tu- Aqui-Agora).

Silva (2008, p. 43) assim se manifesta em relação à dêixis: “o fenômeno da dêixis discursiva constitui um dos planos de análise que permite identificar traços da semântica

²⁸ O código languageiro que mobiliza o discurso é, com efeito, aquele através do qual ele pretende que se deva enunciar, o único legítimo junto ao universo de sentido que ele instaura (MAINGUENEAU, 2008b, p. 52, grifo do autor).

global de um determinado discurso”, pois, em consonância a esta, todos os planos do discurso estão integrados.

O ato de enunciação supõe a instauração de uma “dêixis” espaciotemporal que cada discurso constrói em função de seu próprio universo [...]. Essa dêixis, em sua dupla modalidade espacial e temporal, define de fato uma instância de enunciação legítima, delimita a *cena* e a *cronologia* que o discurso constrói para autorizar sua própria enunciação (MAINGUENEAU, 2008a, p. 88, grifo do autor).

Assim, “o universo de sentido criado e/ou pressuposto pela dêixis discursiva engloba quatro dimensões: o locutor ou o enunciador; o destinatário ou o coenunciador; a cronografia (o tempo); e a topografia (o espaço)” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 93). Cada posicionamento enfatizará mais ou menos um desses elementos, segundo os condicionamentos de sua semântica global.

Benveniste (1995, p. 288, grifo do autor), tendo em vista a dêixis, afirma que

[...] são indicadores da dêixis demonstrativos, advérbios, adjetivos, que organizam as relações espaciais e temporais em torno do “sujeito” tomado como ponto de referência: “isto, aqui, agora” e as suas numerosas correlações “isso, ontem, no ano passado, amanhã”, etc. Têm em comum o traço de se definirem somente com relação à instância de discurso na qual são produzidos, isto é, sob a dependência do *eu* que aí se enuncia.

Com seu conjunto de palavras e expressões, a dêixis indica o contexto de uma determinada situação, e essas palavras ou expressões adquirem um novo significado, dependendo do contexto em que estão inseridas. A dêixis, nessa perspectiva, é o conjunto de processos linguísticos que permite inscrever no enunciado a marca da sua enunciação, que é única e irrepetível. Afirmamos, nesse caso, que tampouco o momento da enunciação é o mesmo e, enfim, a maneira pela qual um enunciado é pronunciado ou escrito é diversa de seu uso anterior (BENVENISTE, 1995).

Silva (2008) ressalta que o conceito de dêixis em linguística supõe o conjunto de localizações no espaço e no tempo que um ato de enunciação apresenta. Esse conceito está relacionado à noção de enunciação. Entretanto, Maingueneau (1984) modifica e amplia a noção de dêixis, atribuindo-lhe um caráter discursivo. Em suas palavras, “a dêixis não define apenas as coordenadas espaciotemporais implicadas em um ato de enunciação, ela define também, no nível discursivo, o universo de sentido que um posicionamento constrói através de sua enunciação” (MAINGUENEAU, 1984, p. 93). Não se trata de uma referência à situação de enunciação, ou, ao momento e ao espaço em que uma formulação foi

materializada. Trata-se de verificar em que medida as expressões utilizadas nessa formulação remetem à cena que o discurso constrói para autorizar sua enunciação.

Segundo Borges (2000, p. 1), “com esta noção pode-se ter uma primeira aproximação do lugar em que são produzidos os efeitos de sentido de um discurso. Esse lugar é a cenografia, de uma formação discursiva”. Desse modo, é o sistema de coordenadas referenciais (EU \longleftrightarrow TU—AQUI—AGORA) da enunciação que possibilita a atribuição de sentidos referenciais.

Assim, “em sua dupla modalidade espacial e temporal essa dêixis define uma instância de enunciação legítima, delimitando a *cena* e a *cronologia* que o discurso constrói para autorizar sua própria enunciação” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 89, grifo do autor). Nessa perspectiva, a dêixis também está relacionada à memória. Através do recurso à memória discursiva, é possível identificar as coordenadas espaciotemporais que estão em consonância com a semântica global de um determinado posicionamento.

Maingueneau (2005, p. 70) declara ser necessário abordar a noção de ethos em vista de “sua reflexividade enunciativa e a relação entre corpo e discurso que ela implica”, pois o discurso se manifesta como voz por um corpo que enuncia inscrito em uma situação que, ao ser enunciada, é pressuposta e validada. Ampliando tal reflexão, o autor cita *A retórica* de Aristóteles, de acordo com a qual “persuade-se pelo caráter (ethos) quando o discurso é de tal natureza que torna o orador digno de fé [...] é necessário que esta confiança seja o efeito do discurso, não de um juízo prévio sobre o caráter do orador” (MAINGUENEAU, 2005, p. 70). Compreendemos, portanto, que o ethos era tomado como uma imagem de si com o fim de assegurar a boa oratória.

Segundo Eggs (2005, p. 29, grifo do autor), ao se referir à retórica, “o orador que mostra em seu discurso um *caráter honesto* parecerá mais digno de crédito aos olhos de seu auditório”. Dito de outro modo, o orador terá credibilidade pelo efeito que o seu discurso causar na plateia.

De acordo com Amossy (2005a, p. 10), Roland Barthes retoma Aristóteles ao definir o ethos como “os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importando sua sinceridade) para causar boa impressão: é o seu jeito [...]”. Nesse sentido, Barthes segue Aristóteles e enfatiza a *arte de persuadir*.

Ducrot, também referido por Amossy (2005a, p. 14), invoca a noção de ethos: “está ligado a L, o locutor como tal: é como origem da enunciação que ele se vê investido de certos caracteres que, em contrapartida, tornam essa enunciação aceitável ou recusável”. Inferimos, com base no exposto, que para esse autor o “parceiro” sofre influências da ação.

Podemos considerar, conforme Maingueneau (2005, p. 70-71, grifo do autor) que o *ethos* é revelado como “mostrado” e ocasionalmente “dito”. Esse autor ressalta que o *ethos* possui uma vocalidade que pode ser expressa por um “tom”, tanto no oral quanto no escrito, e pela presença de um “fiador, cuja figura o leitor deve construir com base em indícios textuais de diversas ordens; vê-se, assim, investido de um caráter e uma corporalidade”. Inferimos que caráter corresponde aos traços psicológicos e a corporeidade, a uma constituição física, bem como à maneira de vestir-se, de locomover-se etc.

Dessa forma, por meio do tom da enunciação, existe a possibilidade de revelar a personalidade do enunciador, os traços do seu caráter, não importando se estes são sinceros ou não. Na expressão de Souza-e-Silva e Rocha (2009, p. 14, grifo dos autores), “o sentido propiciado pelo discurso impõe-se tanto pelo *ethos* como pelas ‘ideias’ que transmite; essas ideias se apresentam por uma *maneira de dizer* que remete a uma *maneira de ser*”. Essa *maneira de dizer* compreende o tom que permite ao enunciador se revelar ao coenunciador.

Nesse sentido, a noção de incorporação se introduz ao prever a imbricação do discurso com o seu modo de enunciação, a partir disso:

(i) o discurso, por meio do seu corpo textual, faz o enunciador encarnar-se, dá-lhe corpo; (ii) o coenunciador é levado a incorporar, assimilar um conjunto de esquemas que definem uma forma concreta e específica de se inscrever no mundo e de entrar em relação com os outros; (iii) essas duas primeiras incorporações asseguram a incorporação da comunidade imaginária dos que aderem a um mesmo discurso (SOUZA-E-SILVA; ROCHA, 2009, p. 13).

Em concordância com esses autores, entendemos que o coenunciador é um sujeito que, além de receber ideias, mostra a sua *maneira de ser* por meio de uma *maneira de dizer*, de colocar-se frente ao mundo.

Maingueneau (2002, p. 98, grifo do autor) refere-se, também, à noção de fiador:

[...] com efeito, o texto escrito possui, mesmo quando o denega, um *tom* que dá autoridade ao que é dito. Este tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciador (e não, evidentemente, do corpo do autor efetivo). A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de **fiador** do que é dito.

Compreendemos que o fiador tem um caráter que corresponde ao seu psicológico e uma corporalidade que diz respeito, além de sua compleição corporal, ao seu modo de vestir, de se movimentar no espaço social. Esse caráter e essa corporalidade do fiador são construídos na sociedade em que ele vive, por pressão da qual essas características podem ser valorizadas ou desvalorizadas, e, assim, a enunciação pode confirmá-las ou modificá-las. O

fiador, por meio do seu tom, atesta o que é dito, tanto no escrito como no oral. Maingueneau (2002, p. 99, grifo do autor) defende que

o poder de persuasão de um discurso consiste, em parte, levar o leitor a se identificar com a movimentação de um corpo investido de valores socialmente especificados. A qualidade do *ethos* remete, com efeito, à imagem desse “*fiador*” que, por meio de sua fala, confere a si próprio uma identidade compatível com o mundo que ele deverá construir em seu enunciado.

Por isso, em relação ao que comenta Maingueneau (2002), depreendemos que o enunciador ganha ou perde poder através de seus enunciados, dependendo de sua postura em relação à sociedade na qual está exposto. O enunciador, por meio de seus enunciados, constrói sua própria imagem, assim como os que o ouvem constroem uma imagem estereotipada dele, a qual pode ser ratificada ou desqualificada por essa sociedade, dependendo da capacidade de persuasão daquele que toma a palavra.

A introdução do conceito de fiador compõe a reformulação teórica de Maingueneau (2008c), que assume ter deformado o *ethos* por se distanciar da prática oratória e privilegiar o texto escrito. O fiador compreende uma representação construída pelo leitor a partir de pistas textuais, recebe caráter ou traços psicológicos e corporalidade – constituição corporal, vestimenta e mobilidade espacial – que se sustentam em um conjunto partilhado ou cristalizado de representações sociais, passíveis de avaliação coletiva. Brunelli (2006, p. 198, grifo da autora) afirma que, “com o *ethos*, o coenunciador tem condições de formar, por meio de índices de várias ordens fornecidos pelo texto, uma representação do sujeito enunciador que, por sua vez, desempenha o papel de um *fiador* encarregado pela responsabilidade do texto”.

Em nível da enunciação, o fiador recebe um corpo, torna-se a entidade construída pela interpretação do discurso; por sua vez, o coenunciador incorpora um conjunto de esquemas que assinalam seu modo particular de perceber a realidade. Feitas essas incorporações, há condições de constituir um corpo para o grupo imaginário que se filia a um discurso similar.

Na sequência deste estudo de base enunciativo-discursiva e com o propósito de aprofundá-lo, enfocaremos a modalização e as modalidades, aspectos que se relacionam aos modos de enunciação no discurso, o que, inclusive, caracteriza a cenografia e os *ethos* discursivos, ênfase desta pesquisa. Freitas (2008, p. 271) refere a “modalização como parte do fenômeno linguístico chamado enunciação. A enunciação é constitutiva do ato que consiste em utilizar os elementos da língua para ordená-los em discurso”, ou pela enunciação podemos

evidenciar como o “sujeito apropria-se da língua para organizá-la em discurso” (FREITAS, 2008, p. 271). De acordo com esse autor, a modalização está implícita no discurso e permite vislumbrar a posição do sujeito com intenção enunciativa em relação ao interlocutor. Ainda, ao citar Charaudeau, Freitas (2008, p. 271) frisa que os “atos enunciativos de base, que correspondem a uma posição particular – do locutor em seu ato de locução”, compõem a modalização, e não obstante “esses atos de base são chamados atos locutivos e as especificações desses atos (subcategorias), modalidades enunciativas”.

Desse modo, segundo Monnerat (2009), distinguimos *ato alocutivo* e *ato elocutivo*. O primeiro compreende o modo pelo qual o locutor envolve o interlocutor, impondo sua opinião. O enunciativo apresenta-se ao mesmo tempo em que solicita o saber do destinatário (“Você sabe que...?”). Ela explica (2009, p. 102-103, grifo da autora) que “essas são suas modalidades: a *interpelação*, a *injunção*, a *autorização*, o *aviso*, o *juízo*, a *sugestão*, a *proposta*, a *interrogação* e o *pedido*”. Essas modalidades se evidenciam por meio de uma relação de superioridade quanto ao locutor, com a intenção de comprometer o interlocutor, com exceção das duas últimas, pois, para essas, a relação de influência é de “inferioridade” do locutor, uma vez que ele invoca a superioridade do interlocutor. Já no *ato elocutivo*, o interlocutor não está implicado na locução. Ele se mostra por meio de uma postura de quem aprecia (ex. “Hum! Como isso é bom!”), e o destinatário ocupa o lugar de espectador-testemunha, sendo invocado a partilhar da euforia daquele que enuncia, com o intuito de instigar o

[...] *sujeito-interpretante* a identificar-se com a imagem de um terceiro, que é construída a partir da imagem eufórica do enunciativo. Dentro desse mesmo raciocínio, pode ainda o enunciativo se apresentar explicitamente como representante da marca, situação em que se revela como responsável pelo seu discurso e como *Agente do fazer* descrito (“Nós nos responsabilizamos por...”). Nesse caso, tem o *status* de benfeitor, levando o destinatário, ainda que não explicitamente, a se considerar beneficiário. Esse ato, portanto, diz respeito à maneira pela qual o locutor apenas declara a sua opinião ou posição (MONNERAT, 2009, p. 102-103, grifo da autora).

Segundo Monnerat (2009), suas modalidades são a *constatação*, o *saber/ignorância*, a *opinião*, a *apreciação*, a *obrigação*, a possibilidade, o *querer*, a *promessa*, a *aceitação/recusa*, o *acordo/desacordo*, a *declaração* e a *proclamação*.

Monnerat (2009) menciona Charaudeau (1992, p. 629) o qual estabelece, em relação ao ato delocutivo, que locutor e interlocutor estão apagados, e não evidenciam vínculos. Tal comportamento objetiva “estimular o *sujeito-interpretante* a se identificar com a imagem ideal do terceiro elemento do circuito – o produto apresentado pelo texto. A opinião expressa

tem existência nela mesma, impondo-se aos interlocutores pelo seu modo de dizer. “A *asserção* e o *discurso reportado* são as suas modalidades” (MONNERAT, 2009, p. 103, grifo da autora)

Do ponto de vista de Maingueneau (2002, p. 107, grifo do autor),

[...] todo enunciado possui marcas de **modalidade**; tais marcas podem se restringir ao modo verbal (o indicativo, o subjuntivo especialmente), o qual indica a atitude do enunciador face ao que diz, ou a relação que o enunciador estabelece com o coenunciador por meio de seu ato de enunciação.

Conforme esse autor, quando o locutor utiliza as modalidades, estabelece relações com o enunciado e pode mostrar, a partir disso, um engajamento maior ou menor em consonância com o que afirma. Nessa perspectiva, para designar valor ao conceito de modalidade, é necessário recorrer à lógica em estudos linguísticos, uma vez que os lógicos têm se ocupado das modalidades e as nomeiam como: aléticas, ontológicas e aristotélicas.

Os lógicos ampliaram a noção de modalidade alética ao envolver as modalidades epistêmicas e as deônticas (CERVONI, 1989). As modalidades epistêmicas foram elaboradas para abrigar as determinações pertencentes ao registro do saber, envolvendo noções como certo, provável e possível. As modalidades deônticas, ao abranger expressões que implicam referência à norma ou critério social, individual, ético ou estético, estão relacionadas às noções como necessidade, obrigação, permissão e proibição.

Na linguística contemporânea, merece destaque Cervoni (1989) que analisa as modalidades a partir do formal e estrutural. Esse autor enfoca que, pela modalidade, o autor do enunciado pode parecer mais ou menos autoritário, polêmico etc., enfatizando, sobretudo, que as modalidades podem ser modais, estruturas sintáticas, mas também podem se situar num “núcleo duro”, itens lexicais.

Borim (2006, p. 34-35) enfatiza que esse “núcleo duro” engloba modalidades aléticas que podem ser afirmativas ou negativas; modalidades epistêmicas que aludem ao conhecimento e à crença e implicam os verbos modais “crer” e “saber”, os quais regem todo e qualquer ato enunciativo; modalidades deônticas, que vão manifestar as proibições, necessidade e permissão e dizem “o que se deve fazer”, seus verbos são “poder” e “dever”. Nesse sentido, compreendemos que o enunciador é obediente ao discurso que se mostra autoritário, ou aconselhador.

Cervoni (1989, p. 63-75) sugere que o estudo das modalidades considere:

(i). o núcleo duro: formado pelas modalidades proposicionais e pelos auxiliares de modo;

(ii). a modalidade impura (lexemas verbais e expressões impessoais, modos e tempos, modalidades e ilocutório);

(iii). as exclusões (os adjetivos em – ável, ível, úvel, modalidades de frases, quantidade, tempo e lugar).

Conforme Koch (1984, 1997), os operadores modais, que viabilizam a posição do interlocutor em relação ao enunciado produzido, em qualquer contexto de interação, são os seguintes: a) verbos auxiliares modais: poder, dever, querer etc.; b) predicados cristalizados (é certo, é preciso etc.); c) advérbios modalizadores; d) construções de auxiliar mais infinitivo (ter de mais infinitivo, precisar (necessitar) mais infinitivo; dever mais infinitivo) etc.; e) modos e tempos verbais; f) verbos de atitude proposicional (eu creio, eu sei etc.); g) operadores argumentativos e h) orações modalizadoras (tenho a certeza de que, todos sabem que etc.).

Os verbos auxiliares modais *poder*, *saber*, *querer* e *dever*, segundo essa autora, têm carga semântica expressiva e são importantes para a interpretação das relações de poder. Os tópicos em que aparecem esses elementos modais podem ser marcados pelas considerações: a) os verbos *poder* e *dever* como auxiliares modais podem ser usados para indicar capacidade física, permissão ou eventualidade; b) o verbo modal *dever* pode mostrar uma obrigação interna e externa, além de probabilidade; c) *saber* designa a ideia de certeza; e d) *querer* mostra a força impositiva da vontade, que pode ser a do próprio sujeito ou de outro, pois mantém um forte vínculo com a noção de obrigação (CERVONI, 1989).

As construções de auxiliar mais infinitivo, exemplificadas com o verbo auxiliar *ter*, mais a preposição *de* ou *que*, podem ser constantes nas relações assimétricas, ao indicarem ordem, mando, bem como obrigação. Essas construções localizam-se indiferentemente tanto no turno do enunciador como do coenunciador, tendo em vista que não há uma localização predeterminada.

Em relação ao marcador de opinião *eu acho*, Santos (2000, p. 3) expõe: “eu acho indica incerteza do falante em relação ao enunciado”. Esse marcador pode aparecer no início da fala ou no final da unidade conversacional. Já de acordo com Marcuschi (1986, p. 61), “eu acho” indica um sinal da conversação localizado entre os marcadores conversacionais que “servem de elo de ligação [sic] entre unidades comunicativas, de orientadores aos falantes entre si, etc.”.

Salientamos, portanto, que a análise dos enunciados modalizados, considerando sua ambiguidade, é de difícil realização e, por esse motivo, atribuir um sentido único para sua leitura nem sempre é possível.

Na sequência deste trabalho, apresentamos conceitos referentes ao ethos discursivo e à imagem de si com a finalidade de analisar como ele se constitui na cenografia da Associação Amigos do Meio Ambiente, nosso objeto de estudo.

2.2 Ethos discursivo e a imagem de si

Abordamos, neste momento, noções de ethos, observando a herança retórica desse conceito para, depois, referir a proposição dos estudos relacionados ao ethos discursivo com base em Dominique Maingueneau e outros estudiosos sobre o assunto.

Conforme Carvalho (2010, p. 36, grifo da autora),

[...] o conceito de *ethos* advém da Retórica de Aristóteles como uma imagem que o locutor projeta por meio de seu discurso. Esta noção tem sido examinada por várias perspectivas teóricas na atualidade, devido à evolução das condições de exercício da palavra proferida publicamente.

Dessa forma, Aristóteles, em sua Retórica, apresenta a noção de ethos como a prova de persuasão baseada na imagem que o orador evidencia de si ao seu ouvinte, desconsiderando a opinião prévia que se tenha sobre ele.

Amossy (2005ab) menciona que, na Retórica de Aristóteles, ethos designava a construção de uma imagem de si, que visava a garantir o sucesso da oratória do orador. Tratava-se da imagem que este transmitia de si, em situação de fala pública, por meio de sua maneira de dizer, com o objetivo de conquistar a confiança do auditório. Entretanto, não se trata da apreensão dos traços de um sujeito psicológico que decide assumir certo modo de dizer para mais facilmente convencer seu interlocutor a aderir às suas teses. Tudo se dá em nível do discurso. É o posicionamento discursivo no qual o enunciador está inscrito que lhe confere um determinado ethos. O discurso “cria” o corpo de um fiador que, por meio de sua enunciação, produz certos efeitos na comunidade discursiva pressuposta e, ao mesmo tempo, validada por aquele discurso.

Segundo Carvalho (2010, p. 37, grifo da autora), “enquanto imagem de si no discurso, o *ethos* é um fenômeno enunciativo do qual não se pode escapar, pois, ao se utilizarem palavras no processo de comunicação, não há como fugir das imagens discursivas criadas pelos modos de dizer que remetem a uma maneira de ser”. Portanto, não há meios de se esquivar do ethos ou dos *ethé*²⁹ criados na incorporação pelo coenunciador.

²⁹ Plural de ethos.

Maingueneau (2008c, p. 13) destaca que Aristóteles assim versava a respeito do ethos: “causar boa impressão pela forma como se constrói o discurso, a dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança. O destinatário deve, então, atribuir certas propriedades à instância que é posta como fonte do acontecimento enunciativo”. Logo, o ethos está ligado ao orador, à sua virtude e ao seu caráter no momento da enunciação, e não a um saber extradiscursivo sobre o locutor. De acordo com esse autor, “o ethos é uma noção discursiva”, sendo construído, portanto, a partir do discurso.

Maingueneau (1997a, p. 45-46), ao se referir ao ethos retórico, propõe dois deslocamentos: o primeiro consiste em que os efeitos que o enunciador pretende causar sobre seu auditório por meio de sua imagem são impostos pela formação discursiva, e não pelo sujeito em si. O segundo é que “se deve recorrer a uma concepção do ethos que seja transversal à oposição entre o oral e o escrito”. Nesse sentido, o autor extrapola a ideia de ethos advinda da antiga Retórica, quando ressalta que ele não é construído exclusivamente a partir da vontade de um sujeito e que mesmo os textos escritos possuem um tom, uma vocalidade. Conforme Maingueneau (1997a), esse tom se associa a um caráter e a uma corporalidade, os quais recobrem as dimensões vocal, física e psíquica do ethos, constituindo uma representação do corpo do enunciador e garantindo a autoridade do que é dito por ele.

Segundo Piris (2007, p. 183, grifo do autor),

[...] podemos compreender o corpo do enunciador como a manifestação discursiva de uma voz e um corpo historicamente investido de valores compartilhados socialmente e captados por meio de estereótipos. O *ethos* é uma noção associada à imagem da instância subjetiva que assume a enunciação do discurso, o enunciador.

Com isso, percebemos que o ethos constitui-se pela e na história do sujeito, por meio da cenografia. Assim, quando falamos em um modo de dizer, falamos em um modo de ser e de se movimentar no mundo, construído no e pelo discurso.

De acordo com Possenti (2008, p. 150), “a semântica global de um discurso também define um ethos característico (doce, duro, irônico...) e, em decorrência, em boa medida, seu léxico que, por sua vez, é um dos elementos que dão concretude ao ethos”. Isso nos permite afirmar que o léxico poderá evidenciar o ethos a partir de seu sentido no texto ou seu tom na oralidade.

Na mesma perspectiva, Amossy (2005a, p. 9) afirma que “todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si”, a qual provém do estilo do locutor, de suas competências linguísticas e enciclopédicas, de suas crenças etc., que, intencionalmente

ou não, levam a que o locutor realize uma apresentação de si em seu discurso. Dito de outro modo, o locutor se mostra em seu discurso.

Ao abordarmos o *ethos*, pensamos a condição do sujeito entendido como efeito de identidade que se pode depreender dos textos. Para isso, mecanismos de construção do sentido possibilitam uma imagem de quem diz mostrada pelo modo característico de dizer, que é reconstruída pelo coenunciador. Esse efeito de identidade é adquirido por meio do diálogo com o outro, portanto, em relações históricas socialmente delimitadas. Além disso, compreendemos o *ethos* como uma noção intuitiva que envolve uma percepção afetiva do coenunciador que se utiliza do verbal e do não verbal na construção dessa noção. É pertinente enfatizar, ainda, que o *ethos* visado pelo locutor nem sempre é o *ethos* identificado pelo destinatário.

Maingueneau (2005, p. 70) ressalta que “duas razões o levaram a recorrer à noção de *ethos*: a) seu laço crucial com a reflexividade enunciativa; b) a relação entre o corpo e discurso que ela implica”. Entendemos, então, que a subjetividade revelada ocorre por meio do discurso, manifestando-se como voz, corpo enunciante a partir de uma história e de uma situação, que é pressuposta e validada progressivamente.

Como vemos, ao tratar da questão do *ethos*, Maingueneau (2005) procura evidenciar a importância de abordá-lo como uma construção discursiva, passível de ser reconhecida a partir das marcas enunciativas do discurso. Torna-se, então, possível fazer a distinção entre o *ethos pré-discursivo* e o *ethos discursivo* da seguinte forma: o *ethos pré-discursivo* seria a imagem que o coenunciador faz do enunciador, antes mesmo que este último tome a palavra para si. Em relação ao *ethos discursivo*, Maingueneau (2008c, p. 17, grifo do autor) estabelece três princípios mínimos, quais sejam:

[...] – o *ethos* é uma noção *discursiva*, ele se constrói através do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior a sua fala; – o *ethos* é fundamentalmente um processo *iterativo* de influência sobre o outro; – é uma noção fundamentalmente *híbrida* (sociodiscursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica.

Dessa maneira, o autor aponta que esses três princípios envolvem o sujeito do discurso. Essa construção do *ethos* dá-se, assim, por meio da cenografia, na situação de enunciação.

De acordo com Maingueneau (2005, p. 71-82), podemos distinguir cinco tipos de *ethos*, a saber:

a) *Ethos pré-discursivo*: o coenunciador já detém ou constrói representações do ethos do enunciador antes mesmo que ele fale. Isso se concretiza, especialmente, em discursos midiáticos, em virtude do conhecimento prévio do coenunciador sobre o ethos do enunciador, o que lhe permite, a cada novo acontecimento discursivo, confirmar ou não os traços que o identificam: “no domínio político [...] os enunciadores, que ocupam constantemente a cena midiática, são associados a um ethos que cada enunciação pode confirmar ou infirmar”;

b) *Ethos discursivo*: o autor admite que o ethos tenha uma “vocalidade específica”, um “tom” que permite relacioná-lo com uma fonte enunciativa. Sobre a corporalidade do enunciador, explica que se trata de “um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, de estereótipos sobre os quais a enunciação se apoia e, por sua vez, contribui para reforçar ou transformar”;

c) *Ethos dito*: segundo esse autor, “vai além da referência direta do enunciador a sua própria pessoa ou a sua própria maneira de enunciar.” Ele esclarece, ainda, que o *ethos* dito pode “também incidir sobre o conjunto de uma cena de fala, apresentada como um modelo ou um antimodelo da cena do discurso”.

d) *Ethos mostrado*: o autor explica que é “impossível definir uma fronteira clara entre o ‘dito’ sugerido e o mostrado não ‘explícito’”;

e) *Ethos efetivo*: construído pelo coenunciador no seu discurso, “resulta assim da interação entre diversas instâncias, cujo peso varia, segundo os discursos”.

Complementando o exposto, Souza-e-Silva (2008a, p. 263), a respeito de ethos, assim se manifesta: “a noção de ethos é pensada como um comportamento socialmente avaliado que não pode ser apreendido fora de uma conjuntura sócio-histórica”. Consequentemente, para pensar o ethos é preciso partir de aspectos que constituirão e transformarão o sujeito, numa relação contínua de trocas, em sociedade.

Segundo a mesma autora, num discurso o ethos resulta da interação de vários fatores: o enunciador lembra a própria enunciação, ethos dito, diretamente “é um amigo que vos fala” ou indiretamente, por meio de metáforas ou alusões a cenas de outras falas. A distinção entre ethos dito e mostrado se inscreve nos extremos de uma linha contínua, uma vez que é impossível definir uma fronteira nítida entre o “dito” sugerido e o puramente “mostrado” pela enunciação. O locutor mostra e não diz a sua maneira de ser. Destacamos, ainda, em relação ao ethos, que este se evidencia no mostrado e algumas vezes no dito e, de alguma forma, envolve-se na enunciação sem ser explicitado no enunciado.

Mainqueneau (1997a, p. 48, grifo nosso) acredita que “por estar diretamente associado à questão da eficácia de um discurso o ethos tem um *status* particular, ele tem a

capacidade de suscitar a crença na linguagem, mediada pela enunciação”. Desse modo, o coenunciador não adere a um discurso apenas porque são apresentadas ideias ligadas aos seus possíveis interesses, mas porque esse enunciador é alguém que tem acesso ao dito, por meio de uma maneira de dizer, a qual tem suas raízes numa maneira de ser, o imaginário de um vivido.

Na sequência, apresentamos os procedimentos metodológicos reportados à realização deste estudo, pelos quais descrevemos e analisamos os *corpora*, bem como os motivos que incentivaram a autora a torná-los seus objetos de estudo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE

3.1 Quanto aos *corpora*

A realização deste trabalho na Associação Amigos do Meio Ambiente, situada à Rua Havaí, número 99, no Bairro Popular da cidade de Passo Fundo, deve-se ao fato do envolvimento pessoal desta autora com grupos de papeleiros³⁰ há onze anos, tendo em vista o trabalho de conclusão do Curso de Pós-Graduação em Pedagogia Social, que envolveu esses sujeitos e no qual foi desenvolvida uma proposta político-pedagógica de inserção ao meio social passo-fundense. Esse processo foi iniciado a partir da preocupação da autora com as pessoas que observava diariamente nas ruas, com qualquer clima, empurrando carrinhos repletos de materiais recicláveis.

O trabalho realizado naquele momento abrangeu diversas pessoas que procuravam organizar-se em associações ou cooperativas para obterem reconhecimento financeiro e social, bem como interessados em se alfabetizar. Esses homens e mulheres, semi ou totalmente analfabetas, encontravam-se na faixa etária de 30 a 60 anos e viviam de forma desorganizada, recolhendo materiais recicláveis das ruas da cidade e vendendo-os por valores irrisórios a compradores que, muitas vezes, mantinham o seu próprio “negócio” clandestinamente no pátio de suas residências (vizinhos) ou em empresas formais localizadas em diversos pontos de Passo Fundo.

Inicialmente, esta autora fez-se presente em uma audiência pública realizada com o poder público na Câmara Municipal, na qual foi confirmada a intenção da Prefeitura em construir quatro centros de triagem de material reciclável. Nessa reunião, ficou acordado que os galpões seriam entregues apenas às pessoas organizadas juridicamente em associações ou cooperativas. Nesse encontro estavam presentes representantes de diversos pontos de reciclagem de Passo Fundo, inclusive do Bairro Popular, onde a AAMA está situada. Entretanto, à época, essa Associação ainda não estava constituída.

Durante essa reunião, a autora foi convidada a participar de outro encontro na casa de uma papeleira residente no Bairro Popular, onde estavam presentes membros da Pastoral da Saúde e voluntários da comunidade interessados em ajudar as pessoas. Naquele momento, foi deliberado que uma grande reunião seria realizada no salão da Capela Nossa Senhora de Fátima, no Bairro Cruzeiro, vizinho ao Popular, para identificar (onde essas pessoas residiam,

³⁰ “Papeleiros” era a nomenclatura usada naqueles anos, pois tempos depois surgiu a designação “catadores de materiais recicláveis”.

se já eram papeleiros etc.) as pessoas por meio de fichas, as quais deveriam ser preenchidas e entregues no local.

Dessa forma, ao acompanhar o grupo de papeleiros do Bairro Popular, com inúmeras reuniões realizadas, em sua maioria nas casas dos próprios papeleiros e simpatizantes, juntamente com a participação de representantes do poder público e de outras entidades, a autora ouvia, questionava e anotava as necessidades levantadas. A partir dessas reuniões, foi elaborado o estatuto da Associação dos Recicladores Mãos Dadas ao Resgate da Natureza, nome escolhido pelos associados. Além disso, foi formado um grupo de Educação de Jovens e Adultos (EJA)³¹, que teve andamento em sala de aula cedida pelo Serviço Social da Indústria (SESI), no turno da noite, com aulas ministradas por representantes da Universidade de Passo Fundo, então engajada no movimento.

No final de 2001, esta autora foi convidada por seminaristas para colaborar como “professora” (no período, trabalhava apenas com empresa) na “escolinha” da Associação Recicladora Amigos da Vida (ARAV) da vila Entre Rios, a qual atendia entre 30 e 40 crianças, diariamente, em uma “edificação” da favela, alugada pela própria Associação, que demonstrava grande preocupação com as crianças daquele local. A “escolinha”, então, era atendida por mães voluntárias da comunidade e recebia apoio de seminaristas da Igreja Católica, que também acompanhavam o trabalho dos papeleiros.

Foi assim que a autora se afastou do Bairro Popular, deixando um trabalho em andamento, para assumir outro. Contudo, destacamos que o grupo do Bairro Popular continuou com assistência voluntária por parte da Igreja Católica. Mai tarde, a autora afastou-se por um longo período dos grupos, retornando há mais ou menos quatro anos, desta vez vinculada ao Rotary³² e movida pela compaixão pelas pessoas, sobretudo por constatar seus sofrimentos com falta ou precariedade de moradia, saúde, educação, trabalho, bem como diante de sua exploração financeira, visando a ajudá-las e, sobretudo, aprender com essas comunidades em situação de vulnerabilidade social. O retorno culmina, assim, com o objeto de estudo desta pesquisa.

³¹ A autora acompanhou essas aulas (EJA) até a sua saída desse bairro para trabalhar na Vila Entre Rios com outro grupo de voluntários. Um dos motivos atribuídos à extinção desse grupo foi a falta de acompanhamento contínuo por parte de pessoas voluntárias, ou não, da sociedade civil, e outro é a necessidade de o aluno ter de deslocar-se a um local estranho ao seu mundo, defrontando-se com uma realidade que o agride.

³² O Rotary Club é um clube de profissionais que congrega líderes das comunidades em que vivem ou atuam, fomentando um elevado padrão de ética, ajudando a estabelecer a paz e a boa vontade no mundo, e que prestam serviços voluntários não remunerados em favor da sociedade como um todo, ou beneficiando, em casos específicos, pessoas necessitadas ou entidades que atuam também em favor de desamparados (ZACHARIAS, 2012).

Ao retornar ao Bairro Popular, a autora demonstrou grande satisfação em rever pessoas com as quais esteve envolvida no passado e que conseguiram organizar-se em uma associação. Resta reconhecer, agora, como acontecem as relações de trabalho por meio de práticas linguageiras, de discurso, entre os participantes dessa Associação, número esse que tem variado entre 8 a 15 pessoas, averiguando, ainda, como se constituem a cenografia e o ethos respectivo.

3.2 Objeto de estudo

Este estudo tem como objeto o discurso *sobre e no* trabalho e os enunciados dos trabalhadores da Associação Amigos do Meio Ambiente, fundada em Passo Fundo no dia 4 de dezembro de 2008. A análise dos *corpora* realizou-se a partir da observação sistemática, da leitura de documentos e, sobretudo, mediante a transcrição de segmentos discursivos extraídos das entrevistas anexas, que se distribuirão no sentido de exemplificar os fatos linguísticos constatados na pesquisa levada a efeito.

Essa Associação está legalmente constituída e organizada com estatuto social, desenvolvido junto à comunidade de trabalho pelo representante voluntário dos diversos segmentos da Igreja Católica envolvidos com esse grupo, possuindo regimento interno com normas construídas pelos associados. Explicitamos que, antes da inauguração da Associação, esse grupo já mantinha encontros frequentes nos quais discutia questões de gerência das atividades, ações específicas dos associados etc. Nesse sentido, os interessados em se organizar para o trabalho participavam dessas reuniões de acompanhamento desenvolvidas com dinâmicas de grupo, discussões e leituras técnicas sobre associações, cooperativas e suas possibilidades de gerenciamento.

O propósito das reuniões era possibilitar aos participantes o esclarecimento de suas dúvidas em relação à gerência do empreendimento, ao desenvolvimento de habilidades e aos meios de unir os associados de forma coesa em torno de objetivos comuns. As reuniões aconteciam, inicialmente, em casas de moradores do Bairro Popular e no salão de festas da Capela Nossa Senhora da Salette, localizada no Bairro Cruzeiro, em Passo Fundo, e eram encaminhadas, ou dirigidas, por lideranças do bairro e por representantes da Igreja Católica, além de outras pessoas que participavam voluntariamente por interesses diversos.

Atualmente, a Associação está constituída e tem como membros catadores de materiais recicláveis, contando com um representante da Igreja Católica indicado pelo Projeto Transformação para monitorar e coordenar o grupo. Constatamos, nas dependências da

Associação, a presença esporádica de alunos voluntários da Universidade de Passo Fundo, que, em busca de certificação de horas ou estágios, colaboram com a entidade. Essas pessoas contribuem com o grupo conforme os saberes adquiridos com os estudos em diversos campos: psicológico, pedagógico, administrativo etc. A Associação também conta com colaboradores da comunidade local que participam para ver a entidade firmemente consolidada. Salientamos, entretanto, que a estrutura física e o maquinário utilizado, tais como prensas, elevador, EPIs, etc., pertencem à Igreja Católica. Ressaltamos que a participação de voluntários junto às entidades sociais é muito significativa porque, de alguma forma, eles estão investidos de poder e as representam perante os sujeitos que os receberão na expectativa de “ajuda” a partir do seu *saber constituído e investido*. A AAMA recebe, ainda, auxílio da Prefeitura Municipal de Passo Fundo, que disponibiliza ao grupo um caminhão para recolher o material reciclável doado pela comunidade em geral.

Hoje, a AAMA está representada, juridicamente, por uma presidente, uma vice-presidente, uma tesoureira, uma secretária e uma conselheira, sendo esta a única que faz parte da Associação desde a sua fundação. Na sua maioria, as associadas não sabem ler nem escrever, e todas são católicas. Ressaltamos, também, que apenas uma das integrantes realiza a coleta de materiais nas ruas da cidade com um “carrinho” e que os proventos percebidos pela Associação são de fundamental importância para o provento das famílias, quando não a única forma de sobrevivência.

Na sequência, descrevemos o percurso metodológico empregado para a execução desta pesquisa.

3.3 Percurso metodológico

A pesquisa científica tem como objetivo conhecer alguns aspectos de determinado assunto e para tal precisa ser sistemática, metódica. Nessa perspectiva, a crítica e o seu produto têm a intenção de colaborar com a sociedade de alguma forma. Segundo Prodanov e Freitas (2009, p. 59), “a pesquisa científica é uma atividade humana, cujo objetivo é conhecer e explicar os fenômenos, fornecendo respostas às questões significativas para a compreensão da natureza”.

Esta pesquisa é de natureza básica, ou seja, “envolve verdades e interesses universais, procurando gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência, sem aplicação prévia prevista” (PRODANOV; FREITAS, 2009, p. 139). Isso implica a observação atenta em relação ao grupo a ser estudado, para que se retirem as informações pertinentes ao

estudo, mediante registro dos fenômenos linguísticos observados e colhidos na pesquisa de campo.

Dessa forma, em relação a seus objetivos, o estudo proposto neste trabalho é considerado como pesquisa exploratória, a qual, conforme Diehl e Paim (2002, p. 77), “consiste em proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. Estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de novas hipóteses”.

Entendemos que o objetivo de uma pesquisa exploratória é familiarizar-se com um assunto que ainda é pouco conhecido, pouco explorado. Assim intencionado e por intermédio de uma pesquisa exploratória, o pesquisador conhecerá mais sobre esse assunto e estará apto a elaborar hipóteses a respeito do objeto em pauta. Acerca do grupo em questão, conforme relato feito pela presidente da Associação, nenhuma outra pesquisa foi realizada, o que justifica a opção metodológica do estudo.

Podemos afirmar, também, que esse tipo de pesquisa depende da intuição do explorador, ou seja, do pesquisador. Como o tema é muito específico, a investigação quase sempre assume a forma de um estudo de caso.

Nesse sentido, ainda é preciso compreender que:

[...] a pesquisa exploratória possui planejamento flexível, o que permite o estudo de [um] tema sob diversos ângulos e aspectos. Em geral envolve: levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que estimulem a compreensão (PRODANOV; FREITAS, 2009, p. 63).

No caso em análise, optamos pela realização de entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado, os catadores de materiais recicláveis e possíveis colaboradores. Para conferir respeito aos entrevistados e com a necessidade de conquistar um “lugar” junto à Associação, é interessante registrarmos o consentimento (Apêndice A) dessas pessoas para acompanhá-las na realização de suas atividades, com o intuito de depreender as respostas objetivadas pelo estudo em questão.

Em relação aos procedimentos técnicos, este trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de um estudo de caso. Para aprofundamento das teorias de Maingueneau (1984, 2010) e Schwartz (1992, 2011ab), que servem de base para os capítulos I e II, houve a necessidade de pesquisa bibliográfica, possibilitando o desenvolvimento da nossa fundamentação teórica.

Prodanov e Freitas (2009, p. 68) afirmam que a pesquisa bibliográfica se realiza a partir de

[...] material já publicado, constituído principalmente de livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, Internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato com todo material já escrito, sobretudo o assunto da pesquisa.

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza da contribuição de diversos autores, a “[...] documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico [...]. A utilização da pesquisa documental é destacada no momento em que podemos organizar informações que se encontram dispersas [...]” (PRODANOV; FREITAS, 2009, p. 74). Neste estudo, utilizamos documentos oficiais da Associação – Estatuto Social e Regimento Interno (Anexos A e B, respectivamente) –, por entendermos que são ricos em informações a respeito da entidade, podendo, a partir de sua leitura, contribuir para a análise das questões da língua e do trabalho.

O estudo de caso, por sua vez,

[...] se refere ao estudo minucioso e profundo de um ou mais objetos. Pode permitir novas descobertas de aspectos que não foram previstos inicialmente. [...] exige do pesquisador grande equilíbrio intelectual e capacidade de observação, além de parcimônia quanto à generalização dos resultados (PRODANOV; FREITAS, 2009, p. 74).

Neste trabalho, o estudo de caso visa a explicar as práticas de linguagem discursivas, em situação de trabalho, entre os associados da AAMA, a partir da cenografia e do ethos discursivo decorrentes dos relatos manifestados pelos entrevistados, sujeitos de pesquisa. De acordo com Prodanov e Freitas (2009, p.75),

[...] as cinco características básicas do estudo de caso são: (I) é um sistema limitado e tem fronteiras em termos de tempo, eventos ou processos, as quais nem sempre são claras e precisas; (II) é um caso sobre algo, que necessita ser identificado para conferir foco e direção à investigação; (III) é preciso preservar o caráter único, específico, diferente, complexo do caso; (IV) a investigação decorre em ambiente natural; (V) o investigador recorre a fontes múltiplas de dados e a métodos de coleta diversificados: observações diretas e indiretas, entrevistas, questionários, narrativas, registros de áudio e vídeo, diários, cartas, documentos, entre outros.

O estudo de caso que empreendemos envolve análise e interpretação dos dados obtidos, apresentados num encadeamento lógico que proporcionará ao leitor sua melhor compreensão.

No que diz respeito à abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa, e nesta o ambiente se revelará a fonte direta para a coleta dos dados, a interpretação dos fenômenos e, sobretudo, a atribuição de significados. Ela não requer o uso de dados estatísticos.

Como vemos, o planejamento é muito relevante para a pesquisa científica. Assim, após definirmos os termos do projeto, partimos para a coleta de dados no ambiente natural, a AAMA, momento em que a pesquisadora torna-se uma peça de grande importância para a realização do estudo.

Em relação à pesquisa, verificamos que o universo social a ser trabalhado, geralmente, é muito grande, levando a que o pesquisador delimite a população, de modo que a amostra seja representativa do universo, da população-alvo. Para tanto, segundo Prodanov e Freitas (2009, p. 108), alguns conceitos devem ser levados em conta: “População: é o todo de indivíduos. Por conseguinte, o pesquisador deve preocupar-se com a qualidade da amostra ou um subconjunto de indivíduos da população-alvo”. Ainda, “Amostra: é a parte do universo, do todo”. Nesta pesquisa, utilizamos amostra não probabilística, a qual “pode ser composta de forma acidental ou intencional”. Em nosso estudo, optamos pela amostra intencional ou de seleção racional, que

[...] constitui um tipo de amostragem não probabilística e consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população. A principal vantagem da amostragem por tipicidade está nos baixos custos de sua seleção. Entretanto requer conhecimento da população e do subgrupo selecionado (PRODANOV; FREITAS, 2009, p. 109).

Foi previsto o número de 4 pessoas, de um total de 13, para serem entrevistadas na Associação, sendo três associadas e um agente social representante da Igreja Católica, o qual acompanha o empreendimento, fornecendo aos seus membros diversas informações sobre o mundo dos negócios e, sobretudo, sobre a importância das interações e relações sociais. Das associadas, uma era analfabeta, outra era semianalfabeta e outra tinha o ensino médio completo. Já o agente social possuía o ensino superior em curso. Dessa forma, com base no grau de escolaridade desses trabalhadores, selecionamos as pessoas para participar, efetivamente, das entrevistas.

Como técnicas de pesquisa e de coleta de dados, selecionamos a observação direta intensiva, que, segundo Prodanov e Freitas (2009, p. 113), “consiste em observações e entrevistas”. Essa técnica permite, via de regra, que os observados se sintam mais livres, mais à vontade, jamais pressionados a desempenhar um papel diferente daquele que exercem no seu dia a dia ao conviver com pessoas de outros setores da comunidade.

Utilizamos, neste estudo, a observação sistemática, que pressupõe planejamento para a organização e o registro dos dados coletados. Conforme Prodanov e Freitas (2009, p. 115), nessa instância, “é preciso estabelecer, antecipadamente, as categorias necessárias à análise da situação”, que, neste estudo, foram estabelecidas a partir da construção de entrevistas dirigidas às associadas e ao coordenador, conforme registros nos Anexos B, C, D e E.

Constituem os *corpora* desta pesquisa o estatuto social e o regimento interno da entidade. A partir dos discursos neles inscritos, analisamos se as falas e ações correspondem ao prescrito e de que forma ocorrem as renormalizações.

Selecionamos, ainda, para este trabalho, entrevistas semiestruturadas ou não padronizadas, enfatizando que a entrevista constitui uma técnica de levantamento de dados muito importante. Sendo básica na realização da pesquisa, ela se realiza face a face com os entrevistados. “A pesquisa não padronizada não existe rigidez de roteiro; o investigador pode explorar mais amplamente algumas questões, tem mais liberdade para desenvolver a entrevista em qualquer direção. Em geral, as perguntas são abertas” (PRODANOV; FREITAS, 2009, p. 118). Assim, no caso deste estudo, a aproximação da pesquisadora com a Associação e seus catadores ocorreu porque não há como separar certos conceitos implícitos nesta convivência, por exemplo, a influência mútua entre os diversos sujeitos sociais que interagem na AAMA.

Foram realizadas três entrevistas com integrantes da Associação (Apêndices B, C e D) e uma com o coordenador (Apêndice E), empregando instrumento organizado com perguntas abertas³³. Esse procedimento permitiu que tivéssemos trânsito mais livre pelo grupo, com um entrosamento mais adequado, e que conquistássemos sua confiança por meio de participações frequentes e sistemáticas, confluindo num total aproximado de dez visitas à Associação com vistas à realização desse estudo.

Com o intuito de responder à questão deste trabalho – “Como se constroem discursivamente a cenografia e o ethos manifestados através de práticas de linguagem numa associação de material reciclável e de seus catadores?” –, dedicamo-nos, na sequência, ao estudo do estatuto, do regimento e das entrevistas com as trabalhadoras, acrescido das observações da autora na sede da AAMA, especificando, de forma mais estreita, os procedimentos (mecanismos) que nortearam a interpretação e a análise dos dados obtidos.

Os dados utilizados na análise são constituídos por documentos, entrevistas, visitas, conversas, depoimentos e observações do grupo. Na análise, buscamos articular alguns

³³ Foram realizadas dez questões para as associadas e nove questões para o coordenador (vide Apêndices).

pressupostos teóricos discutidos nas contribuições de Schwartz (1992, 2011b), Souza-e-Silva (2002, 2011), Maingueneau (1984, 2010), entre outros teóricos, na temática linguagem e trabalho, e, nesse sentido, abordamos pressupostos da ergologia, da linguagem do trabalho e da semântica global, especialmente os conceitos de cenografia e ethos.

Dessa forma, com base em Schwartz (1992, 2011ab), fazemos referências às situações linguageiras que envolvem o trabalho na AAMA. Afinal, acreditamos que, a partir de enunciados, é possível perceber como ocorrem as práticas de linguagem, discursivas mediante a situação de enunciação – cenografia – e o ethos discursivo na Associação. A análise, portanto, é desenvolvida com destaque aos aspectos ergológicos e da semântica global, evidenciados no estudo dos discursos manifestados nas entrevistas, nos textos do estatuto social e do regimento interno da AAMA.

Esclarecemos que não foi estabelecida uma hierarquia para a análise, conforme a ordenação apresentada nos itens abaixo. Este consiste, meramente, em um roteiro metodológico norteador, visto que existem momentos na análise em que ora prevalecem alguns enfoques, ora outros, com ênfase ao conteúdo (dados obtidos nos *corpora* de pesquisa) encontrado nas entrevistas e nos textos documentais analisados; ou seja, tomamos por base as pistas/marcas linguístico-discursivas presentes no material que selecionamos como objeto.

Nesse intento, registramos o seguinte percurso metodológico para organizar a análise realizada, com destaque para a interface entre:

- a) Ergologia da atividade:
 - norma e renormalização;
 - a operacionalização dos saberes: normas antecedentes e renormalizações;
 - o trabalho e o uso de si por si e o uso de si pelos outros;
 - as relações entre os valores, o saber e o agir em competência;
- b) Semântica global – cenografia e ethos:
 - o estatuto do enunciator/coenunciador: marcas de pessoa no discurso – eu, tu, nós;
 - a dêixis enunciativa temporal e espacial;
 - o modo de enunciação (maneiras de dizer) através do vocabulário, das marcas de modalidade e modalização: verbos auxiliares, modos e tempos verbais, advérbios, etc.
 - o modo de enunciação através do vocabulário, das marcas linguísticas de modalidade e de modalização: verbos auxiliares, modos e tempos verbais, advérbios etc.

Na sequência deste estudo, registramos os resultados e as análises obtidas na Associação dos Amigos do Meio Ambiente.

3.4 Resultados e análise

3.4.1 Trabalho, prescrições e renormalizações: o corpo si na perspectiva ergológica

De acordo com Souza-e-Silva (2004), a atividade de trabalho é uma resposta às prescrições determinadas no seu exterior e, dessa forma, pode ser reformulada conforme as necessidades que se apresentam. Compreendemos, dessa maneira, que as prescrições são importantes para definir o trabalho e como ele deve ser realizado pelo trabalhador para que esse se sinta seguro ao vislumbrar a realização da atividade.

Consoante Schwartz (2011b, p. 34), existem normas antecedentes que “estão próximas do trabalho como prescrições, procedimentos, constrangimentos, relações de autoridade, de poder, mas também os saberes científicos, técnicos, regras jurídicas, as regras capitalizadas”, enfim tudo o que precede a realização de uma atividade. Por conseguinte, o trabalho prescrito é aquele que vem da hierarquia, ou o que está dito e deve ser realizado (SCHWARTZ, 2011a). Já o trabalho real, segundo o mesmo autor (2011b), implica a execução do ato laboral, se a atividade é desenvolvida exatamente do modo que foi prescrita ou se passa por renormalizações compreendidas como “gestões de variabilidades”.

Evidenciamos que há prescrições descendentes, as que vêm da hierarquia, e prescrições ascendentes, aquelas desenvolvidas no ambiente de trabalho. Como não está acorrentado às normas, o sujeito age sobre o trabalho e, a partir de seus saberes constituídos e instituídos, renormaliza as prescrições. Contudo, a ausência de prescrições promove inseguranças ao trabalhador.

Schwartz (2010a, p. 37) menciona que “a ergologia constitui-se em um projeto de melhor conhecer e, sobretudo, de melhor intervir sobre as situações de trabalho para transformá-las”. Dessa forma, essa disciplina valoriza o trabalhador ao convocá-lo a conhecer e, se necessário, renormalizar as prescrições ao fazer *uso de si*, em vista de melhores resultados no processo de desenvolvimento da atividade. A ergologia convoca o trabalhador como sujeito possuidor de saberes a desenvolver a atividade e intervir sobre as prescrições, observando a possibilidade de trabalhar de maneira diferente da estabelecida pela hierarquia.

Ampliando essa reflexão, Freitas (2010, p. 191) enfatiza que “trabalhar é sempre um drama no sentido de que envolve o trabalhador por inteiro; é o espaço de tensões

problemáticas, de negociações de normas e valores”. Ressaltamos que o trabalho implica escolhas e que, muitas vezes, estas são difíceis para o trabalhador, e isso gera o que Schwartz (2010) chama de dramáticas do uso de si, em vista de que as opções não garantem o sucesso final da atividade. Ainda, segundo esse autor, a partir das dramáticas, verificamos o visível e o invisível do trabalho. O visível, a realização da atividade, é facilmente apontada, porém o invisível do trabalho está no debate das normas, nas trocas languageiras.

O trabalhador, designado por *corpo-si*, age a partir do seu corpo biológico, porém observamos que sua historicidade se faz presente e, assim, esse sujeito singulariza a sua atividade. O trabalhador faz *uso de si* para a realização de uma determinada tarefa, não obstante verificamos que, na realização das atividades, também acontece o *uso de si por outros*. Em vista disso, Freitas (2010, p. 191, grifo do autor) ressalta que “a expressão *uso de si* remete ao fato de que não há somente execução nessa dramática, mas um uso. É a pessoa sendo convocada em toda a sua subjetividade, com toda a mobilização que qualquer abordagem taylorista jamais pode alcançar”.

Ainda, neste estudo, são considerados os saberes compreendidos dos sujeitos para a elaboração das atividades. Segundo Borges e Zambroni-de-Souza (2010), esses saberes são constituídos, os saberes formais e os saberes investidos – isto é, a historicidade do sujeito –, e ambos mostram-se estreitamente vinculados à realização do trabalho. Conforme Nouridine (2002, p. 19), “as atividades, os saberes e os valores são propriedades intrínsecas ao trabalho, que se manifestam no cruzamento e na contaminação mútua”.

Outro fator relacionado ao trabalho a considerar é a linguagem. Na expressão de Nouridine (2002, p. 18, grifo do autor), “a linguagem *como* trabalho, a ‘linguagem *no* trabalho’ e a ‘linguagem *sobre* o trabalho’ constituem modos da forma genérica ‘práticas languageiras’”. Inferimos, com base nisso, que a linguagem é fundamental na realização do trabalho, pois essa vai dizer a ação. Segundo Amossy (2005a, p. 16), “a maneira de dizer autoriza a construção de uma verdadeira imagem de si [...]”. Nesse sentido, vislumbramos os documentos da AAMA como fiadores de um ethos discursivo que se constrói ao construir a cenografia administrativa em seus enunciados.

A seguir, observamos segmentos do estatuto social (Anexo A) e do regimento interno (Anexo B) da AAMA, desenvolvidos pelo Projeto Transformação e disponibilizados à AAMA com o intuito de agilizar a regulamentação judicial do empreendimento. Esses documentos, normalizadores, prescritores, que conduzem a entidade e seus associados, dão as diretrizes do que é a Associação e de como devem agir os seus membros nas diversas situações de trabalho.

Como mencionamos, esses documentos foram elaborados pelo Projeto Transformação, e não pelas associadas, de modo que se impõem ao grupo as prescrições, uma vez que os “saberes” das trabalhadoras não contribuíram, ou contribuíram parcialmente para esse fim. Nesse caso, tais saberes foram “apagados”. Importante observarmos que as prescrições mostram-se “às vezes muito coercitivas, outras extremamente vagas, por vezes contraditórias, não podendo ser ignoradas se se quer compreender o que é possível fazer, o que é autorizado, tolerado ou proibido” (SOUZA-E-SILVA, 2004, p. 85).

Estatuto social (Anexo A)

Art. 7º - São direitos de todos os associados:

- a) participar e tomar parte, com direito a voz, da Assembleia Geral.
- b) Votar e ser votado para os cargos eletivos da Associação.
- c) Usufruir dos benefícios, participar das atividades.

Art. 8º - São deveres de todos os associados:

- a) Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- b) Acatar as disposições da Assembleia Geral;
- c) Zelar pelo nome da AAMA, pelos seus bens patrimoniais e associados.

Regimento interno (Anexo B)

Art. 10 - São direitos e deveres dos associados da AAMA:

I - São direitos ao Associado:

- a) faltar ao trabalho quando se encontra doente, desde que justificado com atestado médico;
- b) tirar um dia de folga por mês.

II - São deveres do Associado:

- a) justificar as faltas;
- b) cumprir com o Estatuto Social e o Regimento Interno da AAMA;
- c) zelar pelo nome da AAMA, pelos seus bens patrimoniais e associados;
- d) material coletado fora do horário de trabalho deverá ser vendido exclusivamente para a AAMA.

Comparados, esses documentos mostram-se igualmente prescritivos, pois descrevem as normas e o modo como o associado deve proceder em relação à AAMA. O regimento complementa o estatuto, sendo mais detalhado. Todavia, apresenta lacunas que são preenchidas no cotidiano da Associação pelos seus integrantes a partir de renormalizações, de acordo com a necessidade da entidade.

Ressaltamos que esses documentos, ao evidenciar *a imagem de si*, constroem um ethos da Associação que se revela uma entidade séria perante a opinião pública. A essa *imagem de si* atribuímos, então, a noção de ethos que, segundo Amossy (2005a, p. 17), “está ligado ao estatuto do locutor e à questão de sua legitimidade, ou melhor, ao processo de sua legitimação pela fala”. Nesse sentido, o ethos discursivo evidenciado a partir da cenografia administrativa da AAMA é o de uma empresa séria, mas aberta à negociação com os seus

associados. Nos segmentos destacados a seguir, observamos as normas para o ingresso de um novo membro à Associação.

Estatuto social (Anexo A)

Art. 6º - A AAMA é constituída por número ilimitado de associados que compartilham os objetivos e princípios da associação. Para se associar é necessário ser aprovado pela Assembleia Geral, sendo que o associado pode a qualquer momento se desligar da associação, por sua livre iniciativa.

1º - Podem se associar mulheres e homens.

2º - Os associados não respondem subsidiária nem solidariamente pelas obrigações da associação, não podendo falar em seu nome, salvo se expressamente autorizados pela Assembleia Geral.

Regimento interno (Anexo B)

Art. 7º - Cabe a Assembleia Geral decidir sobre o ingresso do candidato;

§ 1º - Para o ingresso de novos associados, a Associação primeiramente fará uma avaliação da atual situação econômica, bem como da necessidade de novos integrantes e então decidirá quanto à viabilidade da inclusão de novos associados.

§ 2º - Para o cumprimento do período de experiência de trinta dias será necessário ter a aprovação de 50% dos associados.

§ 3º - Para a admissão definitiva do associado será necessário à aprovação de 80% dos associados.

Dessa forma, constatamos, ao participar de uma reunião que tratou da entrada de um novo sócio, um “furo de normas”. Como explica Schwartz (2011b, p. 33), “todos os furos de normas engajam reconfigurações de maneiras de fazer, dos laços coletivos mais ou menos intensos, das aprendizagens, das redes de transmissão de saber fazer, dos valores do uso de si [...]”.

Assim, como exemplo de lacuna a ser preenchida no regimento interno, destacamos o momento em que a tesoureira informou a uma sócia entrante sobre o período no qual esta ficaria sem perceber o valor da divisão dos lucros da produção excedente. Segundo ela, o período corresponderia a vinte dias, a contar do início das atividades na Associação. Por sua vez, a presidente e as associadas mais antigas entenderam que, desde a fundação da entidade, esse valor é dividido com novos associados a partir do trigésimo dia, entretanto, isso não consta em qualquer documento (Anexos A e B), o que deixou o grupo momentaneamente desorientado. Duraffourg (2010, p. 77) ressalta que “a chegada de um novato fragiliza necessariamente o domínio da situação de trabalho”.

Evidenciamos, dessa forma, uma lacuna nos documentos. Contudo, segundo Schwartz (2011a, p. 138, grifo do autor), “nenhum protocolo, nenhuma norma antecedente, nenhuma prescrição poderá abstrair os vazios de normas. A antecipação exaustiva é impossível [...]”. Em vista disso, os prescritos são fundamentais para o sucesso do

empreendimento. Inferimos que as prescrições norteiam a Associação, o coordenador e, sobretudo, os associados.

Sant’Anna e Souza-e-Silva (2007, p. 84) afirmam que, em situações de *déficit* de prescrições, “o trabalhador é obrigado a inventar tanto os objetivos a alcançar quanto o modo de atingi-los, já que não tem como (re)organizar a atividade a partir de regras conhecidas”. Na opinião das autoras, isso gera insegurança e desconforto para os trabalhadores em geral. De todo modo, porém, as associadas precisaram decidir e preencher o vazio da regra. Com relação a esse fato, a tesoureira agiu sem consultar a hierarquia, porém a presidente investiu-se de poder, fazendo afirmações embasadas no que “pensou” ser a regra, mas nenhuma seguiu o prescrito. Identificamos, aqui, uma renormalização com o objetivo de preencher a lacuna aparente nos documentos. De acordo com Schwartz (2011b, p. 34), “as renormalizações são os diversos modos como o trabalhador gerencia as variáveis de sua atividade, como esse trabalha com os ‘furos das normas’”.

Em vista disso, o grupo transparece a grande necessidade de “cuidados” e de normas. Freitas (2010, p. 192) entende que “as normas tem o objetivo de organizar o trabalho e surgem para prescrever de modo antecipado e enquadrar de forma explícita aquilo que o trabalhador deveria executar”. Essa necessidade de normas remete o grupo a um forte vínculo taylorista que, em conformidade com Antunes, (2009, p. 38, grifo do autor), foi um sistema produtivo iniciado nas indústrias do século XX e “baseava-se na produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais *homogeneizada* e enormemente *verticalizada*”. Percebemos esse fato na seguinte fala de uma das associadas entrevistadas, ao referir a necessidade de uma pessoa que conduza o grupo: “ele é bom, mas já tivemos monitores de pulso mais firme, que diziam se a gente estava certa ou errada”. Vemos, então, que o grupo da AAMA ainda não se constitui autonomamente, com capacidades para decidir o rumo do empreendimento, pois convoca a presença ativa e frequente do coordenador. Em consonância com Souza-e-Silva (2002a, p. 72), “o retrabalho permanente das normas supõe também um retrabalho dos discursos”.

Ressaltamos que os documentos anexos preconizam o *uso de si por si* e de *si pelos outros*. Os associados trabalham, realizam as atividades, mas também decidem em nome da Associação, “emprestam” seus serviços à AAMA ao decidir em seu nome. A isso podemos relacionar o que mencionam Sant’Anna e Souza-e-Silva (2007, p. 85): “o lugar a partir do qual estamos falando toma como referência a existência de um conjunto de discursos prescritivos que circulam em uma dada conjuntura que permite a delimitação daquilo que denominamos campo discursivo da prescrição para/no/sobre o trabalho”.

Outra observação acerca dos segmentos dos documentos da AAMA diz respeito à gerência da entidade. Schwartz (2004) afirma que necessitamos de um mínimo de gestão, econômica e profissional, dos encargos que nos são atribuídos, e essa gerência implica uma gestão de interfaces: o técnico e o humano. Isso demanda uma competência do trabalhador no sentido de que ele se aproprie do trabalho, porém essa competência não é neutra, ela revela a historicidade do trabalho e influencia na tomada de decisões. Em vista disso, percebemos que a linguagem constitui o trabalho que se realiza a partir desta.

Inferimos que esses documentos (Anexos A e B) evidenciam o ethos de uma empresa organizada, aberta à economia popular, com intenção de acolher pessoas em situação de vulnerabilidade social, revelando a imagem de uma entidade autônoma, possuidora de um saber. O discurso desses documentos está modalizado por afirmações que indicam certeza desse saber, evidência e obrigação configuradas pelo ato enunciativo delocutivo, no qual, segundo Charaudeau (1992), citado por Freitas (2008), o locutor permite que sua enunciação se imponha como se ele não fosse o responsável. Os documentos representam a AAMA como a empregadora.

Constatamos que os documentos trabalham com uma força ilocutiva, ao usar verbo modalizador do enunciado para indicar conhecimento (modalidade epistêmica): *saber, conhecer etc*; dever/obrigatoriedade (modalidade deontica): *dever, poder etc.*; e capacidade (modalidade habilitativa): *ter, estar etc.*

A ordem enunciativa é expressa pela modalidade delocutiva, que dispõe os documentos como locutores, com pronomes e verbos, na terceira pessoa do singular. Em relação aos novos sócios, a AAMA se apresenta como a detentora do saber e, ao mesmo tempo, oferece oportunidade de ingresso a novos membros que estão livres para “entrar” ou “sair” da entidade. Como o locutor não está presente, não há referências dos pronomes EU/TU e, assim, faz desaparecer a responsabilidade sobre este.

Nesta parte do estudo, procedemos a uma análise a partir das modalidades linguístico-discursivas. Borim (2006, p. 34-35) considera modalidades aléticas as que são da ordem do positivo/negativo, não possuem marcas linguísticas específicas e não podem ser imperativas, interrogativas ou exclamativas. Geralmente, essas modalidades aparecem entrelaçadas com as modalidades deonticas que evidenciam a conduta e linguagem das normas, elas dizem o que deve fazer, e nesse sentido o coenunciador obedece ao discurso autoritário.

Segundo Borim (2006), o enunciado se reveste de uma verdade incontestável, pois em uma enunciação o discurso positivo se apresenta como o da ciência e da autoridade.

Verificamos, dessa forma, que tais modalidades presentes no estatuto e no regimento interno da associação são aquelas que não permitem desordem e questionamentos, contudo, apresentam a AAMA como a detentora do poder. Essas constatações devem-se à presença:

a. dos verbos *fará, decidirá, será, deverá, poderá, reunirá, realizará, adotará*, em suas formas positivas, pressupondo-se a sua negação implícita, no sentido de que os fatos falam por si mesmos, como se pode observar nos enunciados a seguir:

CAPÍTULO II/ Estatuto social – AAMA
Dos sócios

- Art. 9º** - *Poderá* ser eliminado da associação [...]
Art. 4º - A associação *adotará* [...]
Art. 14 - A convocação da Assembleia Geral *será* feita por meio de edital [...]
Art. 16 - A convocação *será* feita pelo Presidente [...]
Art. 18 - A diretoria se *reunirá* [...]
Art. 25 - O patrimônio da associação *será* [...]
Art. 26 - A associação *poderá* ser extinta [...]
Art. 30 - A associação adotará práticas [...]

CAPÍTULO II/ Regimento interno - AAMA
Dos sócios

- Art. 7º** - Cabe a Assembleia Geral *decidir* sobre o ingresso do candidato;
 § 1º - [...] o de novos associados, a Associação primeiramente *fará* [...] *decidirá* [...].
 § 2º - Para o cumprimento do período de experiência de trinta dias *será* necessário [...].
 § 3º - Para a admissão definitiva do associado *será* necessário [...].
 § 4º - Acatada a admissão pela Assembleia Geral, o novo associado *deverá* [...].
Art. 8º - Para o reingresso à Associação o ex-sócio *deverá* seguir o que determina [...].
Art. 9º - O associado *poderá* sair da associação;
 II - Por morte do associado: neste caso *poderá* ingressar [...].
Art. 10º - São direitos e deveres dos associados da AAMA:
 II – São deveres dos associados:
 d) material coletado fora do horário de trabalho *deverá* [...].

b. dos advérbios modalizantes *preferencialmente, primeiramente, livremente, exclusivamente, devidamente, coletivamente, solidariamente, privativamente, ordinariamente, especialmente, legalmente, passivamente, anualmente, integralmente, indiretamente*.

CAPÍTULO I/ Estatuto social - AAMA
Denominação, Sede, Objetivo, Princípios e Ano Social

- Art. 2º** - d) elevar *coletivamente* a autoestima [...].

CAPÍTULO II/ Estatuto social - AAMA
Dos Sócios

Art. 6º - § 2º - Os associados não respondem subsidiária nem *solidariamente* [...].

**CAPÍTULO III/ Estatuto social - AAMA
Dos Órgãos Sociais**

Art. 12 - Compete *privativamente* à Assembleia [...].

Art. 13 - A Assembleia Geral reunir-se-á *ordinariamente* [...].

Art. 15 - § 1º - [...] a Assembleia *especialmente* convocada [...].

Art. 20 - d) representar a associação *legalmente* [...].

Art. 21 - a) [...] ativa e *passivamente* [...].

**CAPÍTULO IV/ Estatuto social - AAMA
Das Fontes de Recursos**

Art. 26 - A associação poderá ser instinta [...] *especificamente* convocada [...].

**CAPÍTULO V/ Estatuto social - AAMA
Do Balanço, Sobras, Perdas e Fundos**

Art. 27 - A associação realizará um balanço *anualmente*.

Art. 31 - A associação aplica [...] *integralmente* [...].

Art. 32 - Não recebem seus diretores [...] *indiretamente* [...].

**CAPÍTULO II/ Regimento interno- AAMA
Dos sócios**

Art. 6º - Para associar-se à Associação o candidato deve seguir os seguintes passos:

b. Ser *preferencialmente* morador a Vila Popular;

Art. 7º - Cabe à Assembleia Geral decidir sobre o ingresso do candidato;

§ 1º - Para o ingresso de novos associados, a Associação *primeiramente* [...].

§ 4º - Acatada a admissão pela Assembleia Geral, o novo associado deverá assinar ficha de admissão e declaração de que optou *livremente* por associar [...].

Art. 9º - O associado poderá sair da associação;

I - Por demissão, *exclusivamente* a seu pedido;

Art. 10º - São direitos e deveres dos associados:

d) [...] fora do horário de trabalho deverá ser vendido *exclusivamente* para a AAMA.

Art. 11 – [...] serão realizadas *coletivamente*, em mutirão, não existindo tarefas específicas;

Art. 12 – [...] a ser adquirido pela Associação e estiver *devidamente* registrado no seu nome.

Art. 14 – [...] serão distribuídos *diretamente* proporcionais ao número de horas trabalhadas.

c. da construção *auxiliar mais infinitivo*;

**CAPÍTULO II/ Regimento interno- AAMA
Dos sócios**

Art. 3º - A objetivo da AAMA é *realizar* a coleta [...].

e. dos *modos e tempos verbais*;

**CAPÍTULO II/ Regimento Interno- AAMA
Dos sócios**

Art. 5º - São sócios fundadores da AAMA:

- a- Ser preferencialmente morador a Vila Popular;
- b- Parágrafo único – A AAMA *poderá* [...].

§ 1º - Para o ingresso de novos associados, a Associação primeiramente fará [...].

§ 4º - *Acatada* a admissão pela Assembleia Geral [...].

III - *É vedado* ao Associado [...].

Art. 11 – As atividades da AAMA *serão realizadas* [...].

**CAPÍTULO I/ Estatuto social - AAMA
Denominação, Sede, Objetivo, Princípios e Ano Social**

Art. 1º - A Associação Amigos do Meio Ambiente [...] *é* uma associação [...].

Art. 4º - A associação *adotará* [...].

**CAPÍTULO III/ Estatuto social - AAMA
Dos Órgãos Sociais**

Art. 10 – A associação *é composta* [...].

Pelos termos empregados nesses segmentos e pela organização em artigos e parágrafos, evidenciamos a cena englobante tradicional de um empreendimento.

A cenografia enunciativa apresenta uma empresa que, de acordo com o Art. 3 do Estatuto Social (Anexo A), prevê ajuda aos associados, “democracia, participação, cooperação, igualdade, equidade, solidariedade, honestidade, transparência e preocupação pelo seu semelhante e pelo meio ambiente”. Segundo Maingueneau (2002, p. 87, grifo do autor), “a cenografia implica, desse modo, um *enlaçamento paradoxal*. Logo de início a fala *supõe uma certa situação de enunciação que, na realidade vai sendo validada progressivamente por intermédio da própria enunciação*”.

Nesse sentido, a associação apresenta uma imagem de si que é construída por uma maneira de dizer, como responsável pelo trabalhador, bem como pela entidade (AMOSSY, 2005a). O apoio da Igreja Católica³⁴ investe a Associação de responsabilidade, credibilidade e seriedade perante a sociedade. A entidade prevê, em seus enunciados (Anexo A, Art. 2º), melhorar as condições de trabalho e a qualidade de vida, elevar a autoestima, aperfeiçoar

³⁴ As instalações físicas e o maquinário utilizado pela AAMA são de propriedade da Igreja Católica que os empresta à Associação sem qualquer tipo de encargo financeiro. Essa instituição contribui também com a assessoria contábil, que é realizada pela congregação das Irmãs de Notre Dame. Atribui-se, ainda, a presença do coordenador e, sobretudo, os momentos de formação para os associados a essa mundialmente solidificada instituição religiosa. Salientamos, igualmente, que as máquinas, segundo coordenador e associadas, são doações vindas da Igreja Católica da Alemanha.

habilidades, bem como garantir rendimentos, hierarquia, enfim, visa à valorização dos sócios e do empreendimento. Dessa forma, “o ethos está crucialmente ligado ao ato de enunciação, mas não se pode ignorar que o público constrói também representações do ethos do enunciador *antes* mesmo que ele fale” (MAINGUENEAU, 2008, p. 16). Ressaltamos que nessa entidade é permitido ao trabalhador fazer intervenções de forma participativa, mas observando as regras que a Associação possui.

Na sequência, destacamos segmentos da entrevista do coordenador da AAMA (Apêndice E), com ênfase ao modo como esse sujeito percebe a entidade, tendo em vista seus próprios enunciados.

Entrevista com o coordenador - Questão 3

Você prescreve tarefas à Associação? Se sim, de que forma: oral ou escrita? Se não, quem prescreve?

Elas [as associadas] gostariam que eu mandasse, elas esperam um chefe, alguém de “fora” que diga o que fazer e como fazer... Não querem pensar, não querem obedecer às outras: a presidente, por exemplo. Elas dizem, quando uma delas manda fazer alguma coisa: Quando você assinar minha carteira eu faço. Não chegam a brigar, mas ficam se “espetando”, se “cutucando” e eu que tenho que cuidar disso para que não briguem, elas se queixam pra mim e se queixam que eu não faço as coisas.

Entrevista com o coordenador – Questão 4

Como são realizadas as eleições para ocupar os cargos da presidência? Com votação secreta ou aberta?

[...] só que ela [a presidente] fala pouco, não assume mesmo o cargo. *Eu* tenho trabalhado essa parte da organização das tarefas que cada um *deve* exercer, mas elas não entendem, parece que não ouvem, não assimilam, sabe.

Entrevista com o coordenador – Questão 5

De que forma o grupo percebe as prescrições e como o grupo realiza o prescrito? (Seus ou os prescritos do estatuto)

[...] *elas esperam tudo pronto, que eu resolva*, e se eu resolvo elas ficam quietas e “fazem”, não questionam, só muito *raramente*.

Entrevista com o coordenador – Questão 6

Você tem intenção de intervir em relação ao analfabetismo do grupo? Se sim, de que maneira? Se não, como você percebe essa questão?

Não tenho condições para muitas coisas e *elas não se interessam*. Isso é uma pena porque as coisas demoram mais para se resolver, elas têm uma compreensão muito curta no geral. Sem *saber* ler e escrever é difícil de serem autônomas.

Entrevista com o coordenador – Questão 7

Qual é a visão de sua participação na AAMA pela sociedade local, o bairro, e como a sociedade em geral percebe a AAMA no seu ponto de vista? Como você a percebe e como você se percebe nela?

[...] Fulano trabalha lá no galpão!” ou “vai trabalhar no galpão”.

As pessoas *sabem* que eu não faço parte daquela comunidade... Tu não *sabe* a pobreza que é aquilo, alguns não têm nem comida. As pessoas não me tratam de igual, é como se eu fosse mais que elas, elas esperam respostas de mim, esperam que eu resolva as coisas. [...]

Com relação ao coordenador, percebemos que esse sujeito procura desenvolver relações autônomas com o grupo, ao construir as respostas de maneira participante. Desse modo, o afastamento do método taylorista, que compreende as prescrições vindas da hierarquia como inquestionáveis, remete o grupo, bem como o coordenador à economia popular, pois envolve um sujeito de palavra e ação dotado de valores e saberes que são considerados e respeitados pelos colegas de trabalho.

Dessa forma, as *dramáticas do uso de si* são vivenciadas diariamente por esse personagem idealizador de novos sentidos para essa entidade, pois a cada nova situação visualiza-se uma decisão. Conforme Schwartz (2011a, p. 132), “as dramáticas questionam e tornam a questionar incansavelmente o uso que fazemos de nós mesmos em um mundo onde o bem de cada um, o bem coletivo, o bem de todos, o bem e o futuro do nosso planeta estão permanentemente em suspenso, escritos em lugar nenhum”.

Evidenciamos que o objetivo principal de coordenador é que as associadas se apropriem da entidade, a partir de seus saberes instituídos e formais, e, dessa forma, passem a gerir o empreendimento. Todavia, percebemos que as trabalhadoras atribuem ao coordenador a gerência da Associação (respostas às questões 3, 5 e 6), consideram-no a pessoa que possui saberes, estudos, conhecimentos e, portanto, o detentor do poder.

Salientamos que o coordenador, ao trabalhar diretamente com o grupo, faz *uso de si por si*, bem como *de si pelos outros*, representando o Projeto Transformação para as trabalhadoras e a sociedade, dedicando tempo para atuar junto à Associação. Schwartz (2000, p. 41) afirma que, “quando se diz que o trabalho é uso de si, isto quer então dizer que ele é o lugar de um problema, de uma tensão problemática, de um espaço de possíveis sempre a negociar [...]”. Dessa forma, o coordenador se posiciona de um lugar que não é o mesmo das associadas: *ele* faz faculdade, *elas* são analfabetas. Na resposta à questão número 3, o coordenador enuncia *elas*, porém, ao representar a Associação, ele dá voz à entidade, demonstrando, dessa maneira, o ato delocutivo nos seus enunciados (FREITAS, 2008).

Esse trabalhador também faz uso de *eu*, ao referir-se à ação que realiza com o grupo (resposta à questão 4), ato elocutivo – ele não passa a palavra aos interlocutores, guarda para si, como se estivesse pensando em voz alta. Ainda, o percebemos como um sujeito instigador e que desacomoda o grupo, ao chamá-lo a reagir e criar soluções diante das adversidades do cotidiano da Associação. Ao instigar as trabalhadoras, busca que elas façam a gestão ou o “uso de si”. “A construção de uma imagem de si no discurso tem a capacidade de modificar as representações prévias, de contribuir para a instalação de imagens novas e de transformar equilíbrios, contribuindo para a dinâmica de campo” (AMOSSY, 2005b, p. 138).

Nesse sentido, a relação entre coordenador e associadas não é exatamente uma relação de empregador/funcionário, mas esse personagem representa a “figura paterna”, aquele que, com sua subjetividade, conduz e guia a entidade no seu todo, o que justifica a necessidade das associadas de que ele se imponha mais frente ao grupo, constituindo uma cenografia de família, na qual o “pai” toma conta, cuida e a direciona, evidenciando, desse modo, um ethos paternal para com as associadas que assim desejam. Essa situação evidencia, segundo Maingueneau (2005, p. 71), que o “ethos se mostra, não é dito”.

Entrevista coordenador – Questão 5

De que forma o grupo percebe as prescrições e como o grupo realiza o prescrito? (Seus ou os prescritos do estatuto)

Quando alguém novo chega no grupo, e isso é seguido, entram e saem a toda hora, *nós* lemos, estudamos o estatuto e, principalmente o regimento, para que a pessoa saiba como funciona (a Associação).”

Ao usar **NÓS** para se referir à Associação e se envolver com o grupo o coordenador deixa claro que também pertence à instituição. Essa cenografia consolida, assim, um ethos paterno ao coordenador e materno à Associação ao acolher a todos. Segundo Rocha, Daher e Sant’Anna (2002, p. 88), a “cenografia discursiva diz respeito à situação de enunciação de uma obra, responsável por definir as condições de enunciador e coenunciador, de espaço (topografia) e de tempo (cronografia) a partir das quais se devolve a enunciação”.

Em vista disso, mediante marcas linguísticas verbais, identificamos as seguintes modalidades discursivas: *deônticas* (mando, ordem, obrigação) - *eu tenho que* (resposta à questão 3); epistêmica (relacionada ao saber) - *saber* (resposta às questões 6 e 7). Na resposta à questão 4, ressaltamos *deve*, que implica um tom autoritário. Constatamos, ainda, a presença de advérbio modalizante na resposta à questão 5: *raramente*.

Na resposta à questão 7, verificamos a presença de um EU dirigindo-se a um TU, quando o coordenador se refere à pesquisadora, revelando o ato elocutivo, pois o locutor envolve o interlocutor em seu enunciado por meio desse pronome (CHARAUDEAU, 1992).

É importante, igualmente, referir enunciados das associadas da AAMA para que possamos compreender a cenografia e o ethos constituídos. Nesse sentido, apresentamos a fala de uma entrevistada que atribui os seus saberes a outra pessoa:

Entrevista associada nº 1 - Questão 1

Por que você trabalha como catador de material reciclável e não em outra atividade?

[...] Quando eu comecei *não sabia* nada, aí a gente teve formação com o Sr. Paulo da empresa X. Ele ensinou tudo, como separar, o que é bom e o que é ruim, que não tem venda. *Agora* quem é mais antiga e *sabe* ensina pras novas, aí a gente trabalha de duas a duas, que é pra quem *sabe* ensinar quem *não sabe*. *Agora* eu que ensino.

Entrevista associada nº 1 - Questão 2

Como e por quem são distribuídas as tarefas na AAMA?

[...] Quando tem reunião todo mundo para, daí a gente só recebe de quem vem entregar. *A gente já sabe* o que tem que fazer, nem precisa dizer, só quando tem gente nova, que é bem seguido, e daí o coordenador vem pra explicar o regulamento e depois a gente tem que ensinar trabalhar, separar.[...]

Segundo Borges e Zambroni-de-Souza (2010, p. 152), para a ergologia, “colocamos em marcha um saber pessoal, que é o resultado de nossa história individual, sempre singular, temos dito, adquirida em nossa própria experiência profissional e em outras e que reenvia a nossos valores, nossa educação, ou seja, à nossa personalidade”. A esse conjunto podemos chamar “saberes instituídos”. Nos enunciados acima, a entrevistada não reconhece os saberes instituídos que possuía e que desenvolveu durante a sua vida. Ela atribui o saber a uma pessoa de fora da Associação e às associadas mais antigas. No entanto, no instante em que enuncia “agora eu ensino”, percebemos que se apropriou dos saberes e está numa posição hierárquica mais elevada: *ela sabe, as novas não*.

Enfatizamos, desse modo, as seguintes modalidades discursivas: epistêmicas – *saber, não saber; verbos de atitude proposicional – a gente já sabe; a gente tem que ensinar*.

Entrevista associada nº 1 - Questão 6

Qual a função do voluntário na Associação?

O coordenador é o nosso voluntário. Ele representa várias entidades da Igreja – Projeto Transformar. Ele é bom, mas já tivemos monitores de pulso mais firme, que diziam se a gente estava certa ou errada, eles diziam “Oh, se vocês forem por aqui, podem ir, mas vai dar tudo errado, vocês é que sabem”. Daí a gente sabia que tinha de ir pela ideia dele pra não se dar mal. O coordenador joga tudo pra nós decidir. Ele tinha que insistir um pouco, fazer com que o pessoal acatasse as ordens. Eu já falei pra ele.

Entrevista associada nº 2 - Questão 5

De que forma é realizada a remuneração na AAMA?

[...] fica difícil pra fazer as contas, não tá bem claro.

Nos segmentos acima, há falta de prescrições, *déficit de prescrições*, que “é a não explicitação ao trabalhador das regras para desenvolver a atividade [...]” (SOUZA-E-SILVA, 2008b, p. 11). Se as prescrições não estão bem claras e não permitem que a trabalhadora se sinta segura ao realizar essa atividade, ela não tem seus saberes constituídos solidificados e há uma lacuna a ser preenchida pelo grupo, que, por sua vez, ainda não percebeu esse fato.

Nos trechos abaixo, destacamos o uso de *acho que*, expressão que evidencia uma dúvida da associada em relação às ações que precisam ser realizadas na entidade, segundo o seu próprio pensamento. Nestes enunciados percebemos que ao referir *elas*, a entrevistada indica que as associadas poderiam utilizar-se da gestão de si, mas esperam pelas ações do coordenador. Ainda, ao falar que é *cedo* para *caminhar com seus próprios pés*, essa trabalhadora evidencia uma maneira de dizer que o grupo sente-se inseguro para a coordenação geral do trabalho que realiza e, dessa forma, necessita de suporte administrativo. Evidenciamos que a entrevistada se mostra como sujeito de ação, capaz de pensar o empreendimento e seu trabalho, ela faz reflexões acerca de suas ações e percebe a resistência das colegas. Conforme Duraffourg (2010, p. 70), “a análise do trabalho é a análise da situação de trabalho, na qual a atividade se inscreve: sistemas que a solicitam, procedimentos que a enquadram, meios que a permitem, etc.” Verificamos, além disso, um ethos forte de obediência às normas na Associação.

Entrevista associada nº 2 - Questão 6

Qual a função do voluntário na Associação?

[...] *Acho que* nós deveríamos caminhar com nossos próprios pés, mas ainda é muito cedo... É difícil, elas não entendem as coisas, esperam que o coordenador resolva tudo.

Entrevista associada nº 2 - Questão 7

O que representa a AAMA em sua vida e o que significa trabalhar em equipe é para você?

[...] *Acho* que eu faço um bom serviço.

A seguir, a entrevistada deixa transparecer o uso de si pelos outros ao se referir à posição do coordenador anterior. Por esse enunciado percebemos que a trabalhadora tem intenção de fazer uso do *corpo si*, “a entidade que racionaliza” (SCHWARTZ, 2010, p. 44) com o intuito de angariar verbas, atribui a realização dessa tarefa a outrem.

Entrevista associada nº 3 - Questão 03

Quais são seus objetivos pessoais e suas metas em relação à AAMA? A AAMA é prioridade em sua vida?

[...] Gostaria que alguém fosse atrás pra arrumar esse dinheiro, mas ninguém vai. O coordenador de antes ia.

Entrevista associada nº 3 - Questão 06

Qual a função do voluntário na Associação?

O rapaz é bem bonzinho, acho que ele é muito bonzinho. O outro era mais duro com nós. Se ele chegava aqui e nós estivéssemos sentadas, ele mandava levantar e trabalhar que o recreio é só de quinze minutos. Ele ia mais atrás das coisas. Se tinha uma máquina estragada ele e os outros já mandavam arrumar. Mas tá bom o rapaz, ele é bem bonzinho.

A entrevistada, nesse segmento, constrói a cenografia de um coordenador autoritário que fez uso de si pelos outros e que contrasta com o coordenador atual que é *bonzinho*. Dessa forma, um ethos hierárquico é comprovado. Focalizamos, ainda, o comodismo da trabalhadora ao não identificar que o grupo poderia fazer melhor uso de si a partir do prescrito renormalizado, resultando numa atividade construída com os saberes investidos das trabalhadoras.

Entrevista associada nº 3 - Questão 07

O que representa a AAMA em sua vida e o que significa trabalhar em equipe para você?

Eu gosto de trabalhar aqui, a gente conversa, brinca. Quando tem uma briguinta eu falo com elas. Não quero trabalhar em outro lugar, aqui é bem bom.

Entrevista associada nº 3 - Questão 10

Você excuta as tarefas conforme estabelecidas ou opina no sentido de transformá-la?

Eu faço as tarefas do meu jeito. Não importa como a pessoa faz, desde que o resultado seja bom, é o que importa.

Como advérbio modalizador de tempo, nesses enunciados das associadas está presente o *agora*. Nesse sentido, a partir dos segmentos, acima registrados, para que a atividade aconteça nessa Associação, é necessário que se desenvolvam conhecimentos e habilidades, pois as associadas não se percebem completamente como proprietárias de um empreendimento, posicionam-se, na maior parte do tempo, como funcionárias com

necessidade de hierarquia, porém também se excluem do compromisso e tratam o trabalho quase como uma atividade doméstica. Segundo Schwartz (2004, p. 39), entre qualquer ação humana e “um trabalho economicamente caracterizado, não há descontinuidade absoluta: ambos são comensuráveis a uma experiência, a uma negociação problemática entre normas antecedentes e as normas de sujeitos singulares, sempre a serem redefinidas aqui e agora”. Nesse sentido, evidenciamos que ao enunciar “*eu faço as tarefas do meu jeito*” essa trabalhadora revela a subjetividade que envolve sua fala, pois, existe uma particularidade no seu modo de agir e realizar a atividade, há uma maneira singular de expressão utilizada por essa mulher quanto à sua atividade. Sobre subjetividade, Maingueneau (1997) ressalta que não é suficiente observar a instância subjetiva manifestada pelo discurso apenas como estatuto ou papel, pois ela se manifesta, também, como “voz” e como “corpo enunciante”, historicamente singular e inscrito em uma situação que sua enunciação ao mesmo tempo pressupõe e legitima, de modo progressivo, um laço com a reflexividade enunciativa e acarreta a relação entre corpo e discurso.

Compreendemos, ainda, que o trabalhador faz escolhas que “constituem as *dramáticas do uso de si*” (SCHWARTZ, 2004, p. 45, grifo do autor) e trabalha de modo melhor ou pior em conformidade a seus interesses e possibilidades. Configura-se, então o *uso de si por si e de si pelos outros*. De acordo com Trinquet (2010, p. 97, grifo do autor), “o *uso de si*” é uma capacidade que o ser humano possui e que permite que este use de si mesmo como lhe convém. Entretanto, podemos entender que o trabalho, segundo Freitas (2010, p. 191, grifo do autor), também “*implica uso de si pelos outros*”. Nesse sentido, o trabalhador não se caracteriza por ser passivo, reprodutor, ele é um ser de ação e com capacidades de elaborar e ressingularizar normas, tendo em vista que é um ser constituído por saberes. Ao observar as respostas obtidas nas entrevistas, nos segmentos antes destacados, percebemos que esses *usos de si* se realizam simultaneamente.

Ressaltamos, na continuidade, um enunciado da presidente da AAMA, que revela a apropriação de seu cargo na entidade e a realização, pelas demais associadas, de suas deliberações. Porém, constatamos, durante as visitas realizadas, que nem sempre essa fala condiz com a realidade, pois houve situações em que as associadas estavam trabalhando sem a devida proteção que compete a quem realiza esse tipo de serviço: o uso de botas, luvas etc.

Entrevista associada nº 3 - Questão 2

Como e por quem são distribuídas as tarefas na AAMA?

Eu, como presidente, falo e elas concordam. Eu falo pra elas usar os EPIs [...].

Em relação ao trabalho, verificamos, também, os saberes que as associadas trazem consigo, bem como os saberes dos quais se apropriam a partir da Associação, que proporciona momentos de formação, ou seja, os saberes investidos e constituídos. Por saberes investidos compreendemos “o resultado de nossa história pessoal” (BORGES; ZAMBRONI-DE-SOUZA, 2010, p. 4), e os saberes constituídos são os saberes formais adquiridos ao longo da vida.

Precisamente, nesse grupo, AAMA, consideramos que o trabalho desenvolvido decorre, basicamente, dos saberes investidos das associadas. Porém, o saber constituído também faz parte do viver dessas mulheres, pois há uma necessidade latente de novos saberes. Inferimos que, se o grupo não se apropriar de novos saberes, não conseguirá realizar as atividades empreendedoras da Associação e, provavelmente, esta deixará de existir, pois empreender subentende agir, decidir, conhecer. Segundo Souza-e-Silva (2011, p. 107), “em toda a atividade de trabalho os trabalhadores colocam em prática seu saber pessoal para preencher e gerir a distância prescrito/real”, isto é, uma atividade não se desenvolve do nada, ela pressupõe conhecimentos.

Por sua vez, o coordenador mostra-se uma pessoa que, além do saber investido que traz consigo, ao longo dos seus vinte e poucos anos de idade, traz saberes constituídos, formais e alicerçados. Ele é um jovem estudante do Curso de Psicologia e está na AAMA como coordenador, representando, nesse caso, o poder, aquele que sabe.

Dessa forma, faz-se necessário focar as práticas languageiras em situação de trabalho que, a partir de segmentos das entrevistas realizadas na AAMA, possibilitam compreender como acontecem as relações de trabalho nessa entidade.

3.4.2 Linguagem e trabalho

Os estudos da linguagem são muito importantes para que se compreenda o trabalho, e três possibilidades de análise são atribuídas aos estudos que envolvem esses dois objetos: a linguagem no trabalho, a linguagem sobre o trabalho e a linguagem como trabalho (NOURODINE, 2002, p. 18).

Segundo Daher e Vargens (2011, p. 203), Nourodine percebe as relações de linguagem e trabalho com maior complexidade do que a descrita e propõe a expressão “práticas languageiras”, ou seja: “processo dialógico e dialético em que duas linguagens se confrontarão

para ‘co-elaborar’ conhecimentos, sempre em estado a se atingir ou a se produzir... [como] processo... nunca inteiramente acabado” (NOURODINE, 2002, p. 28-29, grifo do autor).

Dessa forma, verificamos, a partir das visitas realizadas à AAMA, que as associadas ao passar o dia separando materiais, conversam sobre assuntos diversos, não necessariamente ligados ao trabalho, pois a atividade que desenvolvem não requer maior concentração. Elas conversam sobre a vida, sobre suas dificuldades, alegrias, tristezas etc. As conversas sobre o trabalho também acontecem nesses momentos, mas as decisões, geralmente, são determinadas coletivamente em reuniões e assim percebemos “o uso que cada um faz de si mesmo em função do coletivo, pois este faz uso de seus membros” (DURAFFOURG, 2010, p. 77). Além disso, nessas situações, constatamos o uso da linguagem como trabalho ao fazer uso da palavra, por exemplo, o coordenador.

Outro fato importante a enfatizar diz respeito ao modo pelo qual a sociedade em geral se refere aos “catadores”, com expressões como “lixeiros”, “bagunceiros”, “desorganizadores da cidade”, “a outra espécie”. Todavia, bem observam Daher e Vargens (2011, p. 205) que “nessas formas de denominação encontram-se apagados/invisibilizados e/ou discriminados saberes advindos de uma tradição, de uma experiência, necessários à realização dessa atividade”. Consoante às autoras, todo sujeito se constitui por saberes que contribuem de alguma forma para a realização de suas atividades. Esses saberes podem ser o que as pessoas trazem de “casa”, bem como o que aprendem formalmente e que vão interferir na realização do trabalho. A cenografia relacionada à sociedade e aos “catadores” diz respeito a um ethos pejorativo desses sujeitos, vistos como pessoas que em nada contribuem para o desenvolvimento das cidades.

Souza-e-Silva (2002b, p. 162) explicita, igualmente, que “o sentido das palavras depende da experiência social dos indivíduos”, daí que a garantia de compreensão entre grupos sociais implica ajustes nos diálogos.

Entrevista associada nº 1 - Questão 6

Qual a função do voluntário na Associação?

[...] O coordenador joga tudo pra nós decidir. Ele tinha que insistir um pouco, fazer com que o pessoal acatasse as ordens. *Eu já falei pra ele.*

Entrevista associada nº 3 – Questão 6

Qual a função do voluntário na Associação?

O outro era mais duro com nós. Se chegava aqui e nós estivéssemos sentadas, ele *mandava* levantar e trabalhar que o recreio é só de quinze minutos. Ele ia mais atrás das coisas. Se tinha uma máquina estragada ele e os outros já mandavam arrumar.[...]

Diante do depoimento dessa entrevistada, destacamos que os enunciados nem sempre são compreendidos pelos coenunciadores, pois as palavras, organizadas em enunciados construídos a partir dos saberes instituídos e constituídos do enunciator, são portadoras de significados, muitas vezes, diversos do léxico. Ainda, o coenunciador tem a sua própria construção de significados, que é sedimentada pela história, pelo tempo (cronografia) e pelo lugar (topologia) em que está imerso. Nem sempre a palavra remete ao léxico, isso vai depender do contexto, de como e de quem a usa. Para a comunidade em geral, a palavra “lixeiro”, exemplificando, está relacionada com lixo, sujeira; entretanto, as catadoras associam-na à sobrevivência, à remuneração, enfim, ao seu sustento, de maneira que o lixo não lhes parece pejorativo. Constatamos, assim, nos enunciados dessa entrevistada, uma cenografia de queixa com marcas de singularidade que indicam a particularidade do seu discurso: “Eu já falei pra ele”, mostrando crenças que revelam um ethos de dependência em relação ao coordenador, bem como um forte enraizamento nos moldes do taylorismo, quando não era necessário e nem permitido que o trabalhador decidisse ou contribuísse de forma participativa. “A escolha da cenografia não é indiferente. Isso porque o discurso, desenrolando-se a partir de uma cenografia específica, pretende ser eficaz instituindo a própria cena de enunciação que o legitima” (CAVALCANTI, 2010, p. 84).

Em vista disso, a linguagem também consiste, para o trabalhador, em um modo de explicar como ele desenvolve sua atividade e, ainda, possibilita um melhor relacionamento com a hierarquia e os demais trabalhadores. Souza-e-Silva (2001, p. 138) menciona que “associadas às atividades e às interações sociais entre os atores sociais, as palavras proferidas no trabalho manifestam/constroem identidades profissionais, sexuais, hierárquicas”.

Observamos que os trabalhadores, ao falar de sua qualificação, falam como se esta fosse uma “propriedade exclusiva das pessoas”, exemplificando: eu sou catadeira, papeleira etc. Porém, salientamos o que expõe Souza-e-Silva (2002b, p. 157) a respeito de situações languageiras no trabalho: “os pesquisadores falam indiretamente da atividade das pessoas ou dos locais de trabalho (ele está na modelagem)”. No entanto, essa autora compreende que a qualificação no discurso dos trabalhadores está ligada às suas competências e à sua formação, como elas próprias expressam: “papeleiras” ou “catadoras”. Essas trabalhadoras não assumem a posição de sócias e fazem uso de nomenclaturas designadas pela hierarquia. Contudo, também transformam a linguagem, criam e substituem palavras relacionadas com o próprio trabalho. Desse ethos resulta, então, uma imagem de si que, segundo Amossy (2005b, p. 137), “é constitutiva da interação verbal e determina, em grande parte, a capacidade de o locutor agir sobre os seus alocutários”.

Entrevista associada nº 2 - Questão 2

Como e por quem são distribuídas as tarefas na AAMA?

[...] Nós não mandamos, conversamos, discutimos. [...] “Ah, se tu assina a minha carteira então eu faço”. Eu trabalho direto na prensa, eu gosto, mas acho que todas têm que saber trabalhar com ela porque quando eu falto às vezes fica tudo parado. Elas ficam sentadas, elas não trabalham, mas estão ganhando e eu em casa não ganho, mas tenho que atender minha filha. Quando a gente vê que uma não tá fazendo bem o seu serviço, a gente troca ela de lugar, se tá demorando muito, se não gostou.

Analisando a fala dessa entrevistada, entendemos que outro aspecto a ser observado a respeito da linguagem no trabalho é o quanto o trabalhador pode cooperar com a hierarquia, para que as atividades se desenvolvam a contento. De acordo com Faïta (2002, p. 51), alguns enunciados têm a função de transmitir ordens e dominar o processo em curso; outros, menos imperativos, permitem “trocas mais livres entre os membros da equipe a respeito das circunstâncias gerais, técnicas [...]”; e, ainda, há os enunciados correntes ou cotidianos que apresentam digressões. Nesse sentido, se os enunciados não estiverem num mesmo nível de compreensão, será difícil a realização de um bom trabalho e, sobretudo, da coesão desse grupo que se mostra frágil em suas relações. É o que observamos na próxima fala:

Entrevista associada nº 02 - Questão 2

Como e por quem são distribuídas as tarefas na AAMA?

[...] Aqui tem muita fofoca, sabe como é... muita mulher trabalhando no mesmo lugar, precisaria ter uns homens pra ajudar. Se fossem uns quatro homens e umas quatro mulheres, seria bem diferente, até porque pra fazer o serviço pesado é difícil pra gente. É difícil empilhar os fardos, quando o coordenador vem, ele ajuda. [...]

Enfatizamos que as atividades de trabalho na AAMA revelam-se complexas, pela análise das práticas languageiras, pois integram rotinas de conhecimentos diversos das associadas e possibilitam a observação entre o que está implícito e o que está explícito, bem como dos conhecimentos especializados atribuídos ao coordenador e conhecimentos do senso comum atribuídos às associadas.

As práticas languageiras são constatadas a partir da vocalidade, nos gestos e nas expressões. Conforme Nouridine (2002, p. 21, grifo do autor), “a linguagem é *econômica*, dado que a comunicação, em situação de trabalho e durante a atividade”, pressupõe a gestão do tempo que o compreende. Essa situação é muito clara em alguns momentos de trabalho intensivo das associadas, que não se permitem às práticas languageiras “livres”, tendo em vista desenvolverem uma atividade com tempo determinado para sua execução.

Faïta (2002, p. 46, grifo do autor) comenta que “tornou-se necessário recorrer ao sujeito no trabalho para saber como ele realiza as tarefas, informa-se e raciocina, administra os imprevistos, etc.”. O fato mencionado pelo autor muda a perspectiva taylorista, na qual o trabalhador era ignorado como sujeito de habilidades e saberes e era submetido ao relógio e a regras rígidas, objetivando a produção em massa. Nas suas palavras, “a competência e os saberes dos sujeitos nos parecem incorporados *simultaneamente* às maneiras de dizer e às maneiras de agir a um objetivo comum” (FAÏTA, 2002, p. 50, grifo do autor). Portanto, linguagem e trabalho estão intimamente ligados.

A partir do depoimento dessa entrevistada, constatamos uma cenografia machista construída com profundas raízes no imaginário do grupo que vê o homem como aquele que mantém a ordem, que acaba com o ambiente de “fofocas” e, ainda, se mostra como sujeito necessário em vista de sua força física. Contudo, mesmo que em seu imaginário a trabalhadora demonstre fragilidade, constata-se que o grupo realiza quase todas as atividades, tanto as que demandam força, quanto as atividades mais leves, ou mesmo algumas de ordem intelectual.

Em vista disso, constatamos que o voluntário trabalha coordenando um grupo de pessoas com pouca instrução e com nível de escolaridade muito baixo, o que exige tanto dele como do grupo um esforço para que suas determinações sejam compreendidas. Todavia, nas trocas languageiras com pessoas de fora do grupo, percebemos que essas trabalhadoras procuram elevar o seu padrão linguístico. Dessa forma, Cavalcanti (2010, p. 85), ao citar Maingueneau, destaca que, “quanto mais o coenunciador avança no texto, mais ele deve persuadir de que é aquela cenografia, e nenhuma outra, que corresponde ao mundo configurado pelo discurso”.

O coordenador conduz e determina as intenções da Associação, entretanto as associadas determinam, coletivamente, a realização das atividades braçais. As trabalhadoras veem o trabalho como prescrições e as aguardam, as solicitam no intuito de desenvolver as atividades a contento. Contudo, recebem as prescrições como “orientação” por parte do coordenador, e não como um imperativo, o que as desagrada e desconforta, pois, ao mesmo tempo em que querem ser autônomas, não conseguem se apropriar da Associação, não se sentem aptas a coordená-la. A esse respeito, o representante do Projeto Transformação tenciona para que a AAMA se liberte dos moldes tayloristas de administração e convoca as trabalhadoras a assumirem a empresa, com base em uma “construção de valores” desenvolvidos diariamente no trabalho. A imagem de si aqui depreendida é que a AAMA é

uma entidade democrática que permite e convoca as associadas a apropriarem-se do investimento por meio do coordenador, que é a sua voz.

No próximo item deste estudo, são mencionadas questões a respeito da semântica global, mais precisamente quanto à cenografia que constrói o ethos – a imagem de si – dos integrantes da AAMA que foram entrevistados.

3.4.3 Semântica global: cenografia e ethos

Neste momento do trabalho, destacamos como a cenografia e o ethos discursivo constituem planos de análise que permitem identificar traços da semântica global da associação que é objeto deste estudo, processo que, segundo Maingueneau (apud SILVA, 2008, p. 49), envolve todos os planos do discurso integrados. Realizamos, ainda, a análise por interface entre pressupostos da ergologia e da semântica global, ao comprovar a cenografia e o ethos depreendidos do discurso e validados pela enunciação dessa Associação.

Assim, realizamos a análise dos *corpora* mediante a transcrição de segmentos discursivos extraídos das entrevistas realizadas na Associação, os quais estão registrados no decorrer da análise. Recorremos a reflexões pautadas em Maingueneau (1984, 2010) para expor considerações referentes a segmentos dos discursos anexados a este estudo. Dessa forma, procedemos, inicialmente, a referências às marcas de pessoa, pela qual percebemos como o enunciador e coenunciador se apresentam nesse empreendimento. Também, analisamos a cronografia e a topografia. Maingueneau (1997) destaca que um enunciado estabelece seus sentidos concretizados em cenografias discursivas: um EU que se dirige a um TU – locução discursiva, marcas de tempo e de lugar.

Conforme Daher e Vargens (2011, p. 207), “a cenografia é instituída pelo próprio discurso e se valida progressivamente por meio da própria enunciação. Ela legitima o dito e, ao mesmo tempo, é legitimada por ele”. Conforme as relações de espaço e tempo, a cenografia possibilitou depreender os diferentes lugares a que pertencem o enunciador e o coenunciador a partir de seus enunciados, bem como a cena que essa relação constitui na AAMA.

Destacamos, a partir de Maingueneau (1997), nas análises das marcas de pessoa recorrentes nas entrevistas feitas com as associadas e com o coordenador em relação ao que segue: eu, nós, ele(s)/ela(s).

a. Manifestações do “eu”

(i) Associada a uma pessoa trabalhadora, responsável, capaz de assumir uma função:

Coordenador	<i>Eu</i> estou trabalhando com esse grupo em torno de seis ou sete meses, e eu fui indicado ao Projeto Transformação [...].
Entrevista nº 1	É o único lugar em que <i>eu</i> trabalhei até hoje [...].
Entrevista nº 2	<i>Eu</i> trabalho direto na prensa, eu gosto, mas acho que todas tem que saber trabalhar [...].
Entrevista nº 3	<i>Eu</i> , como presidente, falo [...].

Nesse exemplo, o “*eu*” aparece associado à imagem de pessoas com responsabilidades e capacidades com referência à vida no trabalho, bem como à vida pessoal. A expressão também enfatiza os diversos valores e *status* das posições ocupadas pelos personagens de ação da AAMA como estrutura. O uso de “eu” nos enunciados acima também revela a subjetividade dos sujeitos ao se apropriarem de suas funções na Associação. Isso pode ser entendido com base em Souza-e-Silva (2008b, p. 10), que afirma que a ergologia refere a competência como comportamento do ponto de vista do “grau de apropriação de saberes conceitualizáveis, o grau de apropriação das dimensões históricas, singulares e coletivas de cada situação de trabalho e debate de valores a que se vê convocado todo indivíduo em um meio de trabalho particular”.

(ii) Associada ao papel de “condutor e poder”:

Coordenador	<i>Eu</i> me reúno com elas uma vez por semana para discutir o que vou fazer na Associação e como vou fazer
Entrevista nº 1	Agora sou <i>eu</i> que ensino.
Entrevista nº 2	[...] <i>eu</i> faço fardos muito grandes e elas não gostam porque fica muito pesado pra carregar, mas eu gosto de fazer grandes.
Entrevista nº 3	<i>Eu</i> falo pra elas usar os EPIs, só que uma tá sem bota, é meio teimosinha.

Quando a entrevistada afirmou “Agora sou eu que ensino”, percebemos a subjetividade, a mobilização da iniciativa e da responsabilidade da trabalhadora. Nesse sentido, existe apropriação da subjetividade que “gera eficácia no trabalho” (DOLLÉ, 2010, p. 121).

Nesse caso, o “eu” aparece como a pessoa que sabe e determina situações, sendo-lhe, portanto, reservado um lugar de saber e certo poder dentro da associação.

Salientamos que o “eu” é o que prescreve, porém as prescrições por ele determinadas implicam um debate de normas, ou “debate de valores”. Segundo Schwartz (2011a, p. 141), “normalizar quando há um vazio de normas, renormalizar quando é preciso ajustar ou não

respeitar determinada esfera de normas antecedentes supõe que os protagonistas das escolhas dialoguem, explícita ou implicitamente, com um universo de valores já estabelecidos”, pois entre o trabalho prescrito e o trabalho real existe uma distância a ser percorrida.

b. Manifestações do “nós”

(i) “Eu” e “ela(s)” - enunciador e coenunciador:

Coordenador	[...] mas depois <i>nós</i> percebemos que essa mulher só queria [...] [...] <i>nós</i> lemos, estudamos o estatuto e, principalmente o regimento, para que a pessoa saiba como funciona (a Associação).
Entrevista nº 1	A Igreja empresta tudo pra <i>nós</i> [...].
Entrevista nº 2	<i>Nós</i> estamos com um problema de como pagar as novas
Entrevista nº 3	Se ele chegava aqui e <i>nós</i> estivéssemos sentadas [...].

O “nós” representa, nesses enunciados, o grupo, ou seja, o enunciador (coordenador) e o coenunciador (associadas), os quais estão juntos, envolvidos para desempenhar as atividades da associação.

c. Manifestações do “ele(s)/ela(s)”

(i) O coenunciador:

Coordenador	[...] <i>elas</i> esperam tudo pronto [...].
Entrevista nº 1	<i>Eles</i> viram que o lixo não vai pra lá, porque aqui é o lixo.
Entrevista nº 2	<i>Elas</i> ficam sentadas, elas não trabalham, mas estão ganhando [...].
Entrevista nº 3	Quando tem uma briguinta eu falo com <i>elas</i> .

Percebemos que o coordenador, quando em reunião, refere-se à AAMA usando *nós*, isto é, inclui-se na associação, faz parte dela; porém, ao dirigir-se aos trabalhadores, usa *você*, excluindo-se. Maingueneau (2002, p. 127, grifo do autor) afirma que “o *nós* não efetivamente é uma coleção de *eu*, ‘é um *eu* expandido para além da pessoa estrita, ao mesmo tempo aumentado e com contornos vagos”. Essa relação é muito clara, entretanto os trabalhadores referem-se ao Projeto Transformação usando *elas*, ou *ele*, ao referirem-se o coordenador. O mesmo acontece com os demais representantes do projeto, ao referirem “elas”.

Coordenador	[...] <i>elas</i> esperam tudo pronto [...].
Entrevista nº 1	<i>Eles</i> viram que o lixo não vai pra lá, porque aqui é o lixo.
Entrevista nº 2	<i>Elas</i> ficam sentadas, elas não trabalham mas estão ganhando [...].
Entrevista nº 3	Quando tem uma briguinta eu falo com <i>elas</i> .

De acordo com Maingueneau (1997a), a construção de uma cenografia é apreendida, pelo enunciador e coenunciador, a partir de um lugar (topografia); e de um tempo (cronografia), constituídos por objetivos pré-determinados e legitimados pela enunciação. Nesse sentido, a topografia corresponde ao AQUI – a AAMA e a cronologia, ao AGORA – período laboral em que as trabalhadoras realizam as atividades na e pela Associação.

Elencamos, a seguir, segmentos das entrevistas realizadas com as trabalhadoras e com o coordenador, em vista de apreender a cenografia, o ethos e questões relacionadas à ergologia na AAMA.

Entrevista com o Coordenador	Depois é um lugar sujo, eu sempre digo pra limparem; a irmã (que trabalha do outro lado do galpão com as crianças) também diz. Elas acham a irmã chata, mas sabem que ela tem razão. Elas gostam da irmã.
------------------------------	---

Comprovamos, no segmento discursivo acima, uma cenografia de um discurso de autoridade em relação à *irmã*. Denota-se um ethos hierárquico no qual o representante da Igreja Católica, no imaginário dos envolvidos, representa um ethos discursivo de autoridade que, no discurso do entrevistado, não pode ser questionado, ele já está estereotipado como dominante, ordem, dever, obrigação. Nesse sentido, a irmã (a religiosa), na figura de fiador, é legitimada pelo seu dizer.

Em relação à ergologia. Assim, a *irmã* representa, para as associadas, o prescrito, as normas e, sobretudo, o poder, o que mostra a dificuldade em transpor as leis do taylorismo em vista a construir regras, normas de maneira coletiva e apropriar-se dessas no sentido de assegurar a autonomia na associação das trabalhadoras da AAMA, pois as trabalhadoras, na presença dessa religiosa sentem-se pressionadas que converge com o que dizem a esse respeito, Schwartz e Durrive (2010, p. 86): “há uma pressão talvez ainda mais forte das estratégias econômicas, dos critérios segundo os quais se declara que tal atividade deve ser mantida ou suprimida [...]” e, nem sempre essa pressão ocorre pelo discurso, mas ela se mostra e se impõe pela própria cenografia que constitui.

Entrevista com o Coordenador	<p>Questão nº 7</p> <p>Qual é a visão de sua participação na AAMA pela sociedade local, o bairro, e como a sociedade em geral percebe a AAMA no seu ponto de vista? Como você a percebe e como você se percebe nela?</p> <p>Eu gosto de ir <i>lá na AAMA</i>, mas acho que faço um serviço lento e que não vai ter grandes resultados <i>a curto prazo</i>. O pessoal do Projeto diz que eu <i>tenho que mandar</i> mais, mas eu <i>quero</i> construir, quero que elas construam o conhecimento. Incentivo com perguntas, questionamentos, tento fazer elas pensarem, <i>mas elas querem que eu resolva tudo por elas</i>, me telefonam toda hora.</p> <p>No outro dia uma TV esteve lá para fazer uma entrevista e eu falei, <i>colaborei</i>. Elas não querem ajudar.</p> <p>As pessoas que moram perto cuidam mais do lixo, das suas casas. Vejo que de certa forma a AAMA influencia positivamente o bairro que é muito complicado, tem muita droga, muito uso e comércio também. Mas esse pessoal, não sei, mas acho que não se sentem ameaçados pela AAMA, e a AAMA também não se sente ameaçada. Não tenho contato com eles.</p>
Entrevista associada nº 1	<p>Questão nº 1</p> <p>Por que você trabalha como catador de material reciclável e não em outra atividade?</p> <p><i>Escolhi trabalhar aqui porque é perto da minha casa e eu gosto de trabalhar aqui, gosto de separar, enfiar. É o único lugar em que eu trabalhei até hoje, tive que ficar fora um ano, mas agora eu voltei.</i></p> <p>Questão nº 2</p> <p>Como e por quem são distribuídas as tarefas na AAMA?</p> <p><i>As tarefas são sempre decididas pela presidente, mas tem um rodízio que é pra não cansar muito. Por exemplo: duas na prensa porque é muito pesado trabalhar com ela, duas na coleta fora, na rua, três na mesa de separação, duas ou três fazendo limpeza e organizando aqui dentro.</i></p>
Entrevista associada nº 2	<p>Questão nº 1</p> <p>Por que você trabalha como catador de material reciclável e não em outra atividade?</p> <p><i>Em primeiro lugar eu gosto de trabalhar aqui. Eu trabalhei oito anos na rua recolhendo material, é muito pesado o carrinho... Tem que ter muita força e eu já estava com problemas de coluna, daí, há três anos, minha filha foi ao dentista e ele acabou com a vida dela, fui com ela boa e ela voltou e está numa cama até hoje, não faz nada sozinha, ficou totalmente deficiente. Então aqui é perto de casa, eu posso atender ela, não dá para arrumar outro trabalho porque eu preciso levar ela pro médico toda hora.</i></p> <p>Questão nº 2</p> <p>Como e por quem são distribuídas as tarefas na AAMA?</p> <p><i>É difícil empilhar os fardos, quando o coordenador vem, ele ajuda. Se uma manda, a outra diz: “Ah, se tu assinar a minha carteira então eu faço”. Eu trabalho direto na prensa, eu gosto, mas acho que todas têm que saber trabalhar com ela porque quando eu falto às vezes fica tudo parado, elas ficam sentadas.</i></p>

	<p>Questão nº 1</p> <p>Por que você trabalha como catador de material reciclável e não em outra atividade?</p> <p><i>Trabalho aqui porque eu gosto, é perto da minha casa. Antes eu vendia roupa em casa, depois tive um bar e queria que eu trabalhasse no hospital (Municipal), mas eu não quis, não gosto, fico triste no hospital.</i></p> <p>Questão nº 2</p> <p>Como e por quem são distribuídas as tarefas na AAMA?</p> <p><i>Eu, como presidente, falo e elas concordam. Eu falo pra elas usar os EPIs, só que uma tá sem bota, é meio teimosinha. Eu acalmo elas quando tem brigas. Quando tem fofoca elas passam pra mim e eu, com jeitinho, acalmo elas, converso... A outra presidente, a de antes, era grossa, tinha muita briga e fofoca, agora não!</i></p>
--	--

A partir de nossa análise, ao percebermos os princípios ergológicos, são constituídas cenografias que resultam no ethos discursivo. Em consonância com Maingueneau (2002, p. 88), “a cenografia só se manifesta plenamente se puder controlar o próprio desenvolvimento, manter uma distância em relação ao coenunciador”. Dessa forma, a cenografia empresarial se constitui pela associação de catadores de materiais recicláveis, por meio dos enunciados de suas trabalhadoras e do coordenador nas relações languageiras de trabalho. Num primeiro momento, percebemos o ethos de uma entidade assistencialista, porém o que se constata é que seus propósitos almejam autonomia intelectual e financeira.

Nesse sentido, voltando-nos para os elementos da cenografia, que, de acordo com Cavalcanti (2010, p. 84), “não é imposta pelo tipo ou pelo gênero do discurso, mas pelo próprio discurso”, observamos uma Associação jovem, organizada e embasada nos preceitos da economia popular. A AAMA é respeitada, e seu objetivo é oferecer estabilidade financeira às associadas, desenvolvendo suas competências gestoras. Ela exemplifica e comunica aos moradores desse lugar, bem como à sociedade em geral, a importância da coleta seletiva, e a comunidade, ao realizar a coleta seletiva em suas residências, corresponde ao comunicado explícito emitido pela entidade. “Vê-se, *assim*, que à cena construída pelo texto associa-se um certo tom, em *ethos*, que deve estar em harmonia com a cenografia selecionada” (CAVALCANTI, 2010, p. 87).

Nessa perspectiva, a comunicação entre bairro e Associação se dá nos moldes de um empreendimento que, ao realizar as atividades de reciclagem, envolve os moradores da sociedade, no momento em que estes demonstram a preocupação com o destino do lixo e com as necessidades das comunidades em situação de vulnerabilidade social. A isso podemos relacionar o que afirma Souza-e-Silva (2004, p. 85): “a atividade é uma resposta às

prescrições determinadas exteriormente ao trabalhador e, simultaneamente, ela é suscetível de transformá-las”.

Caracterizamos como quadro cênico da AAMA os documentos, estatuto social e regimento interno, que fazem parte do discurso administrativo e revelam a cena englobante, que a constituem como associação.

A AAMA apresenta-se por cenografias variadas – reuniões, comércio (compra/venda), construção de saberes (estudos de formação) – e, também, por uma cenografia política, em que, em vista a persuadir o coenunciador, o discurso do enunciador deve “captar o seu imaginário e atribuir-lhe uma identidade, por meio de uma cena de fala valorizada” (MAINGUENEAU, 2002, p. 92).

No que diz respeito às reuniões como cenografias constituintes da entidade, é importante perceber que o coordenador, como fiador, representa a voz da Associação, revelando-a como uma entidade séria e confiável perante a sociedade. Nesse caso, como fiador, ao desvelar a AAMA, exhibe a si mesmo pelos seus enunciados. Maingueneau (2002, p. 97-98) aponta que “por meio da enunciação, expõe-se a personalidade do enunciador”, ou seja, o seu ethos.

Percebemos, nessa Associação, que as suas atividades se constituem por prescrições, que, conforme Souza-e-Silva (2004, p. 86), “são somente um meio mais ou menos eficaz de influenciar as práticas do trabalhador, elas são consubstanciais ao seu próprio trabalho e às suas preocupações profissionais”. Tais prescrições, por vezes vagas e em outras coercitivas (“*eu falo pra elas usar os EPIs*”; “*se uma manda, a outra diz: ‘Ah, se tu assinar a minha carteira então eu faço*”; “*as tarefas são sempre decididas pela presidente*”), fazem parte da e norteiam a AAMA e suas trabalhadoras na execução das atividades, bem como na condução do empreendimento.

Apontando elementos da cenografia, identificamos o coordenador como um jovem estudante bem-sucedido e relativamente satisfeito em trabalhar com esse grupo de pessoas. Em sua fala, “*elas querem que eu resolva tudo por elas*” e “*colaborei*”, verificamos, respectivamente, o *uso de si* pelas catadoras que querem ser geridas e o *uso de si por si* com seus saberes implícitos, pois, se colaborou, é porque soube como fazer. Dessa maneira, apuramos que, em situações de trabalho, as práticas languageiras são fundamentais, em vista de que, a partir delas, depreendemos as cenografias e os ethos instituídos de diversas formas em instituições e trabalhadores.

Na associação em estudo, verificamos que a topografia (o lugar, o aqui) representa segurança e estabilidade e, sobretudo, a conquista de um trabalho reconhecido pela sociedade,

no sentido de as trabalhadoras estarem promovendo a limpeza da cidade e do meio ambiente: “*em primeiro lugar eu gosto de trabalhar aqui. Eu trabalhei oito anos na rua recolhendo material, é muito pesado o carrinho...*”. Segundo Maingueneau (2005, p. 77), “em uma cenografia, como em qualquer situação de comunicação, a figura do enunciador, o fiador, e a figura correlativa do coenunciador são associadas a uma cronografia (um momento) e a uma topografia (um lugar) das quais supostamente o discurso surge”.

Contudo, o trabalho realizado pelas trabalhadoras também é pesado, árduo e envolve diretamente o manuseio e o contato com o lixo produzido e descartado pela sociedade de consumo; entretanto, elas consideram que, por fazerem parte da AAMA, suas vidas estão mais confortáveis e organizadas. Destacamos, ainda, a cenografia de luta, da conquista de um espaço construído e reconhecido pela sociedade em geral e sobre o qual algumas dessas associadas se orgulham, deixando transparecer o resgate da autoestima, bem como a conquista do pertencimento a um setor produtivo que está em evidência atualmente: “*trabalho aqui porque eu gosto, é perto da minha casa. Antes eu vendia roupa em casa, depois tive um bar e queriam que eu trabalhasse no hospital (Municipal), mas eu não quis, não gosto, fico triste no hospital*”.

Destacamos, ainda, que a entrevistada n 3, ao utilizar a forma diminutiva em certos vocábulos, nos enunciados: “Eu falo pra elas usar os EPIs, só que uma tá sem bota, é meio *teimosinha*.”; “O rapaz é bem *bonzinho*, acho que ele é muito *bonzinho*.”; imprime um ar dócil e maternal a essa trabalhadora que também é a presidente da Associação.

Outro ponto que enfatizamos é que Associadas e coordenador têm trânsito livre pelas dependências da Associação e, quando recebem pessoas estranhas ao ambiente, interessadas em realizar estágios ou mesmo trabalhos voluntários, todos oferecem ao visitante tratamento diferenciado e com certo interesse.

O associado, designado coenunciador, assume posições diversas na Associação, “*eu, como presidente [...]*”. Constatamos, dessa forma, a subjetividade do associado ao mobilizar sua iniciativa e apropriar-se de sua função, mobilizando sua iniciativa no empreendimento e gerenciar os demais associados. Ele é trabalhador braçal, mas, ao mesmo tempo, é exigido seu esforço em questões administrativas. Com relação ao enunciador, o coordenador desempenha a função organizadora do empreendimento. Segundo Maingueneau (1997a, p. 30, grifo do autor), “um sujeito, ao enunciar, presume uma espécie de ‘ritual social da linguagem’ implícito, partilhado pelos interlocutores”. Da mesma forma que o enunciador coordena alguns problemas na Associação, ele invoca os associados a construírem respostas, tendo em vista a autonomia desses sujeitos.

O coordenador coloca-se numa posição de parceria com os trabalhadores, entretanto ocupa o lugar daquele que “sabe”, cenografia professoral, mesmo ao instigar os associados a buscarem soluções para os problemas da entidade. O enunciador apresenta-se, ainda, como fiador, pois se considera responsável pelo grupo e, muitas vezes, responde por ele. Maingueneau (2005, p. 72) destaca que “o fiador [...] vê-se, assim, investido de um caráter e uma corporalidade”. Em razão disso, o enunciador, representante da Igreja Católica, pressupõe um caráter confiável, e esse caráter “corresponde a um feixe de traços psicológicos”; a corporalidade “está associada a uma compleição corporal, mas também a uma forma de vestir-se e de mover-se no espaço social” (MAINGUENEAU, 2005, p. 72).

No plano da cronografia, as trabalhadoras estão envolvidas, diretamente, oito horas por dia, segundo o regimento interno (ver anexo b), e podem ausentar-se mediante atestado médico ou justificativa cabível. Porém, na prática do cotidiano, isso não acontece, visto que as trabalhadoras se sentem com liberdade para ausentar-se de suas atividades e nem sempre apresentam justificativas médicas. Nesse sentido, destacamos Souza-e-Silva (2008b), ao referir as renormalizações que se instituem numa consonância entre o instituído e o prático.

Em relação ao enunciador como coordenador, é clara a sua intenção de que as trabalhadoras se apropriem dos saberes. Para tanto, ele oportuniza situações diversas pelas quais estas podem realizar atividades de forma autônoma. O enunciador sente-se incompreendido pelas coenunciadoras, ao preferir que as ordens sejam impostas segundo o modelo taylorista de administração, em oposição à autonomia por ele proposta.

Inferimos, portanto, que as trabalhadoras não se sentem capazes de solucionar os seus problemas de maneira autônoma, sem a ajuda do enunciador; parecem não fazer *uso de si* para as resoluções de ordem administrativa. O contrário, contudo, acontece na realização e na renormalização de tarefas braçais. Nesse sentido, o ethos discursivo, decorrente dos enunciados das associadas, caracteriza a imagem de uma associação frágil. Conforme Maingueneau (2008c, p. 17, grifo do autor), “o ethos é uma noção *discursiva*, ele se constrói através do discurso, não é uma ‘imagem’ do locutor exterior a sua fala”. No próximo item, desenvolvemos uma discussão da análise desenvolvida a respeito da AAMA.

3.4.4 Discussão da análise

Por meio da análise dos documentos, das entrevistas e das observações da pesquisadora junto à AAMA, depreendemos que essa entidade é constituída por relações dependentes. Apesar disso, a procura por valores emancipatórios entre os integrantes do

empreendimento é constante, com maior ênfase ao enunciador, ou seja, coordenador que sempre refere a autonomia em sua fala.

Destacamos, com base nos documentos da AAMA, a cena englobante administrativa, ao envolver várias cenografias dentro dessa instituição: reuniões, negociações, visitas de pessoas, o trabalho se desenvolvendo no grupo. As associadas destacam-se como trabalhadoras de reciclagem, mas também lhes compete receber os materiais/doações, fazer os pagamentos e a distribuição de renda. Já o coordenador aparece como a pessoa que sabe, ensina, realiza reuniões e administra os conflitos que porventura acontecem. A relação estabelecida entre trabalhadoras e coordenador é familiar, paternalista, na medida em que ele é percebido como aquele que sabe e conduz a entidade. Constatamos, desse modo, um ethos de paternal, de uma pessoa que conduz as outras, que, por sua vez, lhe atribuem uma imagem de sujeito capaz e detentor de saberes.

A noção de cenografia, “uma espécie de enlaçamento paradoxal, no qual a enunciação, por seu modo mesmo de desvendar seus conteúdos, deve legitimar a situação de enunciação que a torna possível, isto é, os protagonistas do discurso” (SOUZA-E-SILVA, 2001, p. 134), possibilitou depreender os diferentes lugares dos interlocutores da AAMA pela análise dos seus diversos enunciados, os quais revelam, também, a cena que os constitui. Em vista disso, com o enunciado “*eu, como presidente, falo e elas concordam*”, visualizamos a cenografia autoritária em que a associada, na posição do poder da AAMA, se mostra hierarquicamente diferente das demais sócias, o que destaca muito bem: “*eu, como presidente*” e revela, dessa forma, um ethos de relações de poder entre as associadas. Salientamos, a partir desse enunciado da presidente, toda a sua subjetividade mostrada ao se apropriar de sua função na entidade frente às demais sócias, coordenador e a esta autora.

Como exemplificado, a noção de cenografia, observação de diferentes papéis entre coordenador e associados, na relação topografia/cronologia constituídas no e pelo discurso, permitiu-nos depreender o lugar dos interlocutores, bem como a cena da relação construída pelos seus enunciados na AAMA. Diante disso, ao coenunciador/às associadas foram atribuídas, além dos trabalhos braçais e dos cargos relativos à presidência, atividades como atendente de telefone, vendedora, compradora, recepcionista, agente de limpeza etc, demarcando a constituição de diversas cenografias na entidade. Ao enunciador/monitor são atribuídas as funções de coordenador, professor, administrador, mediador. Apesar de estabelecer uma relação de cordialidade e outorgar a palavra às associadas, colocando-se, por vezes, no mesmo plano destas, ele representa o saber, o conhecimento e o poder, de modo que deve ser obedecido e respeitado. Nesse sentido, esses atributos constituem o coordenador

mediante um ethos de homem sério, digno de confiança e respeitabilidade, até mesmo porque ele representa uma instituição mundialmente reconhecida: a Igreja Católica.

Por conseguinte, destacamos a seguinte posição no que se refere às trabalhadoras que executam as atividades e desempenham seus trabalhos a partir dos prescritos da associação: as associadas são proprietárias de um investimento, mas dele não se apropriam, demonstrando forte dependência do Projeto Transformação. A *imagem de si* construída por essas trabalhadoras revela-se frágil, na medida em que não se outorgam a possibilidade efetiva de gerir a AAMA.

Quanto ao Projeto Transformação, destacamos a posição daquele que sabe e conduz o empreendimento, porém verificamos outra atitude: a de amigo, pai, aquele que conduz e sem o qual a AAMA não existiria. Essas relações são percebidas nos enunciados registrados nas entrevistas dos interlocutores, quando usam “nós” e “eles” para se referirem reciprocamente. Entretanto, o enunciador destaca-se como fiador, ao usar o “nós” não inclusivo, mas também se inclui no grupo, coloca-se junto dele, em alguns momentos, ao fazer uso do “nós” inclusivo. O enunciador distancia-se totalmente do grupo ao usar “elas”, ou seja, as de quem se fala, as não pessoas.

O ethos da AAMA constitui-se por vozes identificadas pelo uso de *nós*, o que anuncia o ethos de uma entidade que acolhe o trabalhador, apesar de seus documentos prescritivos. A AAMA é autoridade, possui leis, normas, mas também abre espaço para que o associado participe em vista do desenvolvimento da instituição.

O coordenador é a voz da Associação perante a comunidade, bem como para as associadas que seguem suas prescrições. Ele, como enunciador, tem o saber, porém, procura considerar os saberes investidos das coenunciadoras/associadas ao ouvi-las e questioná-las sobre os diversos assuntos que constituem o cotidiano do trabalho que elas desenvolvem. Segundo Borges e Zambroni-da-Silva (2010, p. 155), o saber investido “é o resultado de nossa história individual [...]”. Enfatizamos que o coordenador mostra a sua subjetividade ao apropriar-se de uma voz que mostra a sua preocupação com o grupo e o interesse de que esse se constitua e resgate a autonomia e autoestima em relação ao empreendimento e, sobretudo, perante a sociedade em geral.

Depreendemos, assim, que o ethos discursivamente instaurado pela AAMA é o de uma entidade séria, exemplar que, conforme o estatuto social, “baseia-se nos princípios de ajuda mútua, democracia, participação, cooperação, igualdade, equidade, etc.”. O trabalhador, apesar de receber ordens, prescrições, é um sujeito convocado a participar, gerir e colocar-se

como alguém que pensa e age em acordo com seus próprios saberes instituídos, como salienta Trinquet (2010).

Compreendemos, ainda, que existe uma hierarquia na Associação, contudo quem está no topo dessa hierarquia, ao exercer o papel daquele que sabe, é o coordenador, e não as “catadoras”, como é pronunciado nos documentos (Anexo A). Importante registrarmos que na AAMA as prescrições vêm dessa hierarquia, porém as trabalhadoras não são sujeitos passivos, elas fazem intervenções, participam das decisões e, a passos lentos, apropriam-se de novos saberes e renormalizam as normas pré-estabelecidas. Vislumbramos, igualmente, que o *uso de si por si e pelos outros* faz parte da realização das atividades de trabalho das associadas e do coordenador e, em meio às *dramáticas* “que questionam e tornam a questionar incansavelmente o uso que fazemos de nós mesmos” (SCHWARTZ, 2011a, p. 133), permeia as práticas languageiras e a atividade de trabalho.

Não obstante a existência das normas e dos prescritos, a AAMA considera o discurso das associadas, ao se deslocar dos moldes tayloristas de gerir um empreendimento, e inscreve-se no que hoje designamos por economia popular, a qual leva em consideração a subjetividade dos sujeitos, suas opiniões, seus valores e saberes.

Dessa forma, enunciador e coenunciador ora estão muito próximos, ora são percebidos como pessoas de quem se fala, que estão distantes e referidas nos enunciados como aquelas que decidem ou aquelas que devem se posicionar frente ao empreendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, de cunho interdisciplinar entre a linguística do discurso e a ergologia, teve como principais autores Schwartz (1992, 2011) e Nouridine (2002), em relação ao trabalho, e Maingueneau (1997, 2010) e Souza-e-Silva (2002, 2011), no que refere às questões linguístico-discursivas. No que diz respeito ao primeiro tópico, abordamos os conceitos de ergonomia, ergologia, saberes, atividade etc. Quanto à linguística, foi abordada a semântica global, ethos e cenografia.

O tema do estudo, que compreendeu as práticas discursivas em comunidades em situação de vulnerabilidade social, teve como delimitação a análise dos discursos de membros de uma associação de material reciclável, a Associação Amigos do Meio Ambiente, pertencente ao Bairro Popular de Passo Fundo/RS.

O problema de pesquisa foi assim formulado: como se constroem discursivamente a cenografia e o ethos manifestados através de práticas de linguagem em uma associação de material reciclável e de seus catadores? Por meio de análises de documentos e das entrevistas realizadas com o coordenador e as trabalhadoras da AAMA, ficou comprovado que essa instituição compreende uma cenografia administrativa, o ethos de uma entidade séria e de confiabilidade, em vista de ter sido criada por pessoas representantes de diversos segmentos da Igreja Católica.

Conforme registram os documentos anexos, compreendemos que na AAMA existe hierarquia constituída, em cujo topo está o coordenador, com seus saberes. Constatamos, nesse sentido, que as prescrições vêm da hierarquia, porém as trabalhadoras não são passivas, na medida em que fazem intervenções junto ao “superior”, participam das decisões e, a passos lentos, apropriam-se de novos saberes, confrontando-se com *dramáticas de uso de si*, ao realizar as atividades de trabalho.

A Associação deste estudo não segue moldes tayloristas, ao considerar a voz das associadas. Existem prescrições, as quais são necessárias ao bom funcionamento da entidade, mas as trabalhadoras têm seus discursos considerados pelo coordenador, que as percebe como sujeitos ativos, possuidores de valores e de subjetividade.

Ao abordar a ergologia e a semântica global, depreendemos, por meio de marcas discursivas, como se constroem a cenografia e o ethos discursivo da Associação, objetivo geral desta pesquisa, o que possibilitou, também, a compreensão da relação das trabalhadoras com o coordenador que acompanha o grupo. Para tanto, a pesquisadora teve como tarefa

conhecer a comunidade de catadores de material reciclável e sua organização, frequentando diversas vezes a AAMA, oportunidades em que conversou com os associados, explicou suas intenções com a realização do estudo, ajudou na separação do material reciclável, enfim, se envolveu com os membros da entidade. Ao participar das atividades de trabalho e das reuniões, conquistou a confiança das trabalhadoras, que se mostraram interessadas em oferecer sua contribuição.

Dessa forma, investigando as práticas discursivas orais, posteriormente transcritas para fins de registro e análise, manifestadas pelas integrantes da Associação e pelo agente social que a conduz, percebemos diversos modos de pensar o trabalho e as relações entre as associadas e coordenador. Esses registros, realizados em vista da observação – quem fala, de que lugar fala(m) e para quem fala(m) –, permitiram comparar possíveis aproximações e distanciamentos entre os interlocutores da Associação.

Consideramos que nossos objetivos foram alcançados no desenvolvimento deste estudo. Pretendíamos conhecer e compreender a comunidade de catadores de material reciclável e sua organização, o que se realizou mediante as várias visitas da autora, somadas às entrevistas, às conversas informais. Por meio dessas visitas, investigamos as práticas discursivas manifestadas pelos associados e pelo agente social da Associação, que colaboram com o seu desenvolvimento e sua administração. Ainda, descrevemos práticas discursivas que se apresentaram nas entrevistas realizadas com integrantes da entidade. Verificamos como se constroem a cenografia e o ethos discursivo da associação e dos catadores através dos discursos manifestados por seus componentes e, por fim, comparamos aproximações e distanciamentos discursivos com base em práticas de linguagem nas situações de trabalho que envolvem alguns dos integrantes. Portanto, consideramos que os objetivos específicos acima foram, de fato, alcançados pela pesquisadora nessa entidade.

Vislumbramos a possibilidade de contribuir, de forma prática, com essa Associação, partindo do que foi apreendido por meio deste estudo. Torna-se viável, por exemplo, participar das reuniões de formação e colaborar em relação às necessidades da AAMA que estiverem ao alcance dessa autora, no que se refere ao trabalho e à língua.

Em relação à Academia, este estudo proporcionou uma aproximação entre o cultural e o senso comum, tendo a pretensão de provocar a instituição de ensino em que a pesquisa se insere, no sentido de que não se percam os vínculos aqui constituídos. Sugerimos, desse modo, que os estudos na perspectiva da Linguagem e do Trabalho, relacionados a grupos de pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, tenham continuidade por parte da Academia/acadêmicos, visando a possibilitar uma contribuição focada nos saberes

formais para sujeitos visivelmente impedidos de acessar as informações e frequentar os bancos escolares e universitários. Destacamos que a Academia, ao manter vínculos com a comunidade, desenvolve relevante trabalho de renormalização, vislumbrando a possibilidade de o acadêmico desenvolver seus saberes formais na prática, naquilo que vem a ser o trabalho real, de modo a permitir que a teoria não se distancie largamente da prática e, sobretudo, de modo a oportunizar a realização de um trabalho social com pessoas que se encontram, literalmente, às margens da sociedade.

A realização deste estudo deu-se em meio a algumas dificuldades, tendo sido a tarefa de assimilar os conceitos teóricos a principal delas, justificada pela mudança radical de linha de pesquisa da mestranda, que se aprofundava, há anos, em outra perspectiva, a Análise do Discurso (AD). Diante disso, salientamos que o tempo destinado aos estudos da teoria tornou-se reduzido, pois se rompeu todo um planejamento de vida acadêmica e pessoal da autora. Contudo – e, por que não dizer, também em vista disso –, a realização desta pesquisa contribuiu imensamente para o seu engrandecimento como estudiosa dos assuntos relacionados à linguística e, sobretudo, ao trabalho, pois o ser humano e a sua palavra constituem o todo quando pensamos sobre esse tema.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Associativismo. In: CATTANI, Antonio Davi (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre, RS: Veraz Editores, 2003, p. 15-20.
- AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In: _____. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005a, p. 9-28.
- _____. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: _____. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005b, p. 119-143.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2 ed., 10. reimpr. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BENVENISTE, Emile. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1985.
- _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- BORGES, Maria Elisa Siqueira; ZAMBRONI-DE-SOUZA, Paulo César. Entrevista: Pierre Trinquet e o ponto de vista da atividade em formação profissional e segurança no trabalho. *Cad. Psicol. Soc. Trab.*, São Paulo, v. 13, n.1, p. 149-157, 2010. Disponível em: <pepsic.bvsalud.org/.../iah/?...ZAMBRONI-DE-SOUZA... >. Acesso em: 26 set. 2012.
- BORGES, Maria Virgínia. A dêixis discursiva: formas de representação do sujeito, do tempo e do espaço no discurso. *Revista do GELNE*, v. 2, n. 2, p. 1-4, 2000. Disponível em: <www.gelne.ufc.br/revista_ano2_no2_33.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2012.
- BORIM, Rosiléia Aparecida. *Ethos empresarial na prescrição do trabalho: discursos do poder em manuais de integração*. 2006. 150 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BOUYER, Gilbert Cardoso. A ciência ergonômica entre a epistemologização e a cientificidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DA PRODUÇÃO, 27, Foz do Iguaçu, PR, 2007. *Anais...: A energia que move a produção: um diálogo sobre integração, projeto e sustentabilidade* Foz do Iguaçu, PR: 09 a 11 de outubro de 2007.
- BRUNELLI, Anna Flora. Sobre a noção de ethos discursivo. *Letras & Letras*, Uberlândia, MG, v. 22, n. 2, p. 197-204, jul./dez. 2006. Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/12710>. Acesso em: 10 maio 2012.
- CARVALHO, Fabiana Castro. *Interdiscurso, cenas de enunciação e ethos discursivo em canções de Azael Alves*. 127 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.
- CAVALCANTI, Jauranice Rodrigues. O conceito de cenografia e sua produtividade na leitura e interpretação de textos. *SIGNUM: Estudos da Linguagem*, Londrina, PR, n. 13, v. 1, p. 81-90, jul. 2010.
- CERVONI, J. As modalidades. In: _____. *A enunciação*. Tradução de L. Garcia dos Santos. São Paulo: Ática, 1989, p. 53-83.

CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

COSTA, Daniel de Souza; CUNHA, Daisy Moreira. A gestão do tempo na atividade real de trabalho: articulações de lógicas e imposições de ritmos. 2008, p. 1-6. Disponível em: <<http://www.senept.cefetmg.br/galerias/.../anais/.../QuartaTema6Artigo4.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

CUNHA, Daisy Moreira. Notas conceituais sobre atividade e corpo-si na abordagem ergológica do trabalho. In: Reunião Anual da ANPED, 30, Caxambu, 2007. *Anais...*, Caxambu, 2007, p. 1-15.

DAHER, Del Carmen; VARGENS, Dayala Paiva de Medeiros. A catação de materiais recicláveis em três cenas: contribuições dos estudos discursivos. *Eutomia – Revista de Literatura e Linguística*, 8 ed., p. 203-223, dez. 2011.

DANIELLOU, François. Le travail des prescriptions. VÈME CONGRÈS SELF, 30. Aix-en-Provence, 2002. Disponível em: <<http://www.ergonomie-self.org/self2002/daniellou.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2012.

DIEHL, Astor Antônio; PAIM, Denise Carvalho Tatim. *Metodologia e técnica de pesquisa em ciências sociais aplicadas*. Passo Fundo, RS: Clio Livros, 2002.

DOLLÉ, François. As técnicas e a experiência dos humanos. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Orgs.). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Coord., trad. e rev. técnica de Jussara Brito e Milton Athayde. 2. ed. Niterói, RJ: EdUFF, 2010, p. 111 - 128.

DURAFFOURG, Jacques. O trabalho e o ponto de vista da atividade. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Orgs.). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Coord., trad. e rev. técnica de Jussara Brito e Milton Athayde. 2. ed. Niterói, RJ: EdUFF, 2010, p. 47-82.

DURRIVE, Louis.; SCHWARTZ, Yves. Glossário da ergologia. *Laboreal*, v. 4, n. 1, 2008, p. 23-28. Disponível em: <<http://laboreal.up.pt/revista/artigo.php?id=48u56oTV6582234396587;63882>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

EGGS, Ekkehard. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, Ruth. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 29-56.

FAÏTA, Daniel. Análise das práticas languageiras e situação de trabalho: uma renovação metodológica imposta pelo objeto. In: SOUZA-E-SILVA, M. Cecília P.; FAÏTA, D. *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 45-60.

FERNANDES, Luis Carlos. Por um paradigma das formas de alteridade: a coerção dos gêneros. *CÍRCULO DOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS SUL*, 6, Florianópolis, 2006. *Anais...* Florianópolis, 2006. Disponível em:

<<http://www.celsul.org.br/Encontros/Coordenadas/49.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2011.

FERRERIRA, Mário César. Atividade, categoria central na conceituação de trabalho em ergonomia. *Revista Alethéia (Ulbra)*, Canoas, RS, v. 1, n. 11, p. 71-82, 2000. Disponível em: <<http://www.ergopublic.com.br/arquivos/1252861523.51-arquivo.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

_____. A ergonomia da atividade se interessa pela qualidade de vida no trabalho? Reflexões empíricas e teóricas. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 11, n. 1, p. 83-99, 2008.

_____.; BARROS, Paloma de Castro da Rocha. Incompatibilidade trabalho prescrito - trabalho real e vivências de prazer-sofrimento dos trabalhadores: um diálogo entre a ergonomia da atividade e a psicodinâmica do trabalho. *Aletheia (Ulbra)*, Canoas, RS, v. 1, p. 115-128, jul./dez. 2003.

FIGARO, Roseli. Atividade de comunicação e trabalho. *Revista da Universidade de Provence*, Universidade de Provence, p. 01- 40, jan. 2007.

FISCHER, Maria C. B. O trabalhador no centro de propostas de pesquisa formação para o trabalho associado. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 26, p. 01-25, 2008a. Disponível em: <<http://www.ceeja.ufscar.br/o-trabalho.-fischer>>. Acesso em: 07 jan. 2012.

_____. O adulto trabalhador no centro de propostas de pesquisa-formação para o trabalho associado. In: *JORNADAS NACIONALES: PRÁCTICAS Y RESIDENCIAS EN LA FORMACIÓN DOCENTE*, 3, Córdoba, 2008. *Anais...* Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, v. 1, p. 91-98, 2008b.

FREITAS, Ernani Cesar. A semiolinguística no discurso: práticas de linguagem em situações de trabalho. *Desenredo – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 4, n. 2, p. 262-283, jul./dez. 2008.

_____. Linguagem na atividade de trabalho: éthos discursivo em editoriais de jornal interno de empresa. *Desenredo – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 6, n. 2, p. 170-197, jul./dez. 2010.

_____. Cultura, linguagem e trabalho: comunicação e discurso nas organizações. *Desenredo – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 7, n. 1, p. 104-126, jan./jun. 2011a.

_____. A enunciação em texto jornalístico: o uso das categorias de tempo, espaço e pessoa. *ReVEL*, v. 9, n. 16, p. 1-25, 2011b. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

GRILO, Rui Manuel Boletto. *Teoria da gestão e a complexidade*. 114 f. 1996. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Licenciatura em Gestão de Empresas, Universidade de Évora, Portugal, 1996. Disponível em: <<http://www.manuelgrilo.com/rui/complexidade/trabalho.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2011.

GUÉRIN, François. et al. *Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia*. Tradução de Giliane M. J. Ingratta e Marco Maffei. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 20001.

ICAZA, Ana M. S.; TIRIBA, Lia. Economia popular. In: CATTANI, Antonio Davi (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 15-20.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984.

_____. *A inter-ação pela linguagem*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

LACOSTE, Michèle. Fala, atividade, situação. In: DUARTE, Francisco José de C. M.; FEITOSA, Vera Cristina (Orgs.) *Linguagem e trabalho*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 1984.

_____. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Tradução de Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes; Editora da UNICAMP, 1997a.

_____. *Introdução à linguística*. Tradução de Luísa Baptista. Lisboa: Gradiva, 1997b.

_____. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 69-92.

_____. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2008a.

_____. Cenografia epistolar e debate público. In: POSSENTI, Sírio; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez de (Orgs.). *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b, p.115-135.

_____. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008c, p. 11-29.

_____. *Doze conceitos em análise do discurso*. SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Perez de; POSSENTI, Sírio (Orgs.). Trad. Adail Sobral... [et al.]. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1986.

MELLO, Elizabeth Eboli de. *Práticas discursivas na construção de uma imagem institucional mestrado: lingüística aplicada ao ensino de línguas*. São Paulo: Ed. PUC, 1999.

MONNERAT, Rosane Santos Mauro. O discurso publicitário e o jogo de máscaras das modalidades discursivas. *Veredas: Revista de estudos linguísticos*, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 97-108, 2009.

NEVES, Tatiana. P. Espaço de três polos ergológicos: perspectivas para a regulação em saúde. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS EM SAÚDE, 5, São Paulo, 2011. *Anais...* São Paulo, 2011, p. 01-09. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/2009/artigos/112_0.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2012.

NOËL, Christine; FAÏTA, Daniel. A linguagem como atividade. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (Orgs.). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. 2. ed. Niterói, RJ: EdUFF, 2010, p. 166-186.

NOURODINE, Abdallah. A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. In: SOUZA-e-SILVA, M. C.P.; FAÏTA, D. (Orgs.). *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 17- 30.

PARADELA, Thales.; DUARTE, Francisco J. de C. M. A ergonomia como suporte ao projetor organizacional de uma pequena indústria autogestionária. In: Congresso Brasileiro de Ergonomia – ABERGO, 13, Fortaleza, 2004. *Anais...*, Fortaleza, 2004, p. 1-8.

PÊCHEUX, Michael. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997a.

_____. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*, M. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997b.

PIRIS, Eduardo L. O papel da cenografia na construção do ethos discursivo: estudo de três pronunciamentos parlamentares que antecederam o AI-5. In: Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (Org.). *Estudos linguísticos*. Campinas, SP, n. XXXVI, v. 3, p. 182-190, set./dez. 2007.

PORTO, Ana Cláudia. Espelho partido: uma análise discursiva sobre o conceito de leitura produzido a partir da leitura de fábulas feita por professores da rede municipal de Curitiba. Encontro do CELSUL, 9, Palhoça, SC, out. 2010a. *Anais...*, Palhoça, SC, out. 2010. (NÃO É 2010A). Disponível em < www.celsul.org.br/Encontros/09/artigo/Ana%Porto.pdf > Acesso em: 20 set. 2012. Ver no texto???

PORTO, Ludimila M. de F. *Análise dialógico discursiva da atividade dos cuidadores de idosos em instituições geriátricas do Recife*. 104 f. 2010b. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, PE, 2010. Não é 2010 b. Ver no texto.

POSSENTI, Sírio. Ethos e corporalidade em textos de humor. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 149-156.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2009.

RECH, Maria Helena Bortolon; FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. No fio do discurso: análise do discurso sobre o trabalho no artigo opinativo do Jornal Correio Rio-Grandense. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, v. 5, n. 2, p. 267-293, jan./jun. 2005.

RIBEIRO, Renato V. *Teorias da administração*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2007.

ROCHA, Décio. O. S.; DAHER, Maria del Carmem. F. G.; SANT'ANNA, Vera Lúcia A. Produtividade das investigações dos discursos sobre o trabalho. In: SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília P.; FAÍTA, Daniel (Orgs.). *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo, Cortez, 2002. p. 77-91.

SANT'ANNA, Vera Lúcia de A; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília P. Trabalho e prescrição: aproximações ao problema a partir dos estudos da linguagem. *Matraga*, Rio de Janeiro, v.14, n. 20, p. 77-99, jan./jun. 2007.

SANTOS, Maria Francisca Oliveira. A modalidade no discurso de sala de aula, em contexto universitário. *Revista GELNE*, v. 2, n. 2, p. 1-5, 2000. Disponível em: <http://www.gelne.ufc.br/revista_ano2_no2_26pdf>. Acesso em 20 de jun. 2012.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1995.

SCHERER, Magda Duarte dos Anjos; PIRES, Denise; SCHWARTZ, Yves. Trabalho coletivo: um desafio para a gestão em saúde. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 721-725, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v43n4/90.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2012.

SCHWARTZ, Yves. Sur le concept de travail. In: COLLOQUE INTERDISCIPLINAIRE TRAVAIL: RECHERCHE ET PROSPECTIVE. Thème Transversal no 1 Concept de Travail. CNRS, PIRTEM, ENS de Lyon, 1992. *Actes...*, 1992.

_____. Trabalho e valor. *Tempo Social*, USP, S. Paulo, v. 8, n. 2, p. 147-158, out. 1996. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/...trabalho_e_valor.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2012.

_____. Trabalho e uso de si. *Pro-Posições*, v. 1, n. 5, p. 34-47, 2000.

_____. Circulações, dramáticas, eficácias da atividade industriosa. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 33-55, 2004.

_____. Entrevista: Yves Schwartz. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 4, n. 2, p. 457-66, 2006. Disponível em: <http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r61.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2012.

_____. Trabalho e ergologia. In: _____. ; DURRIVE, Louis (Orgs.). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Tradução de Jussara Brito e Milton Athayde. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2010a, p. 25-46.

_____. Trabalho e uso de si. In: _____.; DURRIVE, Louis (Orgs.). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Tradução de Jussara Brito e Milton Athayde. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2010b, p. 187-204.

_____. O homem, o mercado e a cidade. In: _____.; DURRIVE, Louis (Orgs.). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Tradução de Jussara Brito e Milton Athayde. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2010c, p. 247-273.

_____. Manifesto por um ergoengajamento. In: BENDASSOLLI, Pedro F.; SOBOLL, Lis A. P. (Orgs.). *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Atlas, 2011a. p. 132- 159.

_____. Conceituando trabalho, o visível e o invisível. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 9, supl. 1, p. 19-45, 2011b.

SILVA, Edvânia G. da. *Os (des)encontros da fé*. Análise interdiscursiva de dois movimentos da Igreja Católica. 293 f. 2006. Tese (Doutorado) – Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006.

_____. A dêixis discursiva como elemento constituinte da semântica global. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 34-50, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/37/EL_V37N3_05.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2012.

SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília. P. Estudos enunciativos: atividades de linguagem em situação de trabalho. In: BRAIT, Beth. (Org.). *Estudos enunciativos no Brasil: história e perspectivas*. Campinas, SP; São Paulo: Pontes; Fapesp, 2001. v. 1. p. 131-146.

_____. A dimensão linguageira em situações de trabalho. In: SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília P.; FAÏTA, Daniel (Orgs.) *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. Tradução de Inês Polegatto e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2002a. p. 61-76.

_____. Fronteiras da linguística contemporânea: linguagem e trabalho. *Revista da ANPOLL*, v. 12, p. 155-168, 2002b.

_____. O ensino como trabalho. In: MACHADO, A. R. (Org.). *O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva*. São Paulo: Eduel, 2004, p. 81-104.

_____. Você sabe vender seu peixe? A construção do ethos da revista Vida Executiva. *Revista Investigações*, Recife, v. 21, n. 2, julho/2008a, p. 261-277. Disponível em: <http://www.revistainvestigacoes.com.br/.../Vol.../Cecilia_Souza-e-Silva.pdf>. Acesso em: 06 jan. 20012.

_____. Atividade de Linguagem, atividade de Trabalho: Encontro de Múltiplos Saberes. *Revista Intercâmbio*, São Paulo: LAEL/PUC-SP, v. 18, p. 1-21, 2008b. Disponível em:

<<http://www.revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/article/view/3549>>. Acesso em: 18 jan. 2012.

_____. Sistemas de ensino mudanças na educação e no trabalho do professor? In: SZUNDY, P. T. C et al. (Org.). *Linguística aplicada e sociedade: ensino e aprendizagem de línguas no contexto brasileiro*. Campinas, SP: Pontes, 2011, v. 1, p. 95-110.

_____; ROCHA, Décio. Resenha de “Gênese dos discursos” de Dominique Maingueneau. *ReVEL*, v. 7, n. 13, p. 1-25, 2009. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br>>. Acesso em: 11 nov. 2011.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. Saberes do trabalho associado. In: CATTANI, Antonio D. et al. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Editora Almedina, 2009, p. 293-298.

TRINQUET, Pierre. Trabalho e educação: o método ergológico. *Revista HISTEDBR On line*, Campinas, número especial, p. 93-113, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/38e/art07-38e.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

VILAÇA, Wilma P. T. A comunicação no mundo do trabalho. CONGRESSO BRASILEIRO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E DE RELAÇÕES PÚBLICAS - ABRAPCORP, 3, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.abrapcorp.org.br/anais2009>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

WILLIAMS, Raymond. Indústria [industry]: *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 230-234.

ZACHARIAS, Haroldo R. O Rotary é a maior e mais respeitável organização não governamental do mundo. *Mundo Rotário Brasileiro*. Disponível em: <www.rotarybrasil.com.br>. Acesso em: 01 out. 2012.

ZAGO, Antonia; DI FANTI, Maria da Glória Corrêa. Fios dialógicos da *navalha*: teias enunciativas em esferas de atividade. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação/E-compós*, Brasília, v. 11, n. 3, p. 1-18, set./dez. 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH

MESTRADO EM LETRAS/LINGUÍSTICA

CAMPUS I - Km 171 - BR 285, Bairro São José, Caixa Postal 611 - CEP 99001-970 Passo Fundo/RS - PABX (54) 3316-8100 / Fax Geral (54) 3316-8125

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Pelo presente convido _____ a participar da pesquisa sobre “Práticas discursivas em contextos sociais: linguagem e trabalho em uma associação de catadores de materiais recicláveis”, que consiste no trabalho de dissertação do Mestrado em Letras/Linguística da acadêmica Itatiane Chiaradia, da Universidade de Passo Fundo, do Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL, sob a orientação da Prof. Dr. Ernani Cesar Freitas.

O objetivo geral da pesquisa é descrever e analisar como se constroem a cenografia enunciativa e o ethos discursivo a partir de práticas de linguagem verificadas na associação de catadores de materiais recicláveis. Sendo assim, os objetivos específicos constituem-se por: conhecer a comunidade de catadores de materiais recicláveis e sua organização; investigar práticas discursivas orais manifestadas pela associação, por agentes que integram a associação e colaboram com o desenvolvimento e administração dessa entidade social; descrever práticas discursivas orais de catadores de materiais recicláveis; comparar possíveis aproximações e distanciamentos discursivos, a partir de práticas de linguagem, nas situações de trabalho que envolvem alguns dos integrantes da associação.

A pesquisa será realizada através de entrevistas com alguns componentes da associação e o coordenador, bem como por observações da pesquisadora junto a essa entidade.

É importante salientar que se, no decorrer da pesquisa, o participante resolver não mais continuar participando, poderá retirar-se sem qualquer prejuízo ou complicação.

A pesquisa será desenvolvida nas dependências da Associação de Recicladores Amigos do Meio Ambiente (AAMA), localizado na Rua Humaitá, 99, Bairro Popular, Passo Fundo/RS.

A realização das entrevistas será nos momentos em que os trabalhadores estiverem na associação e disponibilizarem tempo para responder às questões. Os encontros serão desenvolvidos pela parte da tarde nos dias 05, 09, 12 e 22 de junho de 2012, com duração de quatro horas, assim iniciando às 15h e terminando às 16h.

Ao final do trabalho, os resultados serão divulgados na dissertação de mestrado da pesquisadora, em eventos científicos e encontros acadêmicos, sempre garantindo a confidencialidade da fonte das informações, mantendo o total sigilo.

Ao participar da pesquisa, os sujeitos associados terão os seguintes benefícios: compreender a importância de um bom processo de comunicação para a realização das atividades e dos relacionamentos internos e externos à Associação; a importância das normas prescritas para o desempenho e a renormalização das atividades; observar como a entidade é vista pela sociedade, pela coordenação e pelos próprios associados no sentido de melhorar os relacionamentos.

Os associados e o coordenador terão a garantia de receber esclarecimentos sobre qualquer dúvida relacionada à pesquisa e poderão ter acesso aos seus dados em qualquer etapa do estudo. Não haverá despesas relacionadas à pesquisa e também não haverá pagamento pela participação no estudo.

Após ser esclarecido sobre as informações acerca da pesquisa, caso aceitar os termos do estudo, assine ao final deste documento, apresentado em duas vias de igual conteúdo, compostas por 02 (duas) páginas cada, considerando que uma ficará com o (a) entrevistado (a), e outra com a pesquisadora. Em caso de recusa, não haverá qualquer penalização a sua pessoa.

Caso você tenha dúvidas sobre o trabalho, o comportamento da pesquisadora ou sobre mudanças ocorridas que não constam no TCLE, e caso se considere prejudicado na sua dignidade e autonomia, você pode entrar em contato com a secretária do Mestrado em Letras pelo telefone (54) 3316 8341, ou com a pesquisadora pelo telefone (54) 8401 2018.

Dessa forma, se você concorda em participar da pesquisa como consta nas explicações e orientações acima, coloque seu nome no local indicado abaixo.

Desde já, agradecemos a sua colaboração.

Passo Fundo, 23 de maio de 2012.

Nome do (a) participante: _____

Assinatura: _____

Nome da pesquisadora: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE B - ENTREVISTA Nº 01 - ASSOCIADA

1. Por que você trabalha como catador de material reciclável e não em outra atividade?

Eu escolhi trabalhar aqui porque é perto da minha casa e, eu gosto de trabalhar aqui, gosto de separar, enfardar. É o único lugar em que eu trabalhei até hoje, tive que ficar fora um ano, mas agora eu voltei. Quando eu comecei não sabia nada, aí a gente teve formação com o Sr. Paulo da empresa X³⁵. Ele ensinou tudo, como separar, o que é bom e o que é ruim, que não tem venda. Agora quem é mais antiga e sabe, ensina pras novas, aí a gente trabalha de duas a duas, que é pra quem sabe ensinar quem não sabe. Agora eu que ensino.

2. Como e por quem são distribuídas as tarefas na AAMA?

As tarefas são sempre decididas pela presidente, mas tem um rodízio que é pra não cansar muito. Por exemplo: duas na prensa porque é muito pesado trabalhar com ela, duas na coleta fora, na rua, 3 na mesa de separação, duas ou três fazendo limpeza e organizando aqui dentro. Se a gente não faz assim, não sai nada, se fica todo mundo junto no mesmo lugar, não sai nada. Quando tem reunião todo mundo para, daí a gente só recebe de quem vem entregar. A gente já sabe o que tem que fazer, nem precisa dizer, só quando tem gente nova, que é bem seguido e daí o coordenador vem pra explicar o regulamento e depois a gente tem que ensinar trabalhar, separar. Tem gente entrando e saindo toda hora.”

3. Quais são seus objetivos pessoais e suas metas em relação à AAMA? A AAMA é prioridade em sua vida?

Eu quero trabalhar aqui pra sempre. A Igreja empresta tudo pra nós: o galpão, as máquinas, dão os EPIs, o voluntário, tudo que a gente precisa. Até os “papéis” as irmãs fazem pra nós. Daqui eu tirei tudo o que eu tenho, o dinheiro pra comprar o terreno, depois construiu minha casinha. Não se ganha muito, às vezes é menos que um salário, mas eu gosto daqui.

4. Qual o tempo que você disponibiliza para trabalhar na Associação?

Eu trabalho todos os dias oito horas, menos sábado e domingo. Se a pessoa não trabalha, não ganha. A secretária marca o tempo num caderninho.

5. De que forma é realizada a remuneração na AAMA?

A gente ganha conforme trabalha, por hora, depois, se sobra, é dividido entre todas, menos as novas, né. Só ganham na produção depois de um mês que estão trabalhando.

³⁵ Nome fictício designado pela autora para não expor a pessoa e a empresa.

6. Qual a função do voluntário na Associação?

O coordenador é o nosso voluntário. Ele representa várias entidades da Igreja – Projeto Transformar. Ele é bom, mas já tivemos monitores de pulso mais firme, que diziam se a gente estava certa ou errada, eles diziam “Oh, se vocês forem por aqui, podem ir, mas vai dar tudo errado, vocês é que sabem.” Daí a gente sabia que tinha de ir pela ideia dele pra não se dar mal. O coordenador joga tudo pra nós decidir. Ele tinha que insistir um pouco, fazer com que o pessoal acatasse as ordens. Eu já falei pra ele.

7. O que representa a AAMA em sua vida e o que significa trabalhar em equipe para você?

Como é o primeiro trabalho que eu faço fora de casa, nunca catei, só trabalhei aqui, eu me adaptei. Aqui não importa se a gente é grande ou pequena, porque somos todas “pequenas”. Uma ajuda a outra. Todas ajudam se não ajudam a gente faz reunião.

Que nem hoje que a tesoureira faltou de novo, a presidente fala com ela, mas ela não gosta, disse que está trabalhando aqui porque o coordenador pediu, porque ela não precisa. Mas ela não sai. A presidente falou com ela e ela foi estúpida, respondeu mal. Ninguém precisa ouvir desaforo.

8. Como a AAMA é vista pela comunidade local, no próprio bairro e na cidade?

No começo os vizinhos não queriam porque diziam que o lixo ia sujar tudo, ia voar, mas, agora são conscientes, trazem o material pra cá. Eles viram que o lixo não vai pra lá, porque aqui é o lixo.

9. Quem define os caminhos a serem seguidos pela Associação? De que forma?

A gente decide tudo em grupo, quase sempre junto do monitor em reuniões. Todas dizem o que pensam, às vezes ficam falando, falando e depois estoura tudo, mesmo com as reuniões, elas não olham o regimento e o estatuto, aí, que nem hoje, dá confusão.

10. Você excuta as tarefas conforme estabelecidas ou opina no sentido de transformá-la?

A gente sabe o serviço que tem. Sabe como tem que fazer, o Ivanor ensinou. Cada um faz do jeito que a presidente manda, mas a gente sabe como fazer. Se tem que botar um fardo aqui ou ali, não ficamos esperando, pegamos e o colocamos, pronto, mas não importa como fazemos, desde que fique bem feito.

APÊNDICE C - ENTREVISTA Nº 02 - ASSOCIADA

1. Por que você trabalha como catador de material reciclável e não em outra atividade?

Em primeiro lugar eu gosto de trabalhar aqui. Eu trabalhei oito anos na rua recolhendo material, é muito pesado, o carrinho... Tem que ter muita força e eu já estava com problemas de coluna, daí, há três anos minha filha foi ao dentista e ele acabou com a vida dela, fui com ela boa e ela voltou e está numa cama até hoje, não faz nada sozinha, ficou totalmente deficiente. Então aqui é perto de casa, eu posso atender ela, não dá para arrumar outro trabalho porque eu preciso levar ela pro médico toda hora.

2. Como e por quem são distribuídas as tarefas na AAMA?

As responsabilidades são divididas em reunião, mas uma ajuda a outra. Nós não mandamos, conversamos, discutimos. Aqui tem muita fofoca, sabe como é... Muita mulher trabalhando no mesmo lugar, precisaria ter uns homens pra ajudar. Se fossem uns quatro homens e umas quatro mulheres, seria bem diferente, até porque pra fazer o serviço pesado é difícil pra gente. É difícil empilhar os fardos, quando o coordenador vem, ele ajuda. Se uma manda a outra diz: “Ah, se tu assina a minha carteira então eu faço.” Eu trabalho direto na prensa, eu gosto, mas acho que todas tem que saber trabalhar com ela porque quando eu falto às vezes fica tudo parado. Elas ficam sentadas, elas não trabalham mas estão ganhando e eu em casa não ganho, mas tenho que atender minha filha. Quando a gente vê que uma não tá fazendo bem o seu serviço, a gente troca ela de lugar, se tá demorando muito, se não gostou.

3. Quais são seus objetivos pessoais e suas metas em relação à AAMA? A AAMA é prioridade em sua vida?

Meu objetivo aqui é crescer e ganhar muito dinheiro pra comprar nosso caminhão e também não depender mais do coordenador, caminhar com as “próprias pernas”.

4. Qual o tempo que você disponibiliza para trabalhar na Associação?

Eu trabalho aqui oito horas por dia, menos quando minha filha fica doente.

5. De que forma é realizada a remuneração na AAMA?

As horas são marcadas e o dinheiro é dividido pelo valor da hora. Tinha mês que a gente tirava só trezentos reais, agora a gente consegue uns quinhentos, acho que é porque aumentou o número de associadas e os preços do material.

Eu que faço os pagamentos. Quando a gente recebe o dinheiro do pagamento das cargas, agora é no dia 30, eu divido o valor pelo número de horas que cada uma trabalhou,

ponho num envelope e entrego pra elas. Nós estamos com um problema de como pagar as novas, fica difícil pra fazer as contas, não tá bem claro.

6. Qual a função do voluntário na Associação?

É essencial, porque só mulher não tem força, é pesado e ele ajuda no pesado. Ele é bem querido. Acho que nós deveríamos caminhar com nossos próprios pés, mas ainda é muito cedo... è difícil, elas não entendem as coisas, esperam que o coordenador resolva tudo.

7. O que representa a AAMA em sua vida e o que significa trabalhar em equipe é para você?

Trabalhar em grupo é muito difícil, tem muita fofoca, brigas. Pra mim trabalhar aqui é muito bom, aprendo muitas coisas. Eu não sou obrigada, que nem nos outros trabalhos a cumprir um horário, quando não posso vir, eu aviso. Eu aprendi a trabalhar aqui perguntando as coisas pras outras. Aqui a gente houve muitas coisas e tem que guardar. Acho que eu faço um bom serviço.

8. Como a AAMA é vista pela comunidade local, no próprio bairro e na cidade?

A cidade e o bairro enxergam a AAMA como uma coisa boa, tem aonde largar o lixo.

9. Quem define os caminhos a serem seguidos pela Associação? De que forma?

Os caminhos são definidos em reunião, todas juntas com o coordenador. Três vezes por ano tem reunião na Cáritas, mas eu nunca participei porque minha filha sempre fica doente. Eu não sei o que eles fazem e falam, sei o que as gurias me contam, contam que comem isso, que estava bom ou chato.

10. Você excuta as tarefas conforme estabelecidas ou opina no sentido de transformá-la?

Eu não conheço o estatuto, quer dizer conheço, mas não sei tudo que está escrito. Às vezes o monitor lê com nós, mas eu não gravo, nem leio em casa. Eu gosto do que faço, mas eu faço fardos muito grandes e elas não gostam porque fica muito pesado pra carregar, mas eu gosto de fazer grandes.

APÊNDICE D - ENTREVISTA Nº 03 - PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO

1. Por que você trabalha como catador de material reciclável e não em outra atividade?

Eu trabalho aqui porque eu gosto, é perto da minha casa. Antes eu vendia roupa em casa, depois eu tive um bar e queria que eu trabalhasse no hospital (Municipal) mas eu não quis, não gosto, fico triste no hospital.

2. Como e por quem são distribuídas as tarefas na AAMA?

Eu, como presidente, falo e elas concordam. Eu falo pra elas usar os EPIs, só que uma tá sem bota, é meio teimosinha. Eu acalmo elas quando tem brigas. Quando tem fofoca elas passam pra mim e eu, com jeitinho, acalmo elas, converso... A outra presidente, a de antes, era grossa, tinha muita briga e fofoca, agora não!

3. Quais são seus objetivos pessoais e suas metas em relação à AAMA? A AAMA é prioridade em sua vida?

Eu queria ganhar mais, receber mais material. Agora tem uma máquina estragada e a gente não tem dinheiro pra arrumar, já gastamos todo o dinheiro do fundo. Gostaria que alguém fosse atrás pra arrumar esse dinheiro, mas ninguém vai. O coordenador de antes ia.

4. Qual o tempo que você disponibiliza para trabalhar na Associação?

Eu sou a que trabalha mais tempo, eu nunca falto e por isso eu ganhei, mês passado, setecentos reais. Tá bom, né?! Mas a gente quer ganhar mais.

5. De que forma é realizada a remuneração na AAMA?

A tesoureira que paga, ela faz as contas e divide o dinheiro, mais duas acompanham ela pra ver se ela faz as contas certo. Ela põe tudo nos envelopes e entrega.

6. Qual a função do voluntário na Associação?

O rapaz é bem bonzinho, acho que ele é muito bonzinho. O outro era mais duro com nós. Se ele chegava aqui e nós estivéssemos sentadas, ele mandava levantar e trabalhar que o recreio é só de quinze minutos. Ele ia mais atrás das coisas. Se tinha uma máquina estragada ele e os outros já mandavam arrumar. Mas tá bom o rapaz, ele é bem bonzinho.

7. O que representa a AAMA em sua vida e o que significa trabalhar em equipe para você?

Eu gosto de trabalhar aqui, a gente conversa, brinca. Quando tem uma briguinha eu falo com elas. Não quero trabalhar em outro lugar, aqui é bem bom.

8. Como a AAMA é vista pela comunidade local, no próprio bairro e na cidade?

Os vizinhos, às vezes, não gostam porque o lixo sai voando, mas a gente recolhe tudo. É bom pro meio ambiente.

9. Quem define os caminhos a serem seguidos pela Associação? De que forma?

A gente decide nas reuniões, todas juntas.

10. Você excuta as tarefas conforme estabelecidas ou opina no sentido de transformá-la?

Eu faço as tarefas do meu jeito. Não importa como a pessoa faz, desde que o resultado seja bom, é o que importa.

APÊNDICE E - ENTREVISTA COM O COORDENADOR

Essa entrevista ocorreu nas dependências da Faculdade IMED em Passo Fundo, local onde o voluntário cursa Psicologia, e teve duração aproximada de uma hora e quarenta minutos.

1. De que maneira você trabalha com o grupo? Qual a sua função na Associação?

- Eu estou trabalhando com esse grupo em torno de seis ou sete meses, e eu fui indicado ao Projeto Transformação pelo antigo voluntário, meu amigo que precisou se desligar do Projeto. Fui indicado e eles me aceitaram. Eu me reúno com eles uma vez por semana para discutir o que vou fazer na Associação e como vou fazer.

Às vezes vou à Associação umas três vezes por semana, passo pra ver se está tudo bem e fazer alguns encaminhamentos. Às vezes eu separo o material junto com elas, elas se sentem apoiadas... O serviço é muito difícil de aguentar.

Estou muito contente de poder ajudar as pessoas, mas sabe como é... É muito difícil, elas são pessoas com pouca cultura, instrução nenhuma, só enxergam o que querem ver. Elas querem respostas e eu quero que elas construam as respostas. Me telefonam pra tudo e eu digo que elas tem que resolver entre elas. Elas não gostam, querem a resposta, querem que eu diga como têm que fazer, elas não têm vontade... Não têm interesse. Eu digo que elas têm que aprender.

Elas não têm vontade de aprender, não querem estudar, não saem daquele lugar, não têm vontade... Faço reuniões de acompanhamento, eu tento ensinar como atender o telefone, questões de higiene e técnicas de gerenciamento, mas é difícil porque elas não sabem ler e escrever, a única que se desenvolve mais é a tesoureira que tem mais estudo, se não fosse essa a Associação não existiria mais, mesmo assim a contabilidade é feita pelas irmãs do Notre Dame, sabe, como é uma associação tem que estar com os documentos em dia, se não vira numa bagunça e acaba tudo. Eu gostaria que elas fossem autossuficientes, mas são analfabetas...é difícil...trabalho pra muito tempo...

2. Como você se comunica com o grupo da AAMA: oralmente ou através da escrita?

- Bom! Não tem como me comunicar pela escrita porque elas são analfabetas. Converso com elas, telefone... Mas quando precisam ler... São poucas as que sabem e aí tudo fica complicado.

3. Você prescreve tarefas à Associação? Se sim, de que forma: oral ou escrita? Se não, quem prescreve?

Elas gostariam que eu mandasse, elas esperam um chefe, alguém de “fora” que diga o que fazer e como fazer...não querem pensar, não querem obedecer as outras: a presidente, por exemplo. Elas dizem, quando uma delas manda fazer alguma coisa: Quando você assinar minha carteira eu faço. Não chegam a brigar, mas ficam se “espetando”, se “cutucando” e eu que tenho que cuidar disso para que não briguem, elas se queixam pra mim e se queixam que eu não faço as coisas.

4. Como são realizadas as eleições para ocupar os cargos da presidência? Com votação secreta ou aberta?

- A eleição é feita abertamente, elas não sabem ler. Já pensei fazer as cédulas, mas como? Se eu colocar todos os nomes delas no papel... Teria de ler, elas se perderiam... Então numa das reuniões, sempre procuro fazer as reuniões no intervalo delas para não atrapalhar o serviço porque elas querem trabalhar, não querem ficar “perdendo tempo”... Quando chega uma pessoa de fora então... Não querem colaborar e quase nem é por vergonha, não tem interesse, elas só querem receber, receber doações e não querem retribuir. Eu digo isso a elas, digo que é importante colaborar, pois de alguma forma receberão ajuda, mas tu sabe né...

Bom, voltando... Normalmente não tem chapas pra concorrer, mas dessa última vez teve dois grupos interessados, elas se dividiram. Entrou uma mulher que sabia ler e escrever e elas acharam que seria bom pro grupo. Eu também achei inicialmente, mas depois nós percebemos que essa mulher só queria aparecer, mandar...não era uma pessoa humilde, ela queria ser a mais importante, aí a gente decidiu pela outra.

- A gente?

É, o pessoal do Projeto e eu achamos melhor assim e no fim elas também. Então a mulher analfabeta foi eleita a presidente, só que ela fala pouco, não assume mesmo o cargo.

Eu tenho trabalhado essa parte da organização das tarefas que cada um deve exercer, mas elas não entendem, parece que não ouvem, não assimilam, sabe.

5. De que forma o grupo percebe as prescrições e como o grupo realiza o prescrito? (Seus ou os prescritos do estatuto)

- Quando alguém novo chega no grupo, e isso é seguido, entram e saem a toda hora, nós lemos, estudamos o estatuto e, principalmente o regimento, para que a pessoa saiba como funciona (a Associação).

- Mas é como te disse, elas esperam tudo pronto, que eu resolva, e se eu resolvo elas ficam quietas e “fazem”, não questionam, só muito raramente.

6. Você tem intenção de intervir em relação ao analfabetismo do grupo? Se sim, de que maneira? Se não, como você percebe essa questão?

- Não tenho condições para muitas coisas e elas não se interessam. Isso é uma pena porque as coisas demoram mais para se resolver, elas têm uma compreensão muito curta no geral. Sem saber ler e escrever é difícil de serem autônomas.

7. Qual é a visão de sua participação na AAMA pela sociedade local, o bairro, e como a sociedade em geral percebe a AAMA no seu ponto de vista? Como você a percebe e como você se percebe nela?

- Boa pergunta, mas difícil. Essa foi inteligente, tenho de pensar...

- A AAMA é bem vista pela comunidade local, ela é respeitada. O pessoal acha que é uma empresa como as outras da cidade e dizem: “Fulano trabalha lá no galpão!” ou “vai trabalhar no galpão”.

As pessoas sabem que eu não faço parte daquela comunidade... Tu não sabe a pobreza que é aquilo, alguns não tem nem comida. As pessoas não me tratam de igual, é como se eu fosse mais que elas, elas esperam respostas de mim, esperam que eu resolva as coisas.

As pessoas que moram perto cuidam mais do lixo, das suas casas. Vejo que de certa forma a AAMA influencia positivamente o bairro que é muito complicado, tem muita droga, muito uso e comércio também. Mas esse pessoal, não sei, mas acho que não se sentem ameaçados pela AAMA, e a AAMA também não se sente ameaçada. Não tenho contato com eles.

O que eu sinto é que as crianças do bairro ficam brincando na frente (da AAMA) e toda hora entram no galpão. As mulheres não querem, pode ter algum pedaço de ferro no chão... A tesoureira, um dia, tocou eles com uma vara no chão, mas não adiantou, eles não são disciplinados, não tem educação e elas sabem, eu já disse, que não é pra deixar elas entrarem, é perigoso. Depois é um lugar sujo, eu sempre digo pra limparem; a irmã (que trabalha do outro lado do galpão com as crianças) também diz. Elas acham a irmã chata, mas sabem que ela tem razão. Elas gostam da irmã.

A comunidade em geral colabora com a AAMA, faz doações de material, de vez em quando alguém vai ajudar a separa o material, vai fazer entrevista. Outro dia a TV Pampa foi lá e eu também fui entrevistado, elas não queriam falar, não, querem parar de trabalhar.

Eu gosto de ir lá na AAMA, mas acho que faço um serviço lento e que não vai ter grandes resultados a curto prazo. O pessoal do Projeto diz que eu tenho que mandar mais, mas eu quero construir, quero que elas construam o conhecimento. Incentivo com perguntas, questionamentos, tento fazer elas pensarem, mas elas querem que eu resolva tudo por elas, me telefonam toda hora.

No outro dia uma TV esteve lá para fazer uma entrevista e eu falei, colaborei. Elas não querem ajudar.

8. Quem define os caminhos a serem seguidos pela Associação? De que forma?

- Procuo sempre resolver com as mulheres, mas às vezes é o Projeto que decide. Eu queria que elas tivessem autonomia, mas ainda é cedo, vai demorar muito tempo.

9. Quais as suas metas em relação à AMA?

- Meu sonho é ver o grupo “caminhando com seus próprios pés”. Elas ganham muito pouco. O trabalho é muito difícil e elas ganham pouco, geralmente menos que um salário por mês. Pra sustentar uma pessoa não dá, não sei como sustentam, na maioria dos casos, a família. Mas sem saber ler e escrever é muito difícil.

Um grande problema que eu encontro lá é o cigarro, elas fumam, fumam, fumam... Gostaria que percebessem que não é bom para a saúde e parassem

ANEXOS

ANEXO A - ESTATUTO SOCIAL - AAMA



Estatuto Social
Associação Amigos do Meio Ambiente – AAMA

CAPÍTULO I
Denominação, Sede, Objetivo, Princípios e Ano Social

Art. 1º – A Associação Amigos do Meio Ambiente, com nome fantasia de AAMA é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, com sede à Rua Havaí, nº 99, Vila Popular, cidade de Passo Fundo/RS, e foro no município de Passo Fundo, estado do Rio Grande do Sul. O ano social é compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro.

Art. 2º – A AAMA tem por objetivo principal a defesa sócio-econômica de seus associados organizando o trabalho individual e coletivo, formação e o desenvolvimento integral do ser humano, configurando como objetivo social a coleta, separação, seleção e outros processos afins de resíduos recicláveis.

No cumprimento de seu objetivo a Associação se dispõe a:

- a) melhoria das condições técnicas, sociais e educacionais dos associados;
- b) promover a melhoria da qualidade de vida através da mobilização e organização de grupo em busca do bem comum;
- c) sensibilizar e conscientizar a comunidade da importância de preservar o meio ambiente;
- d) elevar coletivamente a auto-estima, a solidariedade, a valorização do ser humano, a união, o diálogo, incluindo as pessoas através das atividades desenvolvidas;
- e) oferecer oficinas e cursos que viabilizem o desenvolvimento das habilidades e potencialidades promovendo a auto-sustentação das famílias;
- g) firmar convênios com órgãos públicos e instituições privadas para atendimento a suas finalidades e objetivos institucionais.

Parágrafo Único – A associação não distribui entre seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.

Art. 3º – A AAMA baseia-se nos princípios de ajuda mútua, democracia, participação, cooperação, igualdade, equidade, solidariedade, honestidade, transparência e preocupação pelo seu semelhante e pelo meio ambiente.

Parágrafo Único – A associação terá duração por tempo indeterminado e atuará sem discriminação política partidária, étnica, religiosa e de gênero, etc.

Art. 4º – A associação adotará um Regimento Interno, aprovado pela Assembléia Geral, com a finalidade de regular e detalhar as disposições contidas neste Estatuto.

Art. 5º – Para realizar sua missão e seus objetivos, a AAMA poderá se organizar em tantas unidades quantas forem necessárias, em qualquer parte do município de Passo Fundo.

Decidi

MER



CAPÍTULO II Dos Sócios

Art. 6º – A AAMA é constituída por número ilimitado de associados que compartilham os objetivos e princípios da associação. Para se associar é necessário ser aprovado pela Assembléia Geral, sendo que o associado pode a qualquer momento se desligar da associação, por sua livre iniciativa.

§ 1º - Podem se associar mulheres e homens.

§ 2º - Os associados, não respondem subsidiária nem solidariamente pelas obrigações da associação, não podendo falar em seu nome, salvo se expressamente autorizados pela Assembléia Geral.

Art. 7º – São direitos de todos os associados:

- a) participar e tomar parte, com direito a voz, da Assembléia Geral.
- b) votar e ser votado para os cargos eletivos da associação.
- c) usufruir dos benefícios, participar das atividades.

Art. 8º – São deveres de todos os associados:

- a) cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- b) acatar as disposições da Assembléia Geral;
- c) zelar pelo nome da AAMA, pelos seus bens patrimoniais e associados.

Art. 9º – Poderá ser eliminado da associação, havendo justa causa, o associado que descumprir o presente estatuto e o regimento interno ou praticar qualquer ato contrário aos mesmos.

Parágrafo Único - Os casos de eliminação serão propostos à Assembléia Geral e por esta decido, assegurando ao associado direito a ampla defesa produzida na Assembléia.

CAPÍTULO III Dos Órgãos Sociais

Art. 10 – A associação é composta pelos seguintes órgãos:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Fiscal.

Assembléia Geral

Art. 11 – A Assembléia Geral é órgão soberano da associação dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir nos negócios relativos ao objeto da associação e tornar as resoluções convenientes ao desenvolvimento em defesa desta e suas deliberações vinculando a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 12 – Compete privativamente à Assembléia Geral:

- a) eleger a Diretoria;
- b) destituir a Diretoria ou um dos seus membros;
- c) aprovar as contas da associação;
- d) alterar o presente Estatuto Social;
- e) deliberar sobre a extinção da associação;
- f) aprovar o planejamento anual apresentado pela Diretoria;
- g) aprovar e alterar o Regimento Interno da associação.

Decidi
MER



Art. 13 – A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, no primeiro trimestre, e extraordinariamente sempre que necessário.

Art. 14 – A convocação da Assembléia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da associação, por convite ou por qualquer outro meio eficiente, com antecedência mínima de 10 dias.

Art. 15 – Todas as deliberações da Assembléia Geral deverão ser aprovadas pela maioria simples dos votos dos associados presentes.

§ 1º - Para as deliberações referentes a alterações estatutárias, destituição de membros da Diretoria, Conselho Fiscal e dissolução da associação, exige-se o voto de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim; não podendo a Assembléia deliberar, em primeira convocação, sem a presença da maioria absoluta dos associados plenos, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

§ 2º - Para a deliberação da entidade de novos associados, é expedido o voto de 80% dos associados em dia com a associação.

Art. 16 – A convocação será feita pelo Presidente da Diretoria, pelo Conselho Fiscal ou, após solicitação não atendida, por um quinto dos associados.

Diretoria

Art. 17 – A Diretoria tem por função e competência traçar as diretrizes políticas e técnicas da associação, deliberar sobre novos projetos e áreas de atuação e acompanhar o desempenho dos projetos em andamento.

Art. 18 – A Diretoria se reunirá sempre que necessário mediante convocação de seu Presidente.

Art. 19 – A Diretoria será composta por Presidente, Vice Presidente, Secretário (a) e Tesoureiro (a) que terão mandato de dois anos, admitindo-se a reeleição para o mesmo cargo, de forma consecutiva por mais um mandato.

Art. 20 – Compete a Diretoria:

- a) organizar as tarefas;
- b) planejar as atividades;
- c) preservar, zelar, pela integridade dos bens da associação;
- d) representar a associação legalmente, judicial e extrajudicial;
- e) buscar benefícios e recursos humanos de acordo com as necessidades.

Art. 21 – Compete ao Presidente:

- a) representar a associação ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- b) convocar e presidir as Assembléias Gerais;
- c) outorgar procuração em nome da associação, estabelecendo poderes e prazos de validade.

Conselho Fiscal

Art. 22 – O Conselho Fiscal é o órgão responsável por fiscalizar a administração contábil-financeira da associação. Deve ser composto por 3 (três) membros titulares e no mínimo um membro suplente, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de dois anos e posse no ato de sua eleição, permitida a recondução.

Decadi
MER



Art. 23 – Compete ao Conselho Fiscal:

- a) opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da associação;
- b) representar para a Assembléia Geral sobre qualquer irregularidade verificada nas contas da associação;
- c) requisitar da Diretoria, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela associação.

CAPÍTULO IV Das Fontes de Recursos

Art. 24 – Constituem fontes de recursos da associação:

- a) as dotações, legados, heranças, subsídios e quaisquer auxílios que lhe forem concedidos por pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou de direito público, nacionais ou estrangeiras, bem como os rendimentos produzidos por esses bens;
- b) as receitas provenientes dos serviços prestados, da venda de publicações, bem como as receitas patrimoniais;
- c) receita proveniente de contratos, convênios e termos de parceria celebrados com pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado;
- d) rendimentos financeiros e outras rendas eventuais.

Do Patrimônio

Art. 25 – O patrimônio da associação será constituído por bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e títulos da dívida pública.

Parágrafo Único - Fará parte do patrimônio da AAMA tudo o que vier a ser adquirido pela Associação e estiver devidamente registrado no seu nome.

Art. 26 – A associação poderá ser extinta, mediante deliberação de 2/3 (dois terços) dos associados em Assembléia Geral Extraordinária especificamente convocada para tal finalidade. No caso de dissolução da associação, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra entidade sem fins lucrativos e econômicos, com o mesmo objetivo social, qualificada nos termos da Lei nº 9.790/99.

CAPÍTULO V Do Balanço, Sobras, Perdas e Fundos

Art. 27 – A Associação realizará balanço geral anualmente.

Art. 28 – Haverá um Fundo de Reserva que será destinado para investimentos em formação de seus associados, para reparar perdas, como concerto de equipamentos e atender ao desenvolvimento das atividades.

§1º - Além do Fundo de Reserva previstos neste artigo, a AAMA poderá criar outros, com fins específicos, pré-determinados.

Art. 29 – Todas as sobras serão destinadas de acordo com as decisões da Assembléia Geral.

MER

Decarli



CAPÍTULO VI
Das Disposições Gerais Transitórias

Art. 30 – A associação adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, para coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais em decorrência da participação nos processos decisórios.

Art. 31 – A associação aplica suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

Art. 32 – Não recebem seus diretores, conselheiros, associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes remunerações, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídos pelos respectivos atos constitutivos.

Art. 33 – Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral de acordo com os dispositivos legais em vigor, ouvidas ainda entidades que apoiem a AAMA.

Estatuto Social aprovado em Assembléia Geral de Constituição em 04 de dezembro de 2008.

PRIMEIRO
ELEGIMENTO

Marta Elisabete da Rosa
MARTA ELISABETE DA ROSA
Maria Elisabete da Rosa
Presidente - AAMA



Maria da Silva
Vice-Presidente - AAMA

Eliane Rodrigues dos Santos
Eliane Rodrigues dos Santos
Eliane Rodrigues dos Santos
Secretária - AAMA

Janete de Fátima Leites
Janete de Fátima Leites
Janete de Fátima Leites
Tesoureira - AAMA

Santa Rodrigues
Santa Rodrigues
Santa Rodrigues
Conselho Fiscal - AAMA



Marli Teresinha Alves da Silva
Conselho Fiscal - AAMA

Teresinha Lurdes da Rosa
TERESINHA LURDES DA ROSA
Teresinha Lurdes da Rosa
Conselho Fiscal - AAMA

Sely Ignácio
Sely Ignácio
Sely Ignácio
Conselho Fiscal - AAMA

CERTIDÃO
Tabellionato de Protestos de Passo Fundo
Rua Fagundes dos Reis, 466 sala 02
Fone: 321-7779/327 2572 - Fax: 311 1737
Certifico que esta cópia é reprodução fiel do original que se encontra arquivado neste tabellionato com o qual foi conferida.
P. Fundo/RS 13-FEV. 2009
Guilherme Fernando Crespo Cavalcheiro
Registrador

José Gonçalves da Luz
José Gonçalves da Luz
José Gonçalves da Luz
Conselho Fiscal - AAMA

Edna Aparecida dos Santos
Edna Aparecida dos Santos
Edna Aparecida dos Santos
Conselho Fiscal - AAMA

Omir A. Decarli
Omir A. Decarli
OAB/RS 45.132

ANEXO B - REGIMENTO INTERNO - AAMA

Regimento Interno

Associação Amigos do Meio Ambiente - AAMA

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Objetivo e Princípios

Art. 1º - A Associação Amigos do Meio Ambiente com o nome fantasia de AAMA rege-se pelo presente Regimento Interno em consonância com seu Estatuto Social.

Art. 2º - A sede da AAMA fica à Rua Havaí, 99, Vila Popular, na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3º - A objetivo da AAMA é realizar a coleta, separação, seleção e outros processos a fins de resíduos recicláveis.

Art. 4º - A AAMA baseia-se nos princípios de ajuda mútua, democracia, participação, cooperação, igualdade, equidade, solidariedade, honestidade, transparência e preocupação pelo seu semelhante e pelo meio ambiente.

CAPÍTULO II

Dos Sócios

Art. 5º - São sócios Fundadores da AAMA:

- 1) Eliane Rodrigues dos Santos
- 2) Janete de Fátima Leites
- 3) José Gonçalves da Luz
- 4) Maria da Silva
- 5) Maria Elisabete da Rosa
- 6) Marli Teresinha Alves da Silva
- 7) Santa Rodrigues
- 8) Sely Ignácio

9) Teresinha Lurdes da Rosa

Art. 6º - Para associar-se à Associação o candidato deve seguir os seguintes passos:

- c- Estar inscrito na lista de espera;
- d- Ser preferencialmente morador a Vila Popular;
- e- Tomar conhecimento do Estatuto Social e do Regimento Interno;
- f- Participar do processo de formação estabelecido pela Associação;
- g- Cumprir um período de experiência de trinta dias.

Parágrafo único – A AAMA poderá ter no máximo dois associados por família.

Art. 7º - Cabe a Assembleia Geral decidir sobre o ingresso do candidato;

§ 1º - Para o ingresso de novos associados, a Associação primeiramente fará uma avaliação da atual situação econômica, bem como da necessidade de novos integrantes e então decidirá quanto à viabilidade da inclusão de novos associados.

§ 2º - Para o cumprimento do período de experiência de trinta dias será necessário ter a aprovação de 50% dos associados.

§ 3º - Para a admissão definitiva do associado será necessário à aprovação de 80% dos associados.

§ 4º - Acatada a admissão pela Assembleia Geral, o novo associado deverá assinar ficha de admissão e declaração de que optou livremente por associar-se à Associação, concordando e aceitando as normas regimentais e estatutárias da AAMA, e entregar cópia dos seguintes documentos: Duas fotos 3 x 4 (iguais e recentes); cópia da cédula de identidade (RG ou equivalente); cópia número de inscrição de CPF.

Art. 8º - Para o reingresso à Associação o ex-sócio deverá seguir o que determina o art. 6º deste Regimento Interno.

Art. 9º - O associado poderá sair da associação:

I - Por demissão, exclusivamente a seu pedido;

II - Por morte do associado: neste caso poderá ingressar algum membro da família, desde que passe por todo o processo regimental de ingresso na associação, conforme art. 6º deste regimento;

III – Por eliminação do associado quando:

- a) deixar de atender os requisitos regimentais e/ou estatutários de ingresso ou permanência na Associação;
- b) - quando infringir as normas do art. 10, inciso III deste regimento.

Parágrafo Único - Os casos de eliminação serão propostos à Assembleia Geral e por esta decido, assegurando ao Associado direito a ampla defesa produzida na Assembleia.

Art. 10 - São direitos e deveres dos associados da AAMA:

I - São direitos ao Associado:

- a) Faltar ao trabalho quando se encontra doente, desde que justificado com atestado médico;
- b) tirar um dia de folga por mês.

II - São deveres do Associado:

- a) justificar as faltas;
- b) cumprir com o Estatuto Social e o Regimento Interno da AAMA;
- c) zelar pelo nome da AAMA, pelos seus bens patrimoniais e associados;
- d) material coletado fora do horário de trabalho deverá ser vendido exclusivamente para a AAMA.

III - É vedado ao Associado, constituindo falta grave:

- a) faltar três dias no mês ao trabalho sem justificativas;
- b) promover agressões físicas ou verbais entre associados;
- c) comparecer no local de trabalho embriagado ou drogado;
- d) fumar no local e horário de trabalho;
- e) não utilização dos equipamentos de segurança obrigatórios;
- f) prevalecer o interesse individual em detrimento aos da associação;
- g) atrasos consecutivos sem justificativa.

IV – Qualquer item constante neste artigo pode gerar exclusão de sócio, sendo que o processo para isso será:

- 1º - Advertência verbal na reunião semanal;
- 2º - Advertência por escrito;
- 3º - Três dias de suspensão;
- 4º - Exclusão/eliminação de sócio.

CAPÍTULO III

Das Atividades

Art. 11 – As atividades da AAMA serão realizadas coletivamente, em mutirão, não existindo tarefas específicas;

§ 1º - As tarefas seguirão escalas elaboradas e avaliadas pelos associados;

§ 2º - Integra as atividades da AAMA reuniões semanais durante o horário de trabalho.

CAPÍTULO IV

Do Patrimônio

Art. 12 – Fará parte do patrimônio da AAMA tudo o que vier a ser adquirido pela Associação e estiver devidamente registrado no seu nome.

Parágrafo Único - É obrigação dos associados manterem o patrimônio em ordem, em perfeito estado de conservação e limpeza.

CAPÍTULO V

Da Administração

Art. 13 - A associação será administrada por uma Diretoria e um Conselho Fiscal. A Diretoria será composta por 4 (quatro) membros, todos associados, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de dois anos que exercerão as funções de: Presidente, Vice Presidente, Secretário e Tesoureiro.

Parágrafo Único – A Diretoria e o Conselho Fiscal regem-se pelas normas estabelecidas no Estatuto Social.

CAPÍTULO VI

Das Sobras, Perdas e Fundos

Art. 14 – Após cobrir todos os custos, os resultados positivos líquidos, apurados no mês, serão distribuídos diretamente proporcionais ao número de horas trabalhadas.

§ 1º - Haverá um controle das horas trabalhadas, anotadas em livro próprio para esta finalidade, sendo marcado o horário de início e fim das atividades, com assinatura de cada um dos membros da associação, dia por dia.

§ 2º - O rateio das sobras das atividades desenvolvidas pela AAMA (interna e externa), obedecerá aos critérios constantes na tabela elaborada e avaliada pelos associados;

§ 3º - A divisão das sobras terá um valor para Fundo de Reserva, baseado na quantidade de horas do associado que somar a maior quantidade mensal de horas trabalhadas.

§ 4º - O Fundo de Reserva será destinado para investimentos em formação de seus associados, para reparar perdas, como concerto de equipamentos e atender ao desenvolvimento das atividades.

§ 5º - Além do fundo de reserva previstos neste artigo, a AAMA poderá criar outros, com fins específicos, pré-determinados.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 15 – Este Regimento Interno poderá sofrer alterações numa Assembleia Geral, com a presença da maioria dos presentes, e com no mínimo dois terços dos presentes a favor.

Art. 16 – Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral.

Regimento Interno aprovado em Assembleia Geral de Constituição em 04 de dezembro de 2008.

Maria Elisabete da Rosa
Presidente - AAMA

Maria da Silva
Vice-Presidente - AAMA

Eliane Rodrigues dos Santos
Secretária - AAMA

Janete de Fátima Leites
Tesoureira - AAMA

Santa Rodrigues
Conselho Fiscal – AAMA

Marli Teresinha Alves da Silva
Conselho Fiscal – AAMA

Teresinha Lurdes da Rosa
Conselho Fiscal - AAMA

Sely Ignácio
Conselho Fiscal - AAMA

José Gonçalves da Luz
Conselho Fiscal - AAMA
